



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**INGRID RAÍSSA GUERRA LINS**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+:** análise dos efeitos dos  
movimentos sociais no desenho de políticas públicas voltadas para diversidade sexual e de  
gênero na Paraíba

**JOÃO PESSOA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**INGRID RAÍSSA GUERRA LINS**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+:** análise dos efeitos dos movimentos sociais no desenho de políticas públicas voltadas para diversidade sexual e de gênero na Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional, na linha de Políticas Públicas

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lizandra Serafim.

JOÃO PESSOA

2023

## CATALOGAÇÃO

### Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

L759m Lins, Ingrid Raissa Guerra.

Movimentos sociais e políticas públicas LGBTI+:  
análise dos efeitos dos movimentos sociais no desenho  
de políticas públicas voltadas para diversidade sexual  
e de gênero na Paraíba / Ingrid Raissa Guerra Lins. -  
João Pessoa, 2023.

135 f. : il.

Orientação: Lizandra Serafim.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Gestão pública - Movimentos sociais. 2. Movimento  
LGBTI+. 3. Políticas públicas. I. Serafim, Lizandra.  
II. Título.

UFPB/BC

CDU 35:304(043)



## FOLHA DE APROVAÇÃO



### MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+: análise dos efeitos dos movimentos sociais no desenho de políticas públicas voltadas para diversidade sexual e de gênero na Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional, na linha de Políticas Públicas

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lizandra Serafim.

**Data da aprovação:** 13 de abril de 2023.

#### Banca examinadora

Documento assinado digitalmente



LIZANDRA SERAFIM

Data: 30/08/2023 21:02:28 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lizandra Serafim

Documento assinado digitalmente



MATHEUS MAZZILLI PEREIRA

Data: 19/08/2023 16:46:49 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira

(Examinador externo)

Documento assinado digitalmente



VANDERSON GONCALVES CARNEIRO

Data: 19/08/2023 17:15:15 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro  
(Examinador interno)

JOÃO PESSOA

2023

Dedico este trabalho ao Movimento Social LGBT+ da Paraíba, em especial à memória daqueles/as cujas vidas foram ceifadas antecipadamente, reconhecendo a dedicação, o esforço desses sujeitos e sujeitas na luta pela cidadania, dignidade e direitos LGBTQIAP+ no Estado.

## AGRADECIMENTOS

Por ordem de participação na construção do trabalho, quero agradecer ao grupo de amigos, amigas, professores e colegas que auxiliaram nessa jornada. A começar pelo professor José Baptista de Mello Neto que me acolheu na Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados da Paraíba, o qual também teve papel essencial na orientação do projeto submetido ao programa de pós-graduação. Diante disso, agradeço também a toda a equipe da comissão, pelas trocas de sabedorias e experiências durante as reuniões.

Posteriormente, a saga do mestrado foi acompanhada por uma amiga de longa data, a quem quero dedicar um agradecimento exclusivo pela paciência, contribuições, conselhos, escuta ativa e entre outras mil funções, então, esse momento é para você: Marcelle Queiroz de Almeida.

Por iguais justificativas acima, com acréscimos de agradecimento pelo amor, carinho e doses extras de paciência, agradeço a minha companheira Patrícia Maria Rodrigues Bento. Para quem este trabalho também é dedicado. Aproveito a oportunidade para agradecer o acolhimento no seu lar e família, então esse momento é para vocês: Luci, Guilherme, Diogo, Thais e Kary.

Outra vez quero agradecer à Universidade Federal da Paraíba, ao quadro de professores e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional. Agradeço em especial à orientadora Lizandra Serafim, por aceitar o desafio de orientar e acompanhar todo esse processo, bem como, pelos momentos de escuta, conselhos e trocas de conhecimento.

Faço menção também aos demais professores da casa, que contribuíram imensamente durante as aulas e com o conteúdo abordado para o enriquecimento desta pesquisa: Anderson Rafael; Thiago Lima; Vico Melo; Vanderson Carneiro; Marco Acco; Elia Alves; Ana Coelho;

Agradecer a Turma 5 do PGPCI, especialmente aos amigos da linha de Políticas Públicas: Jackson Macêdo, Sara Maria, Bismarque, Antônio Netto e Lillian Moreira.

Por último, aos meus pais e irmãos, por apoiar incondicionalmente o meu crescimento pessoal e profissional.

## **RESUMO**

O presente trabalho visa analisar os efeitos do movimento social LGBTI+ no desenho das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero na Paraíba. Nos últimos anos, testemunhou-se os processos de conquistas e retrocessos da política LGBT no plano federal. As experiências petistas, sobretudo no governo Lula, forneceram novos padrões de interações socioestatais que impactaram as relações entre atores sociais e estatais. À vista disso, o movimento LGBT+ ocupou os espaços institucionais e impulsionou suas demandas junto com os atores estatais. Na investigação, constatou-se que o movimento LGBTI+ e o governo paraibano operaram de forma similar. Dessa forma, subsidiados pelos conceitos de repertórios e encaixes institucionais, são analisadas as políticas públicas mutuamente constituídas na Paraíba. Mediante o exposto, a pesquisa se trata de um estudo de caso do tipo exploratório, combinando diversos métodos qualitativos, como: a revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas com atores locais, empregando análise de conteúdo para auferir os dados necessários. O resultado principal aponta o fortalecimento das demandas e políticas no momento em que os atores interagem cooperativamente na sua constituição e implementação de suas políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+; POLÍTICAS PÚBLICAS; EFEITOS;

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the effects of the LGBTI+ social movement on the formulation of public policies addressing sexual diversity and gender in Paraiba, Brazil. In recent years, there have been processes of achievements and setbacks in federal LGBT policies. The experiences of the Workers' Party (PT), particularly during Lula's government, have introduced new patterns of socio-state interactions that impacted the relations among social and state actors. In light of this, the LGBT+ movement has occupied institutional spaces and pushed forward their demands in collaboration with state actors. The investigation found that the LGBTI+ movement and the government of Paraiba have operated in a similar manner. Therefore, using the concepts of repertoires and institutional fit, the mutually constituted public policies in Paraiba are analyzed. Given the above, the research is an exploratory case study, employing several qualitative methods, such as a literature review, document analysis and semi-structured interviews with local actors, and utilizing content analysis to collect the necessary data. The main finding indicates that demands and policies are strengthened when actors interact cooperatively in the formulation and implementation of their own public policies.

**KEY WORDS:** LGBTI+ SOCIAL MOVEMENTS; PUBLIC POLICY; EFFECTS;

## LISTA DE SIGLAS

**ADI** - Ação Direta de Inconstitucionalidade

**ADPF** - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

**AHCG** - Associação de Homossexuais de Campina Grande

**ALPB** - Assembleia Legislativa da Paraíba

**ARCIDES** - Ação pelo Respeito à Cidadania e à Diversidade Sexual

**ASPTTRANS** - Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba

**ASTRAPA** - Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba

**BE** - Beira de Esquina

**BEMFAM** - Bem-Estar Familiar do Brasil

**BSH** - Brasil Sem Homofobia

**CDSG** - Comissão da Diversidade Sexual e Gênero

**CEB** - Comunidades Eclesiais de Base

**CIPIMAC** - Centro Informativo de Prevenção, Informação e Mobilização de Profissionais do Sexo

**CREAS** - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

**CN** - Congresso Nacional

**CNCD** - Conselho Nacional de Combate à Discriminação

**CNCD/LGBT** - Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT

**DOEPB** - Diário Oficial do Estado da Paraíba

**FPE** - Frente Parlamentar Evangélica

**IP** - Instituições Participativas

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**GGB** - Grupo Gay da Bahia

**GLTB** - Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais

**GLTTB** - Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais

**LGBTI+** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e mais

**LGBTQIAP+** - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas, Pan/Polissexuais.

**LGBTQIA+** - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas

**LOA** - Lei Orçamentária Anual

**OP** - Orçamentos participativos

**PL** - Projeto de Lei

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PNDH** - Programa Nacional de Direitos Humanos  
**PP** - Partido Progressista  
**PSB** - Partido Socialista Brasileiro  
**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**MEL** - Movimento Espírito Lilás  
**MLBMQ** - Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria  
**NEP** - Núcleo de Extensão e Pesquisa Flor de Mandacaru  
**NT** - Nós Também  
**OAB/PB** - Ordem dos Advogados da Paraíba  
**SEDES** - Secretaria de Desenvolvimento Social  
**SEDH** - Secretaria Especial de Direitos Humanos  
**SDH** - Secretaria de Direitos Humanos  
**SEMDH** - Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana  
**STF** - Supremo Tribunal Federal  
**TMR** - Teoria de Mobilização de Recursos;  
**TPP** - Teoria do Processo Político;  
**TNMS** - Teoria dos Novos Movimentos Sociais;

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01 - ETAPAS DA PESQUISA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>24</b>
<b>FIGURA 02 - ETAPAS DA PESQUISA: REVISÃO DOCUMENTAL</b>	<b>25</b>
<b>FIGURA 03 - POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+: GOVERNOS FHC E LULA</b>	<b>65</b>
<b>FIGURA 04 - POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+: GOVERNOS DILMA, TEMER E BOLSONARO</b>	<b>70</b>
<b>FIGURA 05 - LINHA DO TEMPO STF E DIREITOS LGBTQIAP+</b>	<b>75</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**GRÁFICO 01 - LEIS ESTADUAIS PROPOSTAS POR PARTIDO**

**110**

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - LISTA DE ENTREVISTADOS</b>	27
<b>QUADRO 2 - MOVIMENTO SOCIAL LGBTII+ PARAIBANO: ENTRE 1990 A 2000</b>	79
<b>QUADRO 3 - PROJETOS E AÇÕES FINANCIADOS PELO BSH</b>	83
<b>QUADRO 4 - DECRETOS ESTADUAIS</b>	86
<b>QUADRO 5 - REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO</b>	89
<b>QUADRO 6 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO MEL</b>	132
<b>QUADRO 7 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO PETRIS</b>	132
<b>QUADRO 8 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELA ASPTTRANS</b>	133
<b>QUADRO 9 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO MOVBI</b>	133
<b>QUADRO 10 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELA IGUAIS LGBT+</b>	134
<b>QUADRO 11 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO GMLBMQ</b>	135
<b>QUADRO 12 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO GAYRREIROS</b>	136
<b>QUADRO 13 - CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT E MOVIMENTO</b>	102
<b>QUADRO 14 - AMBULATÓRIO TRANS E MOVIMENTO LGBT</b>	103
<b>QUADRO 15 - LEIS ESTADUAIS DA PARAÍBA</b>	107
<b>QUADRO 16 - LEI DOS CARTAZES SOB A ÓTICA DO MOVIMENTO LGBT</b>	108

## SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.1.	ITINERÁRIO METODOLÓGICO	22
1.2.	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	27
2.	MOVIMENTOS SOCIAIS: INTRODUZINDO CONCEITOS E DEBATES TEÓRICOS	29
2.1.	MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO BRASILEIRO: REPERTÓRIOS E ENCAIXES INSTITUCIONAIS	35
2.2.	INTERAÇÃO SOCIOESTATAL E POLÍTICA PÚBLICA: EFEITOS	43
3.	MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+: TRAJETÓRIAS E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS NO CONTEXTO NACIONAL	50
3.1.	QUEM ESTÁ POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL	52
3.2.	MS LGBTI+ E ESTADO: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISPUTA	60
4.	MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+: TRAJETÓRIAS E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS NO CONTEXTO ESTADUAL	77
4.1.	QUEM ESTÁ POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NA PARAÍBA	87
4.1.1.	MEL	89
4.1.2.	PETRIS	91
4.1.3.	ASPTTRANS	92
4.1.4.	MOVBI	93
4.1.5.	ASSOCIAÇÃO IGUAIS LGBTI+	95
4.1.6.	GMLBMQ	96
4.1.7.	GAYRREIROS DO VALE DE ITABAIANA	100
4.2.	MS LGBTI+ E ESTADO DA PARAÍBA: DIREITOS E POLÍTICAS EM DISPUTA	100
4.2.1.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESTADUAIS	105
4.2.1.1.	SETORIAL LGBTI PSOL/PB	112
4.2.1.2.	SECRETARIA LGBTI PT/PB	112
4.2.2.	REPERTÓRIOS E EFEITOS: ESTADUAL	114
	<b>CONCLUSÃO</b>	117
	<b>REFERÊNCIAS</b>	124
	<b>APÊNDICES</b>	132

## 1. APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero têm enfrentado oscilações no cenário político brasileiro. Em curto período de tempo, a comunidade LGBTI+ testemunhou avanços e retrocessos das suas demandas dentro dos espaços institucionais, principalmente no executivo federal. Demasiados são os fatores passíveis de justificar essas inconsistências. Entretanto, para a construção do presente trabalho foram observadas as relações entre movimentos sociais LGBTI+ e o Estado, bem como, o impacto dos atores sociais no desenho das políticas públicas de seu interesse.

No que tange às políticas da diversidade sexual e gênero no país, as primeiras experiências participativas que resultaram em políticas afirmativas para a população LGBTI+ ocorreram no período da redemocratização do país, com a adoção de políticas de prevenção e combate ao HIV/Aids (FACCHINI, 2005; FEITOSA, 2017). Posteriormente, os governos petistas fortaleceram os instrumentos democráticos e participativos, abriram canais de comunicação institucional facilitando a articulação entre atores sociais e estatais, e os processos de institucionalização das demandas de agendas oriundas da sociedade civil (ABERS, 2018; LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2018; ABERS, ALMEIDA, 2019). Naquele momento, as políticas de cidadanização LGBTI+ atravessaram dois cenários distintos: (i) o governo Lula, marcado de conquistas e avanços importantes para população e movimentos sociais LGBTI+, a exemplo da criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), realização da I Conferência de GLBT<sup>1</sup>, criação do Conselho Nacional LGBT; (ii) o governo Dilma marcado por recuos e estacionamento das políticas LGBTI+, tais como o veto proferido pela presidenta, proibindo a circulação do material elaborado pelo Programa Escola Sem Homofobia, que tinha como objetivo tratar sobre a temática da diversidade sexual e gênero nas escolas públicas (AGUIÃO, 2018; BIROLI, 2020; LIONÇO, 2020; FACCHINI, 2020).

O veto sinalizou a ruptura com o movimento LGBTI+ nacional e descortinou a radicalização da polarização política, fruto da ascensão de grupos da extrema direita de natureza conservadora e cristã no governo e na sociedade civil. Esses grupos, além de vociferar a propagação do projeto político autoritário, vieram a tolher os canais de comunicação com

---

<sup>1</sup> Na época, a sigla adotada era GLBT para referir-se a pessoas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Posteriormente, por decisão tomada na plenária final desta conferência a sigla sofreu alterações na ordem das letras, resultando na sigla LGBT para referir-se a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

grupos adversos, em especial aqueles de cunho progressistas ou de esquerda (AGUIÃO, 2018; BIROLI, 2020; LIONÇO, 2020; FACCHINI, 2020; ABERS et. al., 2021). A desmoralização do Partido dos Trabalhadores, com o impeachment da presidenta Dilma e a prisão de Lula, somados à eleição de Bolsonaro, são balizas contextuais que sinalizam os ataques aos direitos e políticas LGBTI+. Naquele momento, a temática da diversidade sexual e gênero sai da *marginalidade* e toma *centralidade* política na disputa eleitoral. Entretanto, essa guinada, conforme observado, não implicou no cenário favorável para a população LGBTI+ no executivo federal.

Sem pretensões de alongar o debate, mas na intenção de apresentar a particularidade de abordar sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil. Embora a população LGBT represente um grupo socialmente vulnerável e a sua matéria se trate de um segmento dos Direitos Humanos, assim como os grupos e demandas para população de idosos, mulheres, crianças e adolescentes, estes primeiros sujeitos não conseguem adentrar o espectro da *solidariedade social* (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2015). Isso implica na dificuldade de tratar as matérias da diversidade sexual e gênero, por falta de empatia, tanto quanto aos sujeitos e sujeitas, quanto a matéria de direito ali pleiteada. Portanto, revelando o cenário de disputa política e ideológica e o acirramento entre os atores antagônicos, no qual de um lado tem-se a defesa de uma agenda em prol da equidade de gênero, da diversidade sexual e do pluralismo ético e; em contrapartida, do outro tem-se a defesa pela família, pela religião e o estabelecimento de uma *ordem sexual* fundamentada por *concepções morais unitárias* (BIROLI, 2020).

Ao traçar a linha do tempo da trajetória das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+, alguns recortes são necessários para destacar os marcos importantes. O primeiro deles foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), em outubro de 2001. Na época, o governo federal era presidido por Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). E no segundo momento, a elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), no governo Lula do PT em 2003. O BSH foi criado pelo CNCDD, como resultado da soma de dois programas anteriores: *Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania de Homossexuais* (BRASIL, 2004).

Outrossim, o CNCDD e programa BSH tinha como objetivo incentivar os estados e municípios brasileiros a promover medidas de combate à discriminação em razão da orientação sexual<sup>2</sup>. O programa nasceu como uma carta de boas intenções, mediante as discussões internacionais e nacionais desenvolvidas naquele momento. Em cumprimento da agenda e após

---

<sup>2</sup> Orientação sexual era o termo adotado para tratar sobre as questões da diversidade sexual.

pressões advindas dos atores sociais, o estado da Paraíba implementa a Lei Estadual de nº 7.309 de 2003, que versa sobre a proibição de atos discriminatórios contra a sexualidade dos indivíduos. No ano de 2017, a Lei Estadual de nº 10.909 altera o texto base da lei para acrescentar o termo identidade de gênero. Tais instrumentos estão vigentes, entretanto, esporadicamente são matérias de discussão na Assembleia Legislativa quanto a sua manutenção, adaptação ou revogação.

A Paraíba tem sido um dos estados pioneiros a implementar ações afirmativas em prol da população LGBT+, a exemplo da instituição do Programa Paraíba Sem Homofobia<sup>3</sup>, em 2010, na gestão do governador José Maranhão (PMDB), e da criação do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais<sup>4</sup>, em 2012, na gestão do governador Ricardo Coutinho (PSB). De acordo com o material investigado, o estado paraibano acumulava em 2022, mais de 20 instrumentos normativos (leis estaduais, decretos, regimentos internos e entre outros) vigentes que versam sobre proteções contra os atos discriminatórios em razão da sexualidade e/ou da identidade de gênero. Entretanto, a exposição de tais atos, por vezes, nos leva a enxergar apenas um lado da construção política que são os gestores e agentes institucionais. Isto justifica-se pelo fato de que os papéis que carregam o peso do texto-lei estão firmados somente por eles. A natureza que concerne aos direitos da diversidade sexual e de gênero não se move de maneira unilateral ou *ex officio*<sup>5</sup>. Do contrário, elas são resultado de provocações dos movimentos sociais LGBTI+ locais nos espaços de poder.

Diante disso, observadas as relações entre sociedade civil e Estado, as variações estratégicas dos movimentos sociais, combinando de táticas conflituosas ou cooperativas, institucionais e/ou extrainstitucionais de atuação no desenho das políticas públicas (LAVALLE et. al., 2018; CARLOS, 2021) voltadas para população LGBT, no âmbito nacional. Somados a isso, considerando o quantitativo de ações afirmativas existentes no estado paraibano, **questiona-se:** quais as estratégias adotadas pelo movimento social LGBTI+ paraibano? E como elas impactam no desenho das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero na Paraíba?

Dada a pergunta-problema, urge a necessidade de observar as formas como os movimentos sociais LGBTI+ operam as demandas da diversidade sexual e gênero, como

---

<sup>3</sup> O Programa foi criado por meio da Lei Estadual de nº 9.318 de 30 de dezembro de 2010.

<sup>4</sup> O ambulatório foi instituído por meio da Portaria da Secretaria de Estado da Saúde de nº 567/GS, no dia 29 de novembro de 2012. Em 2021, por meio da Lei Estadual nº 11.942, o ambulatório foi denominado de **Fernanda Benvenutty**, em homenagem à militante e ativista LGBTI+, que atuava principalmente na causa das mulheres trans e travestis.

<sup>5</sup> Significa a execução de um ato em virtude do cargo que ocupa, sem a necessidade de intervenção ou moção de terceiros.

incidem no desenho das políticas públicas e estabelecem relações com demais atores da cena política. No decorrer do trabalho, será constatado as formas de atuação do movimento LGBTI+ paraibano nos processos de incidência política.

O movimento LGBTI+ tem a prática de atuar em rede, inclusive nacionalmente, articulando organizações, militantes/ativistas nas demais regiões brasileiras para incidir sobre determinada matéria nos espaços institucionais no plano federal, estadual ou municipal. Inicialmente, os instrumentos participativos formulados no processo de redemocratização foram fortalecidos na gestão Lula (PT), promovendo o rearranjo dos padrões de interações socioestatais. No âmbito estadual, a gestão de Ricardo Coutinho (PSB-PT)<sup>6</sup>, no período de 2011 a 2019, operou de forma análoga à gestão petista, ou seja, fortalecendo os canais participativos e incentivando a presença de ativistas/militantes nos espaços públicos, seja na ocupação de cargos públicos ou participação ativa na política governamental. Todos esses fatores resultaram, de certa forma, no impulsionamento das demandas sociais dentro dos mecanismos estatais.

O movimento social LGBTI+ paraibano aproveitou as aberturas no governo petista, no âmbito federal, para promover mutuamente as políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero. Nos momentos de resistência, articulou com outros atores para incidir sobre as políticas públicas, a exemplo do Supremo Tribunal Federal e os entendimentos jurisprudenciais resultantes dessa articulação. No âmbito do estadual, aproveitou as experiências nacionais e operou de forma análoga, no governo de Ricardo Coutinho (PSB), mantendo até a gestão atual de João Azevedo (PSB). Paralelamente e diferente do legislativo nacional, o movimento LGBT+ paraibano, devido a aproximação com alguns parlamentares e o *lobby* dentro do legislativo estadual, incidem significativamente dentro desse espaço, com a produção de mais de 20 instrumentos normativos previstos voltados para diversidade sexual e gênero.

Assim, o movimento social LGBTI+ adota uma série de estratégias nos espaços institucionais e não institucionais, como manifestações, protestos, exercício do advocacy, lobby político e participação em espaços de deliberação política, visando promover e articular as políticas públicas voltadas para suas demandas. Essas estratégias combinadas resultam no impulsionamento das demandas e na promoção de mudanças sociais relevantes.

---

<sup>6</sup> Na época, Ricardo Coutinho era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2021 retornou ao partido que iniciou sua carreira política: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao traçar o mapeamento teórico na intenção de responder ao questionamento central, observou-se três assertivas para descrever as experiências brasileiras de interações socioestatais sob a ótica da mútua constituição: (i) em sociedades complexas, movimentos cooperam com o Estado no desenho das políticas públicas (CARLOS, 2012, 2015; LAVALLE et. al., 2018); (ii) movimentos combinam uma variedade de estratégias para se relacionar com o Estado (CARLOS, 2012; DOWBOR, 2012; ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014); (iii) por último, a literatura atual compreende que a utilização dos canais institucionais não implicam na desmobilização do movimento (CARLOS, 2012, DOWBOR, 2012). À vista disso, foram examinados os repertórios adotados pelos atores sociais, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas com representantes dos movimentos sociais LGBTI+ paraibano, dentre os mais citados estão: a participação em conferências e conselhos federais, estaduais e municipais; engajamento nas políticas e programas governamentais; entre outros.

Em adição, foram observados os processos de interações socioestatais e encaixes institucionais resultantes, como por exemplo, os instrumentos normativos e políticos existentes (leis, programas, centros de referências, secretarias, conselhos, conferências, entre outros). Por último, o conceito de projetos políticos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), auxilia na compreensão da variação das potencialidades de efetivação dos resultados das interações, repertórios e encaixes, possibilitando vislumbrar o contexto no qual as relações ocorreram (ABERS, ALMEIDA, 2019).

Durante o processo investigativo, foram constatados alguns pontos interessantes: primeiro, os movimentos sociais LGBTI+ da Paraíba são formados por diversos grupos, a maioria com natureza de organização não governamental (ONG) e outros de coletivos. Devido à pluralidade de atores e demandas, as organizações preferem organizar-se separadamente, poucos são os grupos mistos, entre os entrevistados apenas a Iguais Associação LGBT da Paraíba e os Gayrreiros do Vale de Itabaiana são abertos para todos/as/es. Os demais são grupos representativos com demandas específicas, a exemplo Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMLBMQ), Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVI), PETRIS - Coletivo de Homens Trans da Paraíba e entre outros.

Segundo, conforme os dados coletados nas entrevistas, essas organizações atuam em consonância quando há interesse ou demanda em comum, porém, majoritariamente advogam pelo segmento que representam. Ademais, os movimentos sociais ocupam espaços institucionais de diferentes formas e níveis. A participação em conselhos, audiências e conferências, a nível nacional, municipal e estadual, são destacados pelos atores sociais como instrumentos que fortaleceram o processo de institucionalização das suas demandas nos

poderes públicos. À vista disso, são os instrumentos normativos e políticos existentes, resultantes das pressões e cooperações socioestatais. Por exemplo, o primeiro centro de referência GLBT paraibano foi implementado pela Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba (ASPTTRANS<sup>7</sup>), em 2005, na época financiado por recursos federais. Posteriormente, a política foi acolhida pelo governo estadual e municipal, com a criação, respectivamente, do Espaço Pedrinho (2011) e da Casa Amarela (2016) (GOMES, 2016; OLIVEIRA; FRANCH, 2022).

Por último, quanto às políticas da diversidade sexual e gênero, constatou-se um período de indução do governo federal nos estados e municípios brasileiros, no governo Lula (PT). Vale salientar que o termo indução utilizado tem o significado mais aproximado a noção de estímulos, tendo em vista a natureza da demanda das políticas da diversidade sexual e gênero e ausência de obrigatoriedade para seu desenvolvimento. Naquele momento as políticas LGBT estavam em ascensão, os movimentos sociais aproveitaram as aberturas para institucionalizar suas demandas, realizando conferências, criando conselhos, programas e instrumentos de cidadanização LGBT em todo território nacional. No governo Dilma (PT) a expectativa dos atores sociais era fomentar essas políticas. Todavia, a realidade foi outra. As conquistas do movimento LGBTI+ despertaram a cólera dos grupos antagônicos, sucedendo no estacionamento das políticas LGBTI+ e dos processos de institucionalização destas. Quando os estímulos das políticas públicas, a nível federal, diminuí, em regra, é esperado que resulte na redução na promoção dessas políticas nos demais níveis (estaduais e municipais). No entanto, a Paraíba apresentou diversas ações e instrumentos (normativos e/ou políticos) constituídos em tempos de incentivos e não-incentivos federal.

Desse modo, na tentativa de compreender esse fenômeno paraibano, foram observadas as dinâmicas locais de interação e o impacto delas no desenho das políticas públicas. As primeiras experiências participativas na Paraíba que resultaram em políticas afirmativas para a população LGBTI+ coincide com as vivenciadas no contexto nacional, ou seja, eram políticas voltadas para prevenção e combate ao HIV/Aids. Posteriormente, os movimentos LGBTI+ locais foram ocupando os espaços institucionais, como os conselhos de saúde e direitos humanos para tratar sobre as demandas da diversidade sexual e gênero, no contexto estadual. Na medida que os atores sociais conseguiram adentrar os espaços e institucionalizar as demandas, mais instrumentos eram criados para atender àquela população. Além disso, essas aberturas fortaleceram as conexões entre os atores sociais e estatais. As políticas e instrumentos

---

<sup>7</sup> Antiga ASTRAPA - Associação de Travestis e Transexuais

públicos existentes na Paraíba são resultados desses processos de interação. Nos últimos anos, embora ausente a os estímulos federais, o governo paraibano vem assegurando a manutenção e ampliação das políticas LGBTI+, com os centros de referências, os ambulatórios trans e a casa abrigo para pessoas LGBTI+. Todos esses instrumentos políticos são demandas advindas do movimento que foram intensamente cobradas e atendidas pelo poder público.

Ante o exposto, mobilizamos a literatura sobre movimentos sociais e processos de institucionalização que vem operando os conceitos de repertórios e encaixes institucionais (ALONSO, 2012; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2015; 2021; LAVALLE et. al., 2018; PEREIRA; SILVA, 2020), para tratar as relações entre movimentos sociais e Estado sob a ótica da mútua constituição. No primeiro caso, os repertórios são compreendidos como um conjunto de formas de ações coletivas limitadas no tempo e espaço, em adição a isso, são também formas de organização, interação e interpretação inseridas nos contextos históricos (ALONSO, 2012; PEREIRA; SILVA, 2020). Na perspectiva tillyana, a noção de repertório era limitada à ótica do conflito perante as relações socioestatais. Entretanto, na literatura brasileira amplia a noção de repertórios, ao compreender que os movimentos sociais podem operar sob a ótica mútua constituição, ou seja, atores sociais e estatais constroem mutuamente as políticas públicas. Noutro caso, ativistas sociais podem estar inseridos dentro do aparelho estatal, ocupando cargos na burocracia, e ali impulsionar as demandas sociais. Por último, são utilizados os canais institucionalizados como local de reivindicação e institucionalização das demandas sociais (ABERS; VON BÜLOW, 2011; ABERS, SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2012; 2015; 2021; DOWBOR, 2012; 2018). Diante os novos repertórios, os encaixes institucionais resultam da interação institucionalizada entre a sociedade civil e o Estado. Dessa forma, os encaixes possibilitam aos atores sociais formas de acessos mais permanentes às instituições e amplia a capacidade de influência desses atores nos espaços institucionais (CARLOS et. al., 2017; LAVALLE et. al. 2018).

No que tange às políticas da diversidade sexual e gênero, os conceitos de repertórios e encaixes, serão observados o engajamento dos atores sociais em instituições participativas, o ativismo na burocracia institucional e a capacidade destes no desenho de políticas públicas de seu interesse. Conforme testemunhado, os movimentos sociais LGBTI+ paraibanos articularam com governo federal, estadual e municipal, ocuparam espaços institucionais, exerceram advocacy, realizaram protestos, ações públicas e muitas outras estratégias para se fazerem ouvidos, vistos e atendidos pelos poderes públicos.

Os movimentos aproveitam e criam oportunidades políticas por meio das interações, resultando em instituições *mutuamente* constituídas. Partindo desse pressuposto, o objetivo

geral da pesquisa é explorar os repertórios adotados pelos movimentos sociais LGBTI+ paraibano, sobretudo aqueles empregados nos espaços institucionais, e analisar os efeitos dos movimentos no desenho das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: investigar as articulações entre atores sociais e estatais, em diferentes níveis e espaços institucionais, que atuam na promoção de políticas públicas LGBTI+; mapear os processos de institucionalização das demandas LGBTI+, no âmbito federal e estadual; por último, analisar os encaixes institucionais resultantes das interações socioestatais no estado da Paraíba.

Dentre as inúmeras possibilidades de hipóteses para responder o problema pesquisa desenvolvido, destaca-se a combinação dos repertórios adotados pelos atores sociais, fortalecimento das relações socioestatais e os estímulos de políticas públicas entre os entes federativos como explicativa para apresentar o cenário das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero na Paraíba.

Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir com a literatura especializada ao produzir conhecimento específico sobre os efeitos dos movimentos sociais na produção de políticas públicas específicas do segmento LGBTI+. Considerando as limitações metodológicas, teóricas e empíricas para a mensuração de efeitos e relações de causalidade, o estudo baseia-se na abordagem correlacional-processual quanto ao impacto dos movimentos sociais nas políticas e demais ações governamentais desenvolvidas em prol da diversidade sexual e gênero. Embora o espaço temporal investigado seja extenso, o recorte analítico da pesquisa restringe-se aos instrumentos políticos e normativos constituídos ao longo do tempo e de forma constitutiva entre os atores. No decorrer do trabalho serão apontados os elementos conectivos das ações e/ou eventos ativados pelos movimentos sociais que resultaram em políticas afirmativas para população LGBTI+, demonstrando, assim, a perspectiva correlacional-processual.

### 1.1. ITINERÁRIO METODOLÓGICO

A escolha da metodologia qualitativa para a construção da pesquisa se justifica, pois, o objeto e a temática a ser estudada perfazem o cotidiano e a vida dos sujeitos e sujeitas aqui analisadas. De acordo com Yin (2016), a pesquisa qualitativa tem potencial para investigar todo e qualquer acontecimento e conhecimento da vida real, além de ser um campo que abrange todas as esferas sociais. Ademais, o autor destaca a liberdade que o método oferece ao pesquisador, uma vez que há uma variedade de estratégias a serem adotadas. Em uma

perspectiva específica Groulx (2008, p. 96) aponta que as contribuições da pesquisa qualitativa à pesquisa social estão interligadas à "renovação do olhar lançado sobre os problemas sociais e sobre os mecanismos profissionais e institucionais de sua gestão”.

Ao questionar como os dos movimentos sociais LGBTI+ influência no desenho das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero no estado paraibano, surgem três elementos que delimitam o campo de estudo da pesquisa: os atores, a temática e o local. Então, no primeiro momento a delimitação dos sujeitos, os movimentos sociais LGBTI+ aparecem como protagonistas da relação socioestatal, partindo do pressuposto que estes aproveitam e criam oportunidades de interação com os poderes públicos. No segundo momento, o trato sobre sexualidade e gênero delimita a temática ao abordar sobre um segmento específico das políticas públicas. Por último, o local demarcando o espaço geográfico do fenômeno estudado.

A pesquisa, portanto, se baseia em um estudo de caso do tipo exploratório, adotando abordagem qualitativa como mecanismo metodológico para desenvolvê-la. Logo, para fundamentar o percurso e alcançar os objetivos propostos, foi realizado o levantamento da revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, repertórios e encaixes institucionais, sobretudo das produções da literatura brasileira. Em adição, foram observados o trato desses conceitos nos trabalhos referentes à diversidade sexual e gênero. A preocupação foi debruçar-se sobre a literatura produzida até o momento sobre os seguintes marcadores “Políticas Públicas” e “LGBT+”, tendo por base a produção de trabalhos, pesquisas e obras que atentam para a relação do Estado e Movimentos Sociais na formulação de políticas públicas e de refinamento das práticas democráticas em prol da diversidade sexual e de gênero. Ainda, foram adotados critérios de inclusão e exclusão para acentuar a investigação.

Assim, foram incluídos os trabalhos que estudam a relação entre Estado e Movimento Social LGBT+ na promoção de políticas públicas, sob a ótica da mútua constituição. Foram excluídos os estudos produzidos em língua estrangeira. Durante o processo investigativo foi observado o grande acervo de pesquisas envoltas em estudos destas políticas, entretanto, a maioria delas priorizavam o papel do Estado ou dos governos na sua implementação ou elaboração. Dessa forma, no processo de investigação foram utilizadas as plataformas de periódicos da CAPES<sup>8</sup> e repositório institucional da Universidade Federal da Paraíba<sup>9</sup>. A primeira, contribui com o mapeamento da literatura ampla, a segunda, por sua vez, colabora com as produções acadêmicas elaboradas na instituição local.

---

<sup>8</sup> Porta da CAPES: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

<sup>9</sup> Portal do repositório da UFPB: [https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR)

**FIGURA 01: ETAPAS DA PESQUISA - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**



Fonte: elaboração própria (2022).

Com base na **Figura 01**, a 1º etapa consistiu no levantamento bibliográfico, conforme as plataformas acima e palavras-chave adotadas. Posteriormente, as etapas 2º e 3º foram organizadas mediante o aplicativo Mendeley<sup>10</sup> e planilha do Google para operar as fases de tabulação e análise dos trabalhos coletados. O levantamento bibliográfico auxiliou na construção da perspectiva nacional dos movimentos LGBTI+ e o Estado no desenho das políticas públicas, apresentadas nos Capítulos 2 e 3, manuseando a produção dos dados secundários para fundamentar a pesquisa.

Para a revisão documental, o mapeamento das políticas públicas e instrumentos normativos<sup>11</sup> foram realizadas buscas com as palavras-chave “LGBT” e “DIVERSIDADE”, nos portais institucionais, a exemplo do portal da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB)<sup>12</sup>, do Governo do Estado da Paraíba<sup>13</sup>, o Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOEPB)<sup>14</sup> e o site JusBrasil<sup>15</sup>. No portal da ALPB é possível realizar a busca da legislação por assunto, logo, ao selecionar o índice da “Diversidade Humana”, foi apresentado o resultado de 20 (vinte) normas encontradas dentre o total de 14.139 (quatorze mil, cento e trinta e nove) normas. Quanto à investigação dos decretos, utilizou-se a plataforma JusBrasil, pois o Diário Oficial do Estado da Paraíba só permitia a busca de publicações por ano. Dessa forma, no JusBrasil acionou-se

<sup>10</sup> Referências: <https://www.mendeley.com/>

<sup>11</sup> Por instrumentos normativos serão levados em consideração Legislações, Decretos e Portarias emitidos pelos órgãos responsáveis.

<sup>12</sup> Portal da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>

<sup>13</sup> Portal do Governo do Estado da Paraíba: <https://paraiba.pb.gov.br/>

<sup>14</sup> Portal do Diário Oficial da Paraíba: <https://auniao.pb.gov.br/doi>

<sup>15</sup> Portal do JusBrasil: <https://www.jusbrasil.com.br/home>

os marcadores “DOEPB” “LGBT<sup>16</sup>” E “DIVERSIDADE<sup>17</sup>”, obtendo o resultado de 121 (cento e vinte e uma) publicações. Dentre estes, apenas 8 (oito) decretos condizem com a temática no portal oficial do DOEPB.

Logo, dos documentos retirados da ALPB somados aos do DOEPB, retiramos o montante de 28 (vinte e oito) instrumentos normativos analisados nesta pesquisa. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: documentos que abarcam dois ou mais marcadores; correlação com o tema; e critérios de exclusão: documentos de outros estados brasileiros; documentos do estado paraibanos, mas sem conexão com a temática; documentos repetidos.

**FIGURA 02: ETAPAS DA PESQUISA - REVISÃO DOCUMENTAL**



Fonte: elaboração própria (2022).

No trato da revisão documental também foram divididas em 3º etapas, conforme a **Figura 02**. A primeira consistiu no levantamento documental, consultando as plataformas da ALPB, DOEPB e JusBrasil, afunilando as pesquisas com as palavras-chaves. Posteriormente, na 2º etapa, na tabulação dos dados dos instrumentos encontrados via planilha do Google, separando-os por ano e descrição. Posteriormente, na 3º etapa, foram observados a matéria discutida, o autor e o partido.

Nesse sentido, os métodos de pesquisa adotados incluem a análise documental, da literatura e dados colhidos na entrevista aplicada com os representantes do movimento social LGBTI+ paraibano. Por se tratar de uma pesquisa que trabalha o contexto estadual e de uma política específica, adota-se o método do estudo de caso somado ao acompanhamento dos processos políticos. Quanto aos estudos de casos, a literatura compreende suas principais funções como categorizar, descrever, gerar tipologias ou novas hipóteses e entre outras

<sup>16</sup> Na busca foi utilizada a sigla LGBT, por entender que os instrumentos normativos nem sempre alcançam as discussões traçadas nos setores acadêmicos e movimentistas.

<sup>17</sup> Foi utilizado o termo Diversidade, ciente da sua abrangência, para alcançar os instrumentos mais antigos que não utilizam as siglas hoje delimitadas.

contribuições no intuito de fomentar o banco de dados sobre aquele fenômeno estudado e aplicado em uma determinada localidade (HENRIQUES et. al., 2015).

Considerando que as análises documentais e da literatura não seriam suficientes para a construção da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no intuito de coletar dados secundários fornecidos pelos representantes de movimentos sociais LGBTI+, representantes de entidades governamentais e de setoriais dos partidos políticos paraibanos. Dessa forma, selecionou-se 12 (doze) entidades cuja atuação é voltada para a promoção de políticas públicas da diversidade sexual e de gênero no estado. Os critérios de seleção de entidades nesta etapa foram embasados pela existência da correlação temática, do histórico de atuação destes, bem como, pelos critérios de longevidade, formalidade e organicidade - ciente da especificidade de determinados movimentos sociais, coletivos ou grupos LGBT+ que possuem limitação quanto ao critério de regulamentação (seja por ausência de recursos financeiros, entre outros).

Assim, o primeiro contato ocorreu por meio das redes sociais e e-mails institucionais, fornecidos nas plataformas digitais de cada entidade. Posteriormente, o contato ocorreu diretamente com os representantes indicados para realizar a entrevista, exceto com os representantes das entidades governamentais, cujo procedimento necessitou de autorização da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). No ato da entrevista foi explicado aos participantes sobre os procedimentos, a pesquisa e as perguntas a serem feitas, além de comunicar o fato de estar sendo gravada para fins de coleta dos dados. Por fim, após a coleta dos dados, o método de análise de conteúdo de Bardin (2009) foi aplicado para selecionar as descrições e indicadores relevantes para a pesquisa, bem como, para a compreensão da realidade ali apresentada. Após apreciação dos critérios, as entidades selecionadas foram:

**QUADRO 1 - LISTA DE ENTREVISTADOS**

Nº	Entrevistados/as											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ASPTTRANS			X									
GMLBMQ								X				
MEL	X						X					
MOVBI				X	X							
PETRIS		X										
IGUAIS						X						
GAYRRAIROS DO VALE									X			
SECRETARIA LGBT PT	X											
SETORIAL LGBT PSOL				X						X		
CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRINHO											X	
CENTRO DE CIDADANIA LGBT												X

Fonte: elaboração própria (2022).

Dentre as entidades selecionadas, a setorial LGBT+ do Partido Socialista Brasileiro foi a única entidade que não participou. Diversas foram as tentativas de contato, com mais de um membro do setor, todavia sem sucesso. Portanto, dentre as 12 (doze), apenas 11 (onze) participaram. A produção desses dados primários auxiliou na fundamentação e conexão entre os capítulos iniciais e a contextualização do estudo de caso apresentado.

## 1.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa está dividida em cinco capítulos. O primeiro intitulado de “Apresentação do Tema e Problema de Pesquisa”, consiste na discussão inicial sobre o tema, apresentação do problema e hipóteses desenvolvidas, em adição estão os subtópicos de “Itinerário Metodológico” e o “Estrutura da Dissertação. No segundo capítulo, intitulado de “Movimentos Sociais: introduzindo conceitos e debates teóricos”, foi realizado um resgate das teorias dos movimentos sociais, no desígnio de apreciar o estado da arte e delimitar os preceitos norteadores da pesquisa. Além disso, este tópico foi subdividido em dois subtópicos intitulados, respectivamente: (i) Movimentos Sociais e Estado Brasileiro: repertórios e encaixes institucionais; (ii) Interação Socioestatal e Política Pública: Efeitos.

No terceiro capítulo, intitulado de “Movimentos Sociais LGBTI+: trajetórias e interações socioestatais no contexto nacional”, desenvolve-se a discussão sobre as políticas públicas da diversidade sexual e de gênero sob a ótica da mútua constituição e dos repertórios de interação socioestatal. Para tanto, este capítulo é dividido em dois subtópicos: (i) Quem está por trás das políticas públicas LGBTI+ no Brasil; (ii) Movimentos Sociais LGBTI+ e Estado: direitos e políticas públicas em disputa. No quarto capítulo, as pretensões são semelhantes às do capítulo anterior, todavia, com o recorte local da análise na Paraíba. Sob o título de “Movimentos Sociais LGBTI+: trajetórias e interações socioestatais no contexto estadual”, esta seção divide-se em três subtópicos: (i) Quem está por trás das políticas públicas LGBTI+ na Paraíba; (ii) MS LGBTI+ e Estado da Paraíba: direitos e políticas públicas em disputa; (iii) por último, “Repertórios e Efeitos: Estadual”.

O quinto e último capítulo está dedicado à conclusão do trabalho, os quais espera-se desfechos compatíveis com as hipóteses levantadas, ou seja, que os movimentos sociais LGBTI+ paraibanos impactam no desenho das políticas públicas locais através dos repertórios que adotam e das interações que performam com os atores estatais.

## 2. MOVIMENTOS SOCIAIS: INTRODUZINDO CONCEITOS E DEBATES TEÓRICOS

As concepções de movimentos sociais resultam de um processo contínuo e constitutivo, portanto não findam em si mesmo, estão constantemente adequando-se ao contexto vivenciado. A exemplo disso, para Galvão (2011), o movimento operário era considerado o movimento social por excelência. Assim, a classe trabalhadora eram os atores centrais e a mobilização voltada para melhores condições de vida e redistribuição de recursos (ALONSO, 2009; GALVÃO, 2011). Meados dos anos 1960, foram observados os processos de institucionalização do movimento operário, assumindo outras formas e estratégias, somados a isso e diante o contexto pós-industrial, surgiam ali novos atores e demandas que não mais estavam atrelados ao elemento de classe social (GALVÃO, 2008, 2011).

Essas novas mobilizações que emergiram nos anos 60, ao contrário do visto no movimento operário, estavam preocupadas em aprimorar a qualidade de vida do indivíduo e afirmar uma diversidade de formas de vivê-la. A exemplo disso, são os movimentos feministas, ambientalistas, LGBT, entre outros, que lutam por mudanças sociais, pelo reconhecimento de direitos por meio da persuasão (ALONSO, 2009; GALVÃO, 2011). As teorias dos movimentos sociais são apresentadas em três correntes teóricas: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A primeira escola, denominada de Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), priorizava a racionalidade e estrutura organizacional dos movimentos. Dessa forma, a ação coletiva só seria viável após o cálculo racional dos recursos e benefícios. Essa teoria sofreu duras críticas devido ao distanciamento do aspecto emocional e a inflação da racionalidade nas organizações, de modo que foi equiparada à empresas e partidos políticos. A segunda escola é um desdobramento da TMR, a Teoria do Processo Político (TPP) aproveitou os elementos da racionalidade dos movimentos, porém as prioridades eram direcionadas às dimensões políticas e culturais. A lógica da dimensão política tem por base a “estrutura de oportunidades (EOP)”, essas estruturas, segundo Tarrow (1998 apud ALONSO, 2009), servem de baliza para apontar as mudanças nas dimensões *formais e informais* do cenário político, logo, são observados a existência de abertura ou a necessidade de criar uma para gerar um canal de comunicação entre os atores sociais e estatais. A dimensão cultural, por sua vez, é representada pelo elemento da solidariedade, sendo a mobilização o fator gerador pelo qual o grupo se conecta, compartilhando um sentimento em comum. A diferença entre a TMR e TPP resta aqui, enquanto a TMR prioriza os recursos disponíveis para mobilizar os agentes, a TPP põe o

elemento cultural como elo entre os atores, somados a uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos para fundamentar a ação coletiva (ALONSO, 2009).

Por fim, a corrente da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), surge no contexto europeu defendido por três teóricos: Alain Touraine (1978; 1983; 1989b); Jürgen Habermas (1981; 1987); e Alberto Melucci (1980; 1988). Embora exista divergências teóricas entre os autores, para Alonso (2009, p. 67), o consenso entre eles era que “uma mudança macrosocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural (por meio da tecnologia e da ciência) e borrado as distinções entre público e privado, acarretando mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito”. A ideia de que o conflito estaria em toda parte devido a interpenetração entre os mundos (público e privado) foi defendida por Touraine (1989b apud ALONSO, 2009). Para o autor, os autores são definidos por formas de vida, assim, em regra, pertencem a grupos marginais que vão de encontro aos padrões hegemônicos. Dessa forma, o movimento social surge como um ator coletivo portador de um projeto cultural, pressionando a sociedade a mudar seus costumes (ALONSO, 2009).

As contribuições habermasianas, por sua vez, abordam os movimentos sociais como formas de resistência à colonização do mundo e do estilo de vida. O autor defendeu o modelo autogestionário do movimento e a criação de um espaço “contrainstituições”, ou seja, livre de interferências externas (Estado e mercado) (ALONSO, 2009; ABERS, VON BÜLOW, 2011). Assim como Touraine, Habermas compreende o movimento como um ator coletivo com potencial de promover um projeto democratizador no aspecto social e cultural (ALONSO, 2009). Por último, a tese defendida por Melucci (1980) retrata as novas formas de conflito que adentram as *relações interpessoais, sexuais e identidades biológicas*<sup>18</sup>, reforçando as interpenetrações entre o público e o privado, obstando as suas distinções. Para o autor (1989), o conflito se desloca em duas questões principais: o *corpo* e a “*utopia regressiva com forte componente religioso*”. No primeiro caso, o corpo se torna matéria de reivindicação com a necessidade de ressignificá-lo, a exemplo disso, são os movimentos LGBTI+ aqui estudados, cuja luta é por reconhecimento e afirmação das suas identidades, sexualidades, corpos e vidas. O outro caso vem na contramão, na qual a utopia regressiva de cunho religioso fomenta uma falsa ideia de integração negando as diversidades presentes na sociedade. Dessa forma, os movimentos sociais defendidos nesta corrente são formas de resistência à colonização do mundo e do estilo de vida, em prol da diversidade e heterogeneidade da vida coletiva, das novas

---

<sup>18</sup> Alonso (2009, p. 63-64): “A distinção entre as esferas pública e privada teria se extinguido, transformando as relações interpessoais (consumo, lazer, relação com a natureza), sexuais e a identidade biológica (nascimento, morte, doença, envelhecimento) em novas zonas de conflito”

formas de sociabilidade e a criação de uma cultura democrática (GECD, 2000; ALONSO, 2009; CARLOS, 2020). Dentre as contribuições do autor à TNMS, a produção da teoria da identidade coletiva dispôs da perspectiva psicossocial na ação coletiva, ao conceber que os atores constantemente produzem e negociam significados às suas demandas e do “senso de nós”, ou seja, o sentimento de pertencimento (ALONSO, 2009).

Posteriormente, o termo “movimentos sociais” foi ampliado e integrado pela noção de “sociedade civil”. A TNMS contribuiu com esse deslocamento, na medida que passou a associar a inovação não só a um ator, mas a atrelá-la a um *locus*: a sociedade civil (ALONSO, 2009; ABERS, BÜLOW, 2011). Embora as teorias reconheçam a multiplicidade dos atores sociais, elas foram insuficientes para alcançar as diversas formas de interação entre Estado e Movimentos que ocorrem dentro e fora dos espaços institucionais. Dessa forma, observa-se algumas limitações dentro das teorias dos movimentos sociais, dentre elas Dagnino et. al. (2006) aponta a separação radical do Estado e sociedade, na intenção de enxergá-los como espaços homogêneos e essencialmente antagônicos entre si. Segundo a autora, a literatura atual precisa aproximar o debate aos processos de democratização, para tanto, devem voltar-se para as articulações existentes entre Estado e Sociedade, identificando os diferentes projetos políticos que os atravessam, bem como, explorando o reconhecimento da heterogeneidade deles, apresentando-os na íntegra a sua forma complexa e dinâmica.

Nesse sentido, a literatura vem adotando a noção de redes sociais para descrever os movimentos sociais, pois permitem abordar, tanto teórica quanto e metodologicamente, as várias “dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva, a formação de identidades coletivas e os incentivos e constrangimentos sociopolíticos à mobilização” (ALONSO, 2009, p. 23). Em outros termos, a noção de redes incorpora elementos chave que estão mobilizados nas correntes teóricas dos movimentos. Assim, a definição elaborada por Diani (1992 apud DIANI; BISON, 2010, p. 220), compreende os movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”.

Dentro dessa perspectiva é possível compreender a natureza dinâmica e fluída dos movimentos sociais, destacando as relações informais que ocorrem dentro os universo de atores envolvidos. A noção de rede tem demonstrado ser uma abordagem teoricamente e metodologicamente rica na compreensão da complexidade dos movimentos sociais. Assim, a pesquisa acata o conceito trabalhado por Diani (op.cit.), por entendê-la como capaz de atender as necessidades do estudo. Ao compreender o movimento como uma rede plural de atores engajados sob um determinado conflito político e mobilizados por uma identidade coletiva

compartilhada. O movimento LGBT+ apresenta os requisitos de definição adotadas pelo autor: (i) identidade compartilhada; (ii) problema social comum; (iii) multiplicidade de atores articulados em rede.

No caso do movimento LGBTI+ os sujeitos e sujeitas compartilham uma identidade na medida que precisam auto identificar-se enquanto sujeitos de direitos, para então, reivindicar direitos e reconhecimento social. Essa identidade coletiva os move a engajar coletivamente em ações políticas e sociais.

No Brasil, os movimentos sociais ganham notoriedade na luta contra o regime ditatorial e, conseqüentemente, no processo de redemocratização do país. Este período de transição, entre a década de 70 e 80, demarca a reconfiguração da sociedade civil, tanto no acréscimo dos movimentos sociais ao seu conjunto de organizações, quanto na aplicação do papel destes enquanto atores sociais responsáveis pela transformação sociocultural. No tocante a este cenário, é ostensiva a literatura quanto à unificação do quadro *múltiplo e heterogêneo* de atores sociais aliados à emergência de um projeto de derrubada do autoritarismo e de reconstrução da democracia (GECD, 2000; LAVALLE, 2003; ALONSO, 2009; CARLOS, 2020).

Posteriormente, ultrapassados o governo autoritário<sup>19</sup>, a conjuntura brasileira encontra certo fôlego na década de 90, o que possibilita a mudança estratégica na atuação dos atores sociais perante o Estado, inclusive quanto ao potencial de sinergia entre alguns atores sociais e estatais. Naquele momento, ocorreu uma diversificação das formas, assim, além das ações combativas contra o Estado, os movimentos sociais passaram também a exercer - em alguns casos - ações de caráter colaborativo (LAVALLE, 2003; BORBA, 2012). Essa perspectiva, permite os estudos abordarem de forma pragmática e evitando a narrativa dualista, do bem versus o mal, personificado, respectivamente, por atores da sociedade civil e a figura do Estado no que tange aos papéis desempenhados na construção democrática (LAVALLE, 2003; DAGNINO et. al., 2006).

Neste período, denominado de pós-transição, o Estado pôs em prática os instrumentos promulgados na Constituição Federal de 1988, a exemplo da ampliação e institucionalização dos canais de participação, facilitando o acesso dos atores sociais nos espaços institucionais, conferindo a eles a possibilidade de ocupar as instâncias de tomada de decisão e no desenho das políticas públicas (LAVALLE, 2011; LAVALLE et. al. 2018). Outra contribuição do referido ordenamento jurídico remete ao princípio da descentralização que estende a

---

<sup>19</sup> Ressaltando que os projetos autoritários não foram extintos por completo. Do contrário, esteve formalmente latente em todos os nossos processos históricos-políticos-sociais, inclusive, ressurgindo, materialmente, nos últimos anos da conjuntura política brasileira (DAGNINO et. al., 2006).

competência dos entes federativos quanto à execução de alguns dos serviços sociais, sobretudo no exercício dos processos de políticas públicas, na finalidade de aproximar o Estado à sociedade, bem como, atentar para as realidades e necessidades locais (LOTTA; VAZ, 2015).

A entrada dos governos petistas, em 2003, proporcionou uma experiência diferenciada na matéria de participação política, ao explorar os instrumentos existentes, fortalecendo os canais institucionais, inserindo ativistas nos espaços institucionais e cargos governamentais (DOWBOR, 2012; ABERS et. al., 2021). Essa experiência levou a literatura brasileira do campo movimentalista a aprofundar os estudos das interações socioestatais sob a ótica da mútua constituição (ABERS, BÜLOW, 2011; DOWBOR, 2012; LAVALLE et. al. 2018; ABERS et. al., 2021). Esses novos arranjos de participações demandaram uma reconfiguração nos processos de interações socioestatais, logo, sustentar a tese de oposição entre eles, ou enxergar os movimentos sociais como meros reagentes a uma política de confronto, limitava analiticamente o potencial de interação e colaboração destes nos espaços institucionais. Nesse sentido, Lavallo et. al. (2018) apresenta os elementos que passam a descrever as interações via instituições, com base na literatura, vejamos:

As pesquisas conduzidas no Brasil (Abers e von Bülow, 2011; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Carlos, 2012; Dowbor, 2012; Szwako, 2012; Silva e Oliveira, 2011; Tatagiba e Blikstad, 2011; Alonso, Costa e Maciel, 2007) e alhures (Banaszak, 2005; Goldstone, 2003; McAdam e Scott, 2005; Clemens, 1993, 2005; Giugni e Passy, 1998) demonstram que os movimentos sociais não podem ser reduzidos analiticamente às reações da política de confronto desencadeadas e sustentadas por organizações e redes informais. Esses estudiosos trazem novos elementos para descrever as interações via instituições entre movimentos e Estado, a partir de três assertivas. **Primeira:** os movimentos sociais se engajam em um conjunto de atividades que não necessariamente implicam a relação de conflito com os detentores de poder; em sociedade complexas, movimentos também cooperam com o Estado, colaborando na elaboração e implementação de políticas governamentais (Giugni e Passy, 1998; Carlos, 2012,2015). **Segunda:** os movimentos sociais combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado, em modelos híbridos e criativos que promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Carlos, 2012; Dowbor, 2012). **Terceira:** o uso de canais institucionalizados no repertório de ação e a formalização das organizações não leva obrigatoriamente à desmobilização do movimento (Carlos, 2012; Dowbor, 2012) (LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2018, p. 39).

Dessa forma, as assertivas apresentam o desenvolvimento da literatura do campo movimentalista. As experiências brasileiras, sobretudo aquelas vivenciadas nos governos petistas, reformularam os estudos de participação. Diante disso, as duas primeiras assertivas, com base nos trabalhos de Carlos (2012; 2015), Dowbor (2012), Abers et. al. (2014), observou-se a discussão sobre a ampliação dos repertórios dos movimentos sociais, a possibilidade de interação entre os atores sociais e estatais sob a ótica da mútua constituição, ou seja, ambos

atores atuando de forma cooperativa no desenho das políticas públicas. Afastando-se da perspectiva que limitava os movimentos sociais a uma política de confronto. Na primeira assertiva, reconhece a amplitude e diversidade de estratégias adotadas pelo movimento para influenciar o Estado, sem necessariamente implicar no confronto direto. Na segunda, por sua vez, são identificados a flexibilidade e adaptabilidade dos movimentos para relacionar-se com o Estado. Outro ponto, na segunda assertiva, identificou-se a questão dos canais de interação, os quais podem ocorrer tanto dentro quanto fora dos espaços institucionais.

A terceira assertiva o intuito é distanciar-se da literatura norte-americana, ancoradas por Tarrow (1997), McAdam, Tarrow e Tilly (2001), que compreende os processos de institucionalização das demandas e interações entre movimentos sociais e Estado como atos de desmobilização ou cooptação (LAVALLE et. al., 2018). Na contramão disso, a terceira assertiva apresenta a formalização e processos de institucionalização como estratégias de ação do movimento social, deslocando o local do pleito das ruas para dentro dos espaços institucionais (DOWBOR, 2012; LAVALLE et. al., 2018). Dessa forma, a perspectiva da participação institucionalizada pode coexistir com as formas mais tradicionais de mobilização. Além disso, a organização formal dos movimentos podem ser adotadas como tática para fortalecer a atuação dos movimentos sociais.

Diante disso, as pesquisas destacam que os movimentos sociais não podem ser simplificados à uma reposta reativa as políticas de confronto, mas que na realidade, envolvem uma gama complexa de estratégias e interações socioestatais. Seja cooperando e/ou combinando diversas formas de relações, operando dentro dos canais institucionais ou engajando com atores e setores governamentais, sem que isso implique ou signifique na perda de autonomia dos movimentos (CALOS, 2012; DOWBOR, 2012; LAVALLE et. al., 2018).

Os governos petistas são reconhecidos por quebrar o imaginário de oposição entre os atores, tensionando as fronteiras do Estado e sociedade, intensificando as interações socioestatais por meio dos arranjos participativos e institucionais, aproximando os movimentos sociais e demais atores sociais, inserindo-os em seu governo, às vezes com a admissão dos militantes/ativistas em cargos governamentais, outras envolvendo-os nos processos de formulação e implementação das políticas públicas dentro dos conselhos e/ou conferências (ABERS et. al., 2018; SZWAKO, DOWBOR, PEREIRA, 2020; TATAGIBA; TEIXEIRA et. al., 2021).

Contudo, essa retrospectiva teórica permite questionar quais atores e setores da sociedade civil estavam conseguindo adentrar esses canais, de que maneira estava sendo realizado esse diálogo. Indagar, principalmente, sobre a participação dos movimentos sociais

e demais atores atuantes na pauta da diversidade sexual e de gênero dentro desse contexto. No terceiro capítulo será discutido, especificamente, o caso dos Movimentos Sociais LGBTI+ e a relação com o Estado.

No subtópico a seguir, serão discutidos os conceitos de encaixes institucionais e repertórios de interação que servirão de base para descrever a correlação entre movimentos sociais e políticas públicas, quanto aos efeitos e a capacidade de influência destes na implementação desses instrumentos.

## 2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO BRASILEIRO: REPERTÓRIOS E ENCAIXES INSTITUCIONAIS

No tópico anterior, foram apresentadas brevemente as correntes teóricas que embasam os estudos sobre movimentos sociais e observado as particularidades de tratar a temática. Apreciado as discussões, a literatura contemporânea trabalha com a definição de redes sociais para descrevê-lo. Com base nisso e retomado a definição elaborada por Diani (1992)<sup>20</sup>, frisa-se alguns elementos essenciais à sua natureza: a rede de interação informal; a pluralidade de indivíduos; conflito político ou social em comum; e por último, a presença de uma identidade coletiva compartilhada. Esta definição auxilia na identificação e compreensão do que seriam movimentos sociais. Entretanto, para assinalar as formas políticas de agir, Tilly adotou a noção de repertório para “designar o leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22). O conceito de repertórios tillyano surge em meio as formas de ação coletiva ou formas políticas de agir, além disso, o autor aponta o acompanhamento temporal dos repertórios a realidade daquele determinado momento.

Os repertórios de ação são, portanto, vistos como os conjuntos historicamente limitados de formas de ação conhecidas e consideradas legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, assim se tornando rotineiras. Nas palavras do autor, são “formas pelas quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (Tilly, 1995: 41). Tilly (1978) argumenta que os repertórios de ação podem ser compreendidos como as línguas, conhecidas de forma tácita e tidas como óbvias por aqueles que as compartilham em dado recorte espaçotemporal. Atores sociais tenderiam, portanto, a agir de acordo com essas formas de ação disponíveis, estando apenas eventualmente abertos a inovações (PEREIRA, SILVA, 2020, p. 619).

---

<sup>20</sup> Diani (1992 apud DIANI; BISON, 2010, p. 220), compreende os movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”

Os repertórios são formas de ação política ou formas de agir conhecidas pelos atores sociais. No trato de movimentos sociais, os repertórios indicam como os atores devem agir naquele determinado confronto. Por exemplo, os movimentos LBGTI+, nacional e paraibano, compartilham repertórios entre si. A realização da Parada da Diversidade é uma estratégia desses sujeitos e sujeitas, portanto, se apresenta como uma linguagem própria para mobilizar e engajar a demanda da diversidade sexual e gênero. Na Paraíba, além das paradas, os movimentos sociais costumam reivindicar suas demandas em atos de rua, boicotes a empresas lgbtfóbicas (virtualmente ou presencialmente), realização de beijaços<sup>21</sup>, entre outros.

Considerando as intenções da pesquisa de tratar as ações resultantes das interações socioestatais, não será objetivo do tópico esgotar as diversas concepções atribuídas aos conceitos de repertórios, entretanto, para uma acepção mais adequada à literatura contemporânea, deve-se entendê-los não só como um conjunto de formas ações coletivas limitadas no seu espaço e tempo, mas contemplar também as *formas de organização, interação e interpretação* inseridas nos contextos históricos (ALONSO, 2012; PEREIRA; SILVA, 2020). Em outras palavras, assim como os movimentos sociais se apresentam enquanto processos distintos entre si, as suas formas de organização e ação seguem estas mutabilidades.

Entretanto, para a realidade brasileira, a noção tillyana de repertório demonstrou ser limitada por estar centrada sob a ótica do conflito perante as relações socioestatais. Nos trabalhos da Abers e von Bülow (2011), Dowbor (2012; 2018) Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Carlos (2012;2015;2021), testemunha-se as três assertivas destacadas no tópico anterior, ou seja, as interações dos movimentos sociais com o Estado não se limitam a uma política de confronto, podendo operar sob a ótica da mútua constituição, na qual os atores sociais colaboram com o Estado no desenho das políticas públicas. Em alguns casos, os atores estatais são ativistas sociais dentro do aparelho estatal e lá impulsionam a demanda das ruas. Outro ponto, são os canais institucionais que nos últimos anos têm sido estratégia dos movimentos sociais, deslocando o local de reivindicação para dentro dos espaços institucionais, a exemplo dos conselhos, audiências públicas, entre outros.

O conceito que interessa mais diretamente a este trabalho é o de repertórios de interação, apresentados por Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Nesta oportunidade, as autoras conduziram o conceito tomando por base as experiências vivenciadas pelo governo Lula, que “abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as

---

<sup>21</sup> É uma forma de protesto utilizada por alguns movimentos LBGTI+, na qual os ativistas organizam a mobilização no estabelecimento público ou privado que foi cenário de crimes de lgbtfobia. Lá os ativistas proferem palavras de ordem e em repúdio realizam um grande beijaço.

chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado” (ibid. p. 326). Dentre os argumentos centrais apresentados, as autoras comentam sobre o percentual de militantes/ativistas aliados a movimentos sociais ocupando postos-chave no governo e, que este fato expandiu os espaços de militância para o âmbito institucional, uma vez que estes atores continuaram defendendo suas bandeiras de rua. Nesse sentido, o trabalho de Abers e von Bülow (2011, p. 78), ressalta que os movimentos “constroem vínculos de colaboração com o Estado” ou operam dentro do aparelho. Isso resulta dos processos de articulação dos indivíduos que integram ou não o Estado.

No estudo de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) são apresentadas quatro rotinas de interação socioestatal, são elas: os protestos e ação direta; participação institucionalizada; política de proximidade; e por último, a ocupação de cargos na burocracia. Essas rotinas são, por vezes, combinadas, e/ou adaptadas pelos atores para determinadas situações nos processos de interação. No primeiro caso, protestos e ação direta, se trata de uma espécie de rotina por excelência dos movimentos sociais, em regra, são mobilizações coletivas no intuito de pressionar ou negociar com atores estatais sobre uma determinada demanda social. Por exemplo, marchas, paradas, protestos, entre outros. Conforme as autoras (op. cit., p. 332), os métodos utilizados dentro dessa rotina buscam “publicizar conflitos, reforçar identidades e compromissos, e demonstrar o poder dos números”. Ademais, foram identificados dois tipos de rotinas dentro desse método: (i) nas situações em que os governos dificultam as demandas dos movimentos, realiza-se “protesto para abrir ou reestabelecer negociações”; (ii) do contrário, quando os governos e movimentos possuem projetos políticos em comum, realiza-se o chamado “protestos como parte do ciclo de negociação”. Esse método é facilmente identificado em movimentos, por exemplo, o movimento LGBTI+, nacional e paraibano, adotam em ambas situações, seja em governos mais ou menos favoráveis. Na Paraíba, as Paradas da Diversidade, em regra, são negociadas com o governo municipal e/ou estadual, e neste ato político é um espaço que o movimento local promove as suas demandas, no qual também aproveita para fazer captação de pessoas para mobilização, conforme foi observado nas entrevistas com representantes das entidades.

No segundo caso, a participação institucionalizada, é uma rotina que emprega o uso dos canais institucionais. Logo, as comunicações, negociações e deliberações dos atores são realizadas dentro de espaços formais. Segundo Abers et. al. (2014), esse método incentiva a governança compartilhada, entretanto, por acontecer dentro do Estado, os atores estatais ocupam o papel central na condução do feito. Por exemplo, as autoras apontam três modelos tradicionais adotados pelo sistema brasileiro: o orçamento participativo, os conselhos de

políticas públicas e conferências. Em adendo a isso, o ordenamento jurídico pátrio dispõe de outros mecanismos que fortalecem os canais, como audiências públicas, *amicus curiae*, entre outros. No caso dos movimentos sociais LGBTI+, nacional e paraibano, trabalhar dentro dessa rotina foi necessário adequar bastante o formato das entidades, por exemplo, no período pós-transição que marca o início das aproximações e aberturas dos canais, observou-se o processo de formalização dos movimentos sociais e institucionalização das demandas. O movimento LGBTI+ adentrou os espaços institucionais pleiteando políticas de saúde pública para a comunidade até alcançar espaço próprio, como foi a instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT) em 2010. Na Paraíba, o Conselho Estadual dos Direitos LGBT foi criado em 2017. Esse instrumento é apontado por alguns representantes locais - informação colhida nas entrevistas - como uma das conquistas mais significativas para o movimento social. É interessante destacar que o movimento LGBTI+ paraibano tem atuação em ambas instâncias (estadual e federal), desempenhando um papel relevante no desenho das políticas públicas governamentais.

A política de proximidade, de acordo com Abers et. al. (2014), essa rotina é entendida como o *lobby*, geralmente ocorre dentro do Poder Executivo ou Legislativo. É uma forma de negociação direta com contatos específicos, provocando as trocas clientelistas. Situações em que determinados atores ocupam posições de privilégio e acabam por realizar alguma barganha para fazer avançar ou travar determinadas demandas de interesse. No caso do movimento LGBTI+ nacional, observou-se essa rotina dentro das negociações com o executivo federal, na época dos governos petistas, sobretudo do governo Lula, com a presença de ativistas ocupando cargos públicos. No legislativo federal, embora exista *lobby* que promova as demandas da diversidade sexual e gênero, há também outras e com maior força que atuam contra essas pautas. Não há até o presente momento legislação específica que tenha sido aprovada no congresso nacional. Essa impermeabilidade, foi identificada por Pereira (2018), quando analisou a atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e da Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBT (FPLGBT), percebendo o deslocamento e embargos às demandas da diversidade sexual e gênero logo no início do governo Dilma. Os resultados políticos daquele confronto favoreceram a FPE e freou significativamente as políticas públicas LGBTI+, no executivo e legislativo federal.

Entretanto, na contramão disso, o legislativo e executivo paraibano, conforme apreciado nos instrumentos normativos e informações colhidas nas entrevistas com representantes dos movimentos sociais LGBTI+ local, testemunhou-se uma certa porosidade, sobretudo nos últimos anos. No que tange ao quantitativo de leis estaduais, a Paraíba apresentou

o total de 20 instrumentos, com demandas que majoritariamente foram mobilizadas inicialmente pelos atores sociais e levadas para deputados e assessores. A primeira lei instituída na Paraíba que endereçou a demanda da diversidade sexual, a Lei Estadual de nº 7.309/2003, foi fruto da mobilização do *movimento homossexual*<sup>22</sup> que protestava os casos de violência contra pessoas LGBTs, em especial pessoas trans e travestis que trabalhavam como profissionais do sexo no centro da cidade e na avenida Epitácio Pessoa. Conforme entrevista, o representante do Gayreiros do Vale conta que após pressões e diálogo com vereadores aliados à causa, como Ricardo Coutinho (PT), conseguiram uma sessão especial na câmara dos vereadores para pautar sobre a realidade vivenciada pela comunidade LGBT da época. Entretanto, a lei só veio a ser oficializada anos após o debate nos canais institucionais locais, no governo de Cássio Cunha Lima (PMDB). No quadro elaborado no capítulo quatro, constata-se o impulsionamento de leis elaboradas no período de 2017 a 2022. Além disso, são contemplados os autores/as responsáveis pelo instrumento e o partido no qual são membros. Essa aproximação com os poderes locais foi apontada por todos os representantes nas entrevistas, alguns em maior e menor grau de interação, mas sempre presentes.

Por último, a rotina de ocupação de cargos na burocracia, para Abers et. al. (2014), essa estratégia retroalimenta as demais rotinas de interação, sobretudo a discutida anteriormente: a política de proximidade. A ocupação do cargo público facilita as conexões e negociações, diminuindo, inclusive, o grau de burocracias por trás dos processos. Basicamente, ocorre um pareamento dos projetos políticos, ou seja, sabendo que aquele gestor ou servidor é aliado à pauta do movimento a probabilidade de compatibilidade nas ações são altas. Outro ponto interessante destacado pelas autoras é a informação de que alguns movimentos sociais são formados por servidores públicos, como foi o caso do movimento reformista do setor da saúde. Esse dado de que atores estatais figuram também no polo de ativistas sociais dentro do aparelho estatal é algo trabalhado na pesquisa de Abers e Bülow (2011), na qual as autoras apontam certa limitação da literatura clássica dos movimentos quando não consegue alcançar esses atores e os repertórios ali desenvolvidos.

Na medida que os repertórios trazem à tona a questão da forma de ação, organização e interação, o conceito de encaixes institucionais possibilita “analisar os movimentos quando estes adentram as instituições e institucionalizam suas demandas e sua posição em diversos setores de políticas públicas” (LAVALLE et. al., 2018, p; 37) e lá atuam conjuntamente no desenho destas. Gurza Lavalle et. al. (op. cit.) ao trabalhar sob a ótica da mútua constituição,

---

<sup>22</sup> Movimento homossexual era o termo adotado na época.

define os encaixes enquanto uma sedimentação institucional de dupla conotação, logo, deriva da própria interação socioestatal (ação) e do resultado dela como artefato institucional (produto). Na direção contrária à literatura clássica que sustenta narrativa da separação rígida entre sociedade e Estado, logo, julga qualquer aproximação entre movimento social ao Estado como uma fatalidade, atualmente estuda-se essa interação via instituição considerando os elementos citados anteriormente: (i) o movimento não precisa ser um ator meramente combativo, pode atuar de maneira cooperativa e colaborativa com Estado quando oportuno; (ii) as formas de interação combinam a articulação de ações institucionalizada ou não; (iii) o emprego de canais institucionais no repertório dos movimentos sociais, não implica necessariamente na sua desmobilização, desradicalização ou cooptação (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; LAVALLE, ET AL, 2018; CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2021).

O estudo dos encaixes institucionais somados aos repertórios de interação, contribuem substancialmente na construção da pesquisa e na compreensão da discussão levantada. O manejo do conceito de encaixes auxilia na investigação, no processo de identificação das formas de interação entre os atores sociais e estatais, bem como, o processo de influência destes nas políticas públicas, logo, nos resultados e efeitos. As políticas da diversidade sexual e gênero no Brasil começaram a ser deliberadas, no nível federal e, posteriormente, operadas em contextos municipais e estaduais. À vista disso, algumas ponderações devem ser consideradas: (i) a questão dos níveis hierárquicos e a passagem dos instrumentos por meio delas; (ii) a questão da especificidade de tratar sobre a temática LGBTI+ que nos limita a políticas específicas e transdisciplinares. Estes aspectos condicionam o contexto em que operam as interações socioestatais, e conseqüentemente, os resultados obtidos. O pacto federativo brasileiro proporciona aos entes de governo autonomia e uma vasta cadeia de competências, assim, municípios e estados possuem autonomia para decidir sobre suas políticas públicas específicas (BICHIR, 2018; CAVALCANTE, 2021). A implementação das políticas LGBTI+, no primeiro momento, adveio do estímulo do nível federal para o estadual. A manutenção destes, após alternância de poder a nível federal e saída dos governos petistas, sobretudo entre os períodos de 2011 a 2018, ocorreu pelo fato de que no plano estadual o governo em exercício era alinhado ao PT e ao modo *petista de governar*, logo, operando com aberturas e canais institucionais ativos com os movimentos sociais locais.

A expressão *modo petista de governar* remete às primeiras experiências de gestão democrática nos governos municipais adotados pelo partido dos trabalhadores, na década de 1990 e 2000, cujo projeto era de cunho democrático e popular (BITTAR, 1992 apud

BEZERRA, 2014). Nesta época, segundo Serafim (2019, p.35), o modo petista de governar era caracterizado pelas ideias de democracia participativa, inversão de prioridades, luta contra a corrupção, redução das desigualdades, inclusão política dos grupos marginalizados e ampliação de direitos de cidadania (BAIOCCHI; BRAATHEN; TEIXEIRA, 2013). Diante deste cenário, fortes expectativas a respeito da atuação do PT no governo federal foram criadas, principalmente por parte dos movimentos sociais que há anos lutavam por espaço na esfera pública.

É notório o reconhecimento da abertura e inserção dos movimentos sociais dentro do governo petistas pela literatura (ABERS; BÜLOW, 2011; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA; 2014; LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2018; CARLOS et. al., 2021; TATAGIBA, TEIXEIRA, 2021), e estas experiências levaram à reflexão quanto às formas de ação mais antagônicas entre os atores, para alcançar os novos padrões de comunicação, negociação e interação visando a cooperação e colaboração entre eles, sobretudo, na formulação e implementação de políticas públicas de seus interesses.

À vista disso, o movimento nacional LGBTI+, sobretudo no governo Lula, soube aproveitar a oportunidade política para fazer avançar as demandas da diversidade sexual e de gênero através da participação formal nos conselhos e conferências no propósito de elaborar e implementar políticas públicas. Já no primeiro mandato, por exemplo, o movimento LGBTI+ requisitou a participação no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) para apresentar as propostas elaboradas e aprovadas em plenárias promovidas nos encontros nacionais. Nesta ocasião foi designada uma Comissão Provisória de Trabalho, formada por atores da sociedade civil e Estado, para elaborar o programa do BSH (GOMES, 2016), por conseguinte, no mês de maio de 2004, foi lançado como produto desta interação socioestatal<sup>23</sup>. Nas entrevistas, o representante do Movimento Espírito Lilás (MEL) relembra a participação na construção do programa, “O MEL ele se orgulha muito em ter feito escola nessa pauta do controle social, quando a gente na década 2000, 2001 e 2002, a gente contribuiu pra construir o primeiro Programa Brasil Sem Homofobia já no governo Lula” (Entrevista com o Representante 01 do Mel, 2022).

O programa alarga a demanda institucional da diversidade que antes estava limitada e concentrada nas ações de saúde pública na prevenção e enfrentamento ao HIV/Aids ao abraçar

---

<sup>23</sup> Segundo Gomes (2016) a criação do programa do BSH contou com a participação de mais 30 lideranças do Movimento LGBT e 20 entidades - inclusive o Movimento Espírito Lilás (MEL) de João Pessoa estava presente, na figura de Luciano Bezerra Vieira - além dos representantes institucionais (Ministérios e Secretarias de Governo) e organismos internacionais.

as questões de segurança, educação, cultura, empregabilidade, direitos humanos e entre outros. Contudo, restava uma grande fragilidade no feito: ausência de orçamento. No ato da sua criação, o programa tinha baixa vinculação com orçamento da União, inclusive, o custeio adveio da pasta da saúde do Programa Nacional de DST/AIDS e na época a dotação orçamentária para subsidiar as ações foram cerca de R\$ 200 (duzentos) mil reais (GOMES, 2016). Então, o movimento LGBT teve que encarar o Congresso Nacional - o qual historicamente é território político inflexível, devido à forte presença de atores antagônicos (bancada cristã e conservadora) - para aprovar emendas parlamentares com destinação de recursos as pastas da Secretaria Especial de Direitos Humanos e demais Ministérios na finalidade de executar as ações estratégicas previstas no BSH. Assim, apenas em 2006, as ações de políticas públicas LGBTI+ passaram a ser inseridas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esse programa impulsionou determinados municípios e estados brasileiros a encarar a demanda da diversidade sexual e gênero, bem como lidar com os atores sociais mobilizados em cada região. Majoritariamente, a literatura do campo movimentalista trata conceitos de encaixes institucionais e repertórios de interação analisando a perspectiva nacional, poucos são aqueles dedicados a níveis subnacionais. A Paraíba tem demonstrado cenários análogos aos vivenciados nos governos petistas, sobretudo em períodos de baixa indução do governo federal na implementação das políticas LGBTI+. Esse fenômeno induziu a pesquisa a investigar os processos de interação e institucionalização das demandas, as dinâmicas sociais adotadas e os produtos resultantes disso. O estado paraibano tem sido destaque e referência para demais estados, conforme relata o Entrevistado 07, a Lei dos Cartazes - Lei Estadual 10.895 de 2017 - tem sido “[...] uma dinâmica extraordinária, algo tão simples, né? Mas que foi copiada e foi até melhorada no Piauí, no Ceará, no Rio de Janeiro [...]” (Entrevistado 07, 2022). Essa lei estabelece a obrigatoriedade da fixação de cartazes em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando a existência da Lei 7.309/03, que proíbe e pune discriminações em virtude da orientação sexual e identidade de gênero. A política mais recente, implementada em 2022, foi a casa de acolhimento Cris Nagô, demanda antiga dos movimentos sociais que foi acolhida pelo governo atual.

O movimento LGBTI+ paraibano tem histórico de atuação na luta por direitos e políticas da cidadania LGBT+ no plano nacional e estadual (GOMES, 2016; MELO, 2020). Como bem pontuado pelo entrevistado do MEL, tem “*feito escola*” no controle social, no sentido de saber trabalhar com maestria os instrumentos participativos e democráticos. Na Paraíba, a inserção dos atores sociais atuantes na demanda LGBTI+ começaram de forma bem similar ao nacional, pelas beiradas do aparelho estatal. Assim, pautando a saúde para a

população LGBTI+ nos espaços de poder, posteriormente, questões de segurança pública, tendo em vista o alto índice de violência contra esses sujeitos e sujeitas, até alcançar hoje espaços e/ou instrumentos próprios dentro do Estado.

## 2.2. INTERAÇÃO SOCIOESTATAL E POLÍTICA PÚBLICA: EFEITOS

As novas práticas, ou melhor, os repertórios adotados pelos movimentos sociais redefiniram o espaço político, de modo que o “fazer política” não mais estava limitado à figura do Estado ou de entidades institucionais, mas envolviam toda a sociedade (GECD, 2000). Ao inserir conceitos como repertório de interação (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA; 2014) e encaixes institucionais sob a ótica da mútua constituição (LAVALLE, CARLOS, DOWBOR, SZWAKO, 2018) para analisar as relações entre Estado e sociedade, observou-se o ajuste teórico para enxergar a capacidade cooperativa entre eles, sobretudo no desenho das políticas públicas. Neste tópico, discute-se os efeitos políticos e os modelos analíticos que se propõe a estudá-los, especialmente, na sua forma enquanto resultado (*outcomes*).

Segundo Silva (2021), dois processos marcantes foram significativos para esse reajuste teórico: (i) a *difusão das chamadas instituições participativas* em todas entidades federativas e subsistemas de políticas públicas (a exemplo de conselhos, conferências, OP e entre outros); (ii) a *incorporação de organizações da sociedade civil* no ciclo de políticas públicas<sup>24</sup>. Para o autor, esses fatores destacam também o debate da *institucionalização*, quando:

“de um lado, proporcionou às organizações e aos ativistas a participação (maior ou menor) em espaços estatais na condição de membros (mais ou menos) reconhecidos das redes de políticas públicas; mas, de outro lado, demandou de tais agentes a adequação às condições, relações, normas e instrumentos que conformam aqueles espaços e redes (ibid., p. 72).

Em nota, o autor ressalta alguns pontos quanto à inserção dos atores sociais nos espaços institucionais, ao declarar que essa cinesia não necessariamente implicaria no maior protagonismo deles ou na capacidade de incidência elevada nos processos de políticas públicas. Isso é algo a ser considerado quando a investigação busca medir a ação, de forma unilateral, do movimento - o que não é o caso em questão.

---

<sup>24</sup> O ciclo de políticas públicas remete a determinadas etapas condizentes ao instrumento de PPs: formulação de agendas de governo; decisão política; implementação; monitoramento; e avaliação (SOUZA, 2006; CAPELLA, 2018)

Nesse sentido, ao questionar sobre efeitos dos movimentos sociais nas políticas públicas é necessário, primeiramente, saber que os estudos voltados para os efeitos abordam duas perspectivas: (i) a influência de movimentos nas políticas públicas; (ii) a influência das políticas públicas nos movimentos (ABERS, ALBUQUERQUE, CARLOS, DOWBOR, ROMÃO, SILVA, TATAGIBA, TEIXEIRA, 2021). Inicialmente, a literatura adotava os marcadores analíticos utilizando os termos “sucesso” e “fracasso” para atribuir o alcance e consequências das políticas públicas. Contudo, os termos demonstraram ser insuficientes, por não levar em consideração quanto aos efeitos *não intencionais* dos atores (CARLOS, 2021). Além disso, os termos eram reducionistas na medida que pressupõe a ideia do movimento como homogêneo e àquele determinado resultado como fruto da realidade para todos os atores (GIUGNI, 1998 apud CARLOS, 2021). Entretanto, o imaginário da homogeneidade e suposta uniformidade dos atores - sociais ou estatais - foram quebrados por Dagnino et. al. (2006), ao reconhecer a heterogeneidade dos atores e a pluralidade de projetos políticos que podem mobilizá-los de formas diferentes.

Dessa forma, estudos mais recentes vêm adotando as categorias de efeitos internos e externos. No primeiro caso, Earl (2000 apud CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2021, p. 100), apresentou uma classificação dos efeitos internos e como eles afetam o próprio movimento, sendo: “(i) nos ativistas e no seu ciclo de vida (consequências pessoais e biográficas); (ii) dentro do movimento na construção de identidade coletiva e formas organizacionais; (iii) no campo do movimento, na criação de contramovimento e na influência em outros movimentos”. Essa classificação é interessante por demonstrar que o movimento também está suscetível a mudanças, além de mostrar em quais aspectos internos do movimento sofrem repercussões. Na outra perspectiva dos efeitos externos, são observados os impactos nas dimensões culturais e políticas. As dimensões culturais remetem aos processos de enquadramentos interpretativos e às mudanças provocadas na sociedade, seja, nas condutas sociais, costumes, entre outros (CARLOS et. al., 2021). Por outro lado, as dimensões políticas estão atreladas às transformações provocadas na estrutura do Estado, nas instituições, no ordenamento jurídico, instrumentos políticos, entre outros (CARLOS et. al., 2021).

Outra perspectiva foi apresentada na obra *The Consequences of Social Movements*, elaborada por Bosi, Giugni e Uba (2016), quanto às matérias de efeitos dos movimentos sociais foram observadas e distribuídas em três agrupamentos: *indivíduos, instituições e políticas*. De acordo com Carlos (2021, p. 4), esse trabalho abarcou as “consequências sociais, culturais, institucionais, políticas e no mercado”. Dessa forma, ao tratar sobre o primeiro grupo, os indivíduos, a obra amplia a capacidade de alcance das consequências biográficas, antes

reduzidas ao efeito nas trajetórias dos ativistas, agora com potencial de provocar mudanças na sociedade. Partindo do pressuposto de que transformando um indivíduo muda-se o mundo, paulatinamente. Outro ponto contributivo foi a inserção de ativistas e/ou militantes sociais na burocracia pública, tal feito, conforme Carlos (op. cit), possibilita o engendramento de mudanças sociais e políticas ao criar instrumentos políticos e/ou normativos de interesse do movimento social. Para a autora (op. cit., p.), as chaves analíticas sob a ótica dos indivíduos na ação coletiva restam nos “enquadramentos interpretativos, discursos, táticas, organizações e identidades (Polleta e Jasper, 2011; Whittier, 2004) ”.

No segundo grupo das instituições, a regra é que os movimentos sociais provocam transformações institucionais. Enquanto instituição, Carlos (op. cit.) apresenta dois tipos: as *formais*<sup>25</sup> e *informais*<sup>26</sup>, respectivamente, uma refere-se à estrutura do Estado e a outra faz alusão às regras e costumes sociais. Dentre as contribuições derivadas da obra de Bosi et. al. (2016 apud CARLOS, 2021), são assinaladas três formas de investigar essas transformações: primeiro, compreendê-las com uma *consequência cultural de movimentos*; segundo, como *mudança incremental nas relações de poder*, implicando nas instituições formais e informais ou, ainda, no ordenamento jurídico; terceiro, como *transformações abruptas* que acarretam mudanças significativas no contexto político, cultural, econômico, a exemplo de revoluções, crises, entre outros. Finalmente, o grupo das políticas, vinculado à perspectiva dos efeitos dos movimentos sociais nas políticas públicas. Majoritariamente, a literatura enxergava o potencial de influência dos atores sociais nos estágios iniciais do ciclo de políticas públicas, porém, entendia existir baixo potencial nos estágios finais (SOUZA, 2006; TATAGIBA, ABERS, SILVA, 2018; CARLOS, 2021). Os movimentos sociais são fontes de inovação por excelência (GOHN, 2011), ao apresentar alternativas na origem das políticas públicas, seja nas etapas de formulação de agenda ou política, que são aproveitadas e implementadas por gestores através dos instrumentos políticos ou normativos.

Nota-se uma aproximação dos trabalhos de Earl (2000) e Bosi et. al. (2016), em ambos os casos são observados os efeitos intramovimentos e extramovimentos, com atenção para a coletânea de Bosi et. al. (2016) que amplia a perspectiva analítica, ao incluir o mercado, além operar as análises sob a ótica de três agrupamentos: *indivíduos, instituições e políticas*. Ao tratar as condições sob as quais os movimentos sociais importam para a política e políticas públicas, Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021, p. 102-103) apresentam quatro modelos

---

<sup>25</sup> São aquelas que remetem a estrutura do Estado, como os poderes, legislações, regimes, entre outros (CARLOS, 2021).

<sup>26</sup> São aquelas que remetem a regras sociais, costumes, tradições, entre outros.

explicativos. No primeiro modelo são observados *os efeitos intencionais dos protestos e ações disruptivas*, além disso, *o papel das variáveis organizacionais e de ação como causa do sucesso dos movimentos*. Segundo as autoras, esse modelo deriva da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), assim, questões como a formalização, organização são associadas aos efeitos produzidos.

No segundo modelo verifica-se o *contexto político na facilitação ou constrangimento dos resultados dos movimentos*. Dessa forma, ao contrário do modelo anterior que foca na “estrutura de mobilização”, este outro enfatiza o “contexto político” sob a perspectiva de duas categorias: *opinião pública e a oportunidade política*. A primeira categoria, por sua vez, possui duas funções: (i) buscar aderência do público em geral e apoiadores; (ii) indicar o clima no qual aquelas interações ocorrem. Na estrutura de oportunidades são considerados dois aspectos: (i) *sistema de aliança e opositores*, logo, a construção de alianças dentro e fora do Estado e opositores enfraquecidos favorecem os resultados do movimento; (ii) *instituições do Estado*, embora produzam *constrangimentos à ação coletiva*, também abrem oportunidades para os movimentos. Para as autoras (op. cit.), a noção de oportunidades políticas tem demonstrado ser insuficiente no trato do efeito dos movimentos sociais, na política ou política pública, tendo em vista que o resultado ficaria dependente da existência de uma abertura.

O terceiro modelo busca combinar os dois modelos anteriores, logo, operam com a estrutura de mobilização e o contexto político na explicação dos efeitos. Conforme Carlos et. al. (2021, p. 104) “o resultado do movimento só se concretiza quando a opinião pública e/ou os aliados políticos se combinam com a dinâmica de mobilização do movimento (Guigni; Yamasaki, 2009)”. Para as autoras (op. cit.), embora bem-intencionado, o terceiro modelo não resolveu propriamente a combinação entre os elementos, restando insuficiente para explicar os efeitos dos movimentos. Por último, o quarto modelo denominado de *mediação política*, nesse caso, o foco é a “interdependência entre a estrutura de mobilização e o contexto político, dado que o máximo de capacidade de organização e mobilização do movimento não gerará efeitos se não for combinado a oportunidade políticas favoráveis” (Carlos et. al., 2021, p. 105). Assim, atenta-se para as formas de organização e estratégias adequadas para aquele determinado contexto. A contribuição do modelo, conforme as autoras (op.cit.), resta no deslocamento da oportunidade política para a categoria de Estado, em razão da insuficiência teórica do primeiro elemento. Ao centralizar a categoria de Estado é possível trabalhar com sistemas complexos sob a ótica da mútua constituição, na qual o Estado influencia os movimentos e *vice-versa*. Nessa perspectiva, o Estado opera enquanto instituições e atores, ou seja, enquanto arena de

disputa entre grupos de interesse e como ator que incide significativamente no processo político (SKOCPOL, 1992; DAGNINO et. al., 2006; CARLOS et. al., 2021).

A perspectiva de *polis*, assim, contribui com o modelo de mediação política através da maior precisão na categoria Estado como instituições e atores, dotados de autonomia relativa e de permeabilidade estatal, temporalmente constituídos. Por conseguinte, seu conceito de encaixes institucionais auxilia na compreensão das conexões entre as dimensões do movimento e do Estado na explicação dos efeitos políticos. Especialmente por dois motivos: primeiro, os encaixes derivam ou são construídos por processos históricos de interação socioestatal aos quais são subjacentes perfis configuracionais seja do movimento social, seja do Estado; segundo, o conceito de encaixes não se resume ao tipo de ação, embora possa se consubstanciar nele, mas remete ao acesso institucional e à capacidade de influência do ator social no processo decisório de políticas públicas (CARLOS et. al., 2021, p. 116).

Portanto, à vista de compreender os efeitos dos movimentos sociais nas políticas públicas, é necessário atravessar os estudos sobre repertórios para compreensão das formas de ação e organização dos movimentos, somados a isso, operacionalizar o conceito de encaixe institucional para identificar o grau de acessibilidade e influência que o movimento atua dentro do Estado, bem como, os processos de interação socioestatal ali presentes. Dessa forma, é possível vislumbrar a capacidade de influência política dos movimentos quando em processos de interação com atores estatais. É por meio dos encaixes que os movimentos asseguram o acesso direto ao Estado, além de garantir um lugar nos processos decisórios no desenho das políticas públicas. Os atores trabalham no interior das instituições adotando inúmeras estratégias para alcançar as suas finalidades.

Fundamentados na ótica da mútua constituição, vislumbra-se os movimentos atrelados a diversas etapas no desenho das políticas públicas, sobretudo nas etapas de implementação e adoção das políticas. Nessa perspectiva, os processos de institucionalização das demandas operacionalizadas pelos atores sociais consolidam os respectivos efeitos, configurando, assim, enquanto encaixes institucionais (LAVALLE et. al., 2018; CARLOS, 2021). Reforçando o disposto no tópico anterior, os encaixes são sedimentações institucionais com conotação em duplo sentido, combinando a interação socioestatal e o produto resultante desta interação (LAVALLE et. al., 2018). Diante os pressupostos que ampliam o papel de movimentos no desenho das políticas pública, ou seja, para além das etapas de formulação de agendas e políticas, a literatura atual atentou-se para situações nas quais estes atores influenciaram significativamente na implementação e adoção de políticas públicas (CARLOS DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2021; CARLOS, 2021).

É o caso observado na criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) e desdobramentos dessa política nos estados e municípios brasileiros. O programa foi inicialmente levantado pelo movimento LGBTI+ em plenária organizadas pelos atores atuantes na demanda da diversidade sexual e gênero, a priori, a intenção era propor a instituição do Plano Nacional de Políticas Públicas LGBTI+ (GOMES, 2016). Posteriormente, a demanda foi apresentada aos atores estatais por meio dos canais institucionais, que na época era um grupo de trabalho (GT) dentro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) (BRASIL, 2004; GOMES, 2016). Os movimentos negociaram com atores estatais para concretizar o BSH e em 2004 o programa foi criado. Como desdobramento dessa política, na Paraíba, cita-se o caso do Centro de Referência LGBTI Pedrinho, cujo projeto foi inicialmente elaborado e executado pela Associação de Pessoas Trans, Travestis e Transfemininas (ASPTTRANS)<sup>27</sup>, posteriormente, adotado pelo governo estadual para dar continuidade a iniciativa social. O primeiro projeto da ASPTTRANS foi financiado inicialmente por recursos federais que estavam disponíveis para a agenda da diversidade sexual e gênero (GOMES, 2016).

Noutra perspectiva, testemunha-se as relações com o legislativo paraibano, nos últimos anos, a demanda dos movimentos sociais, com a implementação de legislações específicas que asseguram o direito à população LGBTI+. Por exemplo, em 2021, foi implementada a lei de nº 11.829 que proíbe atos de racismo e LGBTfobia nos estádios, pistas de atletismo, ginásios e demais equipamentos esportivos. Em 2022, foi criada a lei de nº 12.352, que versa sobre o respeito ao nome social nas lápides e atestado de óbito. Ambos os instrumentos são de autoria de Estela Bezerra (PSB-PT), deputada com trajetória em movimento social e forte relações com movimentos sociais locais. Por último, a terceira forma são frutos de mudanças abruptas, como revoluções, crises, entre outros fatores

Portanto, à vista de compreender os efeitos dos movimentos sociais nas políticas públicas, é necessário atravessar os estudos sobre repertórios para compreensão das formas de ação e organização dos movimentos, somados a isso, operacionalizar o conceito de encaixe institucional para identificar o grau de acessibilidade e influência que o movimento atua dentro do Estado, bem como, os processos de interação socioestatal ali presentes. Dessa forma, é possível vislumbrar a capacidade de influência política dos movimentos quando em processos de interação com atores estatais. É por meio dos encaixes que os movimentos asseguram o acesso direto ao Estado, além de garantir um lugar nos processos decisórios no desenho das

---

<sup>27</sup> Antigamente denominado de ASTRAPA, Associação de Trans e Travestis da Paraíba.

políticas públicas. Os atores trabalham no interior das instituições adotando inúmeras estratégias para alcançar as suas finalidades.

Fundamentados na ótica da mútua constituição, vislumbra-se os movimentos atrelados a diversas etapas no desenho das políticas públicas, sobretudo nas etapas de implementação e adoção das políticas. Nessa perspectiva, os processos de institucionalização das demandas operacionalizadas pelos atores sociais consolidam os respectivos efeitos, configurando, assim, enquanto encaixes institucionais (LAVALLE et. al., 2018; CARLOS, 2021). Reforçando o disposto no tópico anterior, os encaixes são sedimentações institucionais com conotação em duplo sentido, combinando a interação socioestatal e o produto resultante desta interação (LAVALLE et. al., 2018). Diante os pressupostos que ampliam o papel de movimentos no desenho das políticas pública, ou seja, para além das etapas de formulação de agendas e políticas, a literatura atual atentou-se para situações nas quais estes atores influenciaram significativamente na implementação e adoção de políticas públicas (CARLOS DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2021; CARLOS, 2021).

Em síntese, as novas práticas dos movimentos sociais têm redefinido o espaço político e ampliado as formas de relação com Estado e a Sociedade. Essa perspectiva tem sido analisada sob a ótica da mútua constituição ao apresentar os repertórios de interação e encaixes institucionais desenvolvidos, compreendendo a capacidade cooperativa entre os atores na construção da políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero. Dentre os processos teóricos, a difusão das instituições participativas em diversas esferas federativas e subsistemas de políticas (a exemplo de conselhos, audiências públicas, conferências e outros) somados a incorporação de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas, sobretudo nos momentos de deliberação e tomadas de decisão, tem fortalecido os resultados apresentados na pesquisa. Nos capítulos a seguir serão desenvolvidos o contexto nacional e estadual fundamentados pelas categorias analíticas apresentadas neste capítulo.

### 3. MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+: TRAJETÓRIAS E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS NO CONTEXTO NACIONAL

Nas eleições presidenciais de 2018 testemunhou-se o deslocamento da temática da diversidade sexual e gênero, esta sai da *marginalidade e toma centralidade política*. Contudo, essa guinada não implicou no cenário favorável, do contrário, desde de 2010 as disputas têm atravessado narrativas de atores antagônicos insatisfeitos com as conquistas da população LGBTI+. Inúmeros são os fatores que atestam à guinada para a extrema direita na conjuntura política brasileira, entretanto, aqueles que atingem diretamente a população LGBTI+ retomam ao veto proferido pela presidenta Dilma Rousseff, em 2011, até ao resultado das urnas em 2018. Neste último caso, o candidato eleito, empregou na sua campanha velhas técnicas de guerra, sob o lema de “*Pátria, Família e Deus*”, estabeleceu três elementos essenciais para sustentar a narrativa: (i) a arquitetou ameaças sociais, a exemplo do combate ao “kit gay<sup>28</sup>” e da “ideologia de gênero”; (ii) conseqüentemente, a necessidade de proteção à família tradicional e seus valores<sup>29</sup>; Por último, (iv) adotou inimigo em comum, nesta época alimentado pelo antipetismo, logo, PT e a esquerda.

Essa tática não é novidade, conforme Brown (2019, p. 12), “misturar patriotismo com militarismo, cristandade, família, mensagens racistas cifradas e capitalismo desenfreado foi receita de sucesso dos neoliberais conservadores [...]”. Além disso, Butler (2019) atenta para a deterioração da democracia, quando as novas formas de fascismo não implicam no rompimento explícito a ela, mas se utiliza dos seus mecanismos para se movimentar e funcionar plenamente. A retirada do governo e a desmoralização do Partido dos Trabalhadores - com o impeachment de Dilma e a prisão de Lula - somado à eleição de Bolsonaro, indicam as balizas que norteiam o ápice dos ataques aos direitos e políticas públicas LGBTI+.

Destarte, alguns apontamentos iniciais são necessários para elencar o debate da diversidade sexual e gênero. A começar pela complexidade do movimento LGBTI+, a multiplicidade de atores, discursos e estratégias o coloca em constante (re)acomodação (FRANÇA, 2006). Nesse sentido, Aguião (2018) remete LGBT a uma “coletividade

---

<sup>28</sup> Termo pejorativo adotado pelo lobby religioso para se referir ao material que seria distribuído no intuito de capacitar professores do Ensino Médio da rede pública sobre temas ligados à diversidade sexual e de gênero. O material havia sido produzido para tratar sobre a homofobia e discriminações que são realidades nas escolas brasileiras.

<sup>29</sup> A palavra “Família” no singular, faz em menção a família tradicional e a moral sexual cristã

imaginada”<sup>30</sup>, na qual são tantos atores sociais quanto produtos das relações que os atravessam, na intenção torná-los não só sujeitos de direito, mas objeto de políticas públicas. Nesta feita, a adoção das siglas são expressões da diversidade, além de estratégia para caber no aparato estatal, ser visível e legível na sociedade e no Estado. Em contrapartida, as consecutivas alternâncias das siglas resultam do avanço nos estudos de gênero e/ou sexualidade, então, na medida que o debate avança, o *alfabeto* da diversidade aumenta. Para a construção do presente trabalho será utilizado a sigla LGBTI+<sup>31</sup>, para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e mais. Institucionalmente, as siglas adotadas em documentos oficiais é “LGBT” (sem o símbolo do mais “+” e da letra “I”). Entretanto, no âmbito social e acadêmico nota-se o surgimento de novas rubricas para se dirigir ao campo da diversidade, tais como LGBTQIAP+ ou LGBTQIA+<sup>32</sup>.

O processo de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero enquanto segmento dos Direitos Humanos legitimam os atores e as demandas, em torno do que Rios (2008) denomina de “direitos da pessoa LGBT” ou “direitos LGBT” no trato da cidadania LGBTI+. Embora abarcado pelo segmento dos direitos humanos, a população LGBT não integra o espectro da *solidariedade social* (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012), pois o ser e o corpo sexual incomodam bastante o tecido social, suas crenças, valores e tradições. A ausência de empatia social para com estes sujeitos e sujeitas recaem, principalmente, no comprometimento público em assegurar recursos e instrumentos políticos necessários. Nesse íterim, as disputas e tensões da cidadania LGBTI+ atravessam os mais diversos campos, a exemplo dos: políticos, jurídicos, científicos, religiosos, sociais, entre outros.

Tratar sobre sexualidade e gênero requer atravessar o espectro normativo e político, perpassando pela cultura brasileira, a qual é de berço uma nação cristã, e portanto, com valores e tradições enraizadas. Essa conexão entre Estado e a religião é forte e antiga, inclusive dentro do campo movimentalista, a exemplo da atuação da Igreja Católica nos anos 70, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que mobilizou os problemas sociais vigentes, a sua atuação adotava o viés da teologia da libertação e educação popular. Os atores religiosos impactam diretamente nos debates políticos com agendas em defesa da liberdade religiosa, da família tradicional e da moral sexual cristã (BIROLI et. al. 2020). É um dos segmentos mais

---

<sup>30</sup> O termo “coletividade imaginada” foi parafraseado pela autora, o termo original é retirado da obra “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008 [1983]).

<sup>31</sup> A decisão da adoção da sigla LGBTI+ justifica-se na pretensão de alcance da pesquisa para futuros trabalhos acadêmicos.

<sup>32</sup> Sigla para designar pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas, Pan/Polissexuais.

antagônicos dentro do setor da sociedade civil, com objetivo de ir de encontro às demandas da diversidade sexual e de gênero. Embora haja diferenças entre as bases religiosas evangélicas e católicas, que podem dividi-los em determinados assuntos, mas, outros são comuns e, por vezes, a articulação entre eles fortalecem suas propostas nos campos de disputa (a exemplo dos direitos sexuais e reprodutivos).

### 3.1. QUEM ESTÁ POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL

O processo de recuperar a memória do movimento social é um desafio, pois, documentos e atos se perdem no tempo e espaço de projeção tradicionais. Os trabalhos e pesquisas acadêmicas refletem a importância de manter vivas as trajetórias dos atores responsáveis pelas conquistas no que diz respeito aos direitos sexuais e gênero, uma vez que estes são resultados dos diálogos estabelecidos entre a academia, ruas e militância (NASCIMENTO, FRANCH, 2018).

O primeiro registro do movimento social LGBTI+ brasileiro surge sob a denominação de “movimento alternativo e libertário”, nos anos 70, o qual foi construído ao lado dos demais segmentos da esquerda<sup>33</sup> (FACCHINI, 2005; OLIVEIRA, 2018). Neste período, os movimentos sociais manifestaram-se como um ator coletivo portador de um projeto cultural, no intuito de persuadir e pressionar a sociedade a mudar os costumes. A identidade alternativa era adotada como tática para maquiagem as demandas perante ao regime ditatorial e para se distinguir dos movimentos de classe e/ou operário. O movimento homossexual<sup>34</sup>, inicia na região Sudeste, conforme Gomes e Zenaide (2019), com o grupo SOMOS, posteriormente, se alastrando pelas demais regiões. No Nordeste, os primeiros registros de organizações foram o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Dialogay de Sergipe, ambos dos anos 1980.

O processo de abertura política durante o regime militar neste período instaura um clima social de possibilidades onde indivíduos envolvem-se no processo de construção e ação local. Nesse ínterim, começam a aparecer pelo país uma diversidade de grupos baseados em ações coletivas com o objetivo de suprir as demandas do Estado naquilo que as esferas locais era entendido como necessidades: enfrentar a violência nos ambientes domiciliares, reconhecer a cidadania de negros, mulheres, homossexuais; combater o avanço das indústrias em detrimento da degradação ambiental (OLIVEIRA, 2018, p. 32)

---

<sup>33</sup> Salienta-se que a natureza dos ditos “movimentos alternativos” encaixava, na época, os movimentos sociais de feministas, negros e ambientais. A pauta se afastava do clássico movimento de classe e/ou operário, apelando para uma conotação de movimento contracultura.

<sup>34</sup> Utilizo esse termo para adequar a realidade da época.

A epidemia da Aids impactou tanto nas questões internas quanto externas ao movimento LGBT+ da época. Os efeitos internos, segundo Facchini (2005; 2020), a doença ocasionou o falecimento de membros importantes, além disso, o medo dispersou os atores e marcou o “declínio do movimento” *homossexual* brasileiro nos anos 80. Conforme a autora, apenas 7 (sete) dentre 22 (vinte e dois) grupos existentes na época continuaram organizados e em razão da emergência, a demanda do combate ao HIV/Aids ganhou centralidade na agenda política do movimento. Os efeitos externos afetaram a forma e as relações com o Estado, este que, quando não criminalizava, era omissivo à população LGBT, na situação da epidemia se viu forçado a tomar medidas de controle da contaminação, adotando políticas no propósito de “*instruir sobre uma etiqueta sexual para a população homossexual*”. (OLIVEIRA, 2018, p. 34). Outros impactos externos a serem considerados foi o fomento aos estudos sobre a *homossexualidade*, as primeiras pesquisas foram construídas nesse contexto, resultando na despatologização da homossexualidade pela comunidade médica (FACCHINI, 2020).

É fundamental nesse processo de “centramento”, ou de produção de um sujeito político estável, a campanha que levou à obtenção de parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM), em 1985, orientando os médicos quanto à codificação não patologizante da homossexualidade na sua vigência da CID-9. A demanda pela não discriminação por orientação sexual levada à Constituinte de 1987-1988 e a luta pelo direito à vida, representada pelas demandas de combate à epidemia do HIV/Aids e à violência letal, colocaram em cena a categoria “orientação sexual”. Tal mobilização procurava apaziguar as tensões em torno de perspectivas mais essencialistas e as que indicavam processos sociais de constituição da subjetividade e/ou desejo. Todavia, deixava em aberto as interseções entre sexualidade, gênero e raça, que já haviam demonstrado sua importância desde o início do movimento, bem como as tensões em torno da estabilidade da identidade sexual e do encapsulamento da potencial fluidez do desejo (FACCHINI, 2020, p. 40).

De acordo com Facchini (2003), a historiografia do movimento LGBT brasileiro é compartimentada em três ondas. A primeira onda, entre 1978 a 1983, sinaliza o nascimento das entidades originárias, bem como, demarca o contexto político deste feito. A segunda onda, no período de 1984 a 1992, atravessam dois pontos importantes, a epidemia da Aids (já esgotadas nos parágrafos anteriores) e a reconfiguração das relações socioestatais advindas do processo Constituinte de 1987-1988, com o desenvolvimento de mecanismos de participação social. Na terceira onda, entre 1992 a 2005, momento em que o movimento LGBT+ se apresenta enquanto sujeito de direito e objeto de políticas públicas. Neste último caso, tem-se a tímida menção aos *homossexuais* no documento oficial do I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 1) em 1996, e posteriormente, em 2002, PNDH - 2, que desperta o processo de reconhecimento e

cidadanização desses sujeitos ao lançar mais de 10 ações GLTTB<sup>35</sup>, na gestão do Fernando Henrique Cardoso do PSDB (GOMES, 2016; FEITOSA, 2017; FACCHINI, 2020).

Ainda nos anos 1990, o movimento LGBTI+ adota um repertório “visibilidade massiva” por meio das Paradas do Orgulho, para Facchini (2020, p. 48), “as paradas apostaram num enquadramento mais pautado na transgressão de imagens como a de uma ‘minorias’ (tomada em termos quantitativos, além de políticos) composta por pessoas cujo futuro seria a morte ou o infortúnio”. Nesse sentido, a autora aponta a parada do orgulho como um repertório complementar à incidência política, bem como, uma assinatura particular dos movimentos de determinados atores que utilizam *performances* e *corpos-bandeiras* para transmitir a mensagem política (PEREIRA; SILVA, 2020). O mar colorido de pessoas que atravessam ruas e avenidas principais das cidades brasileiras para mostrar que existem, que são *cidadãos, contribuintes, eleitores, consumidores, trabalhadores, amigos, familiares*, logo, sujeitos de direitos. As paradas se tornaram um repertório de sucesso, e se mantém até o presente momento como forma de atuação, ganhando notoriedade, tal como é lida nas paradas realizadas em São Paulo.

Entre a unidade e a fragmentação, as paradas são oportunidades importantes para que travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais, drags possam mostrar-se para a sua cidade e andar nas ruas de maneira mais livre, sem os constrangimentos da vida cotidiana, bem como fazer parte de um evento conhecido nacionalmente, com cobertura da mídia. Nas paradas, diferentes movimentos ocupam o espaço público das ruas e juntam-se a grupos e pessoas que não se vêem necessariamente como militantes mas que, ao longo desses eventos festivos, dão visibilidade às suas orientações sexuais, relações e práticas homoafetivas, corporalidades e subjetividades (NASCIMENTO, 2018, p. 54)

Somado a isso, naquele momento, observou-se as diversificações dos formatos institucionais do movimento LGBT+ e a ampliação da relação com outros atores. Entre 1990 a 2000, intensificou-se os processos de formalização do movimento social ao tornar-se ONGs, inclusive o movimento LGBT. A personalidade jurídica proporcionou aos atores sociais, formalizar as estruturas organizacionais, captar recursos, ocupar espaços institucionais, etc. A ampliação das relações com outros atores, Facchini e França (op.cit.), citam a mídia, artistas, mercado, agências estatais, parlamentares, entre outros. Àqueles que transitam mais pela seara privada, como a mídia e o mercado, possibilitou ao movimento publicizar e comercializar algumas das pautas. Naquela época, a mensagem principal do movimento era valorizar o

---

<sup>35</sup> Nesta época, a sigla iniciava pela letra “G” e significava: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

“*orgulho gay*”<sup>36</sup> no intuito desmistificar o entendimento acerca da população LGBTI+ e suas necessidades. Então, atos como “sair do armário ou *assumir a sexualidade*”<sup>37</sup> por celebridades ou figuras públicas foram estratégias utilizadas (FACCHINI, FRANÇA, 2009).

No entanto, embora as relações entre movimentos sociais e atores estatais ou partidos políticos não sejam atípicas, as teorias dos movimentos fundamentadas na perspectiva da política de confronto, entendia o campo de atuação entre esses atores como opostos e conflituosos. Contudo, o período da redemocratização e pós-transição no Brasil, sobretudo no último cenário, apresentou o potencial de interação sob a ótica da mútua constituição entre os atores sociais e estatais, modificando a forma como eles se relacionam, comunicam e organizam. O exercício do *advocacy*, por exemplo, é uma estratégia antiga e de forte incidência política utilizada pelos atores sociais para impulsionar as demandas dentro do campo político institucional. Além disso, alguns partidos políticos investiram na pauta LGBT+, criando instâncias internas para endereçar as demandas e fomentando a candidatura de pessoas LGBT+. À vista disso, o PT foi um dos primeiros partidos a inserir a pauta da diversidade sexual e gênero no plano, bem como a instituir uma secretaria específica. Na oportunidade da entrevista, o representante da Secretaria LGBT do PT-Paraíba, explicou que a secretaria é “uma instância que ela é composta de filiados e filiadas que atuam no campo do movimento social LGBTs. [...] nosso papel é fazer uma interlocução com movimento social LGBT” (Entrevistado 01, 2022).

Os governos petistas sinalizam dois momentos importantes para a população LGBT+: o primeiro, sob a gestão do governo Lula (PT), entre 2003 a 2011, demarcando o período de ascensão das políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e identidade de gênero. No segundo momento, a gestão da Dilma (PT), no período de 2011 a 2016, iniciou o desmonte dos instrumentos desenhados nas gestões anteriores. Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), o governo Lula investiu na combinação de diferentes práticas e rotinas de interação, isso resultou em uma abertura maior para os movimentos sociais incidirem sobre o Estado. Além de ampliar e estimular a participação institucional através dos conselhos e conferências, a gestão do Lula também ficou conhecida por inserir ativistas e militantes em cargos públicos responsáveis por articular ou desenhar as políticas públicas setoriais. Sabendo da proximidade de parcela do

---

<sup>36</sup> Atenção para o nome “*orgulho gay*” em razão do reconhecimento e entendimento da existência plural de identidades e sexualidades. Na época, esse era o termo adotado para reconhecer as diversidades sexuais, como a de pessoas gays, lésbicas e simpatizantes, com a sigla GLS.

<sup>37</sup> Termos bastante utilizados na época para o ato de reconhecer sua própria identidade sexual e/ou de gênero.

movimento LGBT com o partido dos trabalhadores, os acessos e influências naquele momento foram favoráveis para o desenvolvimento das políticas LGBT.

Embora o programa Brasil Sem Homofobia tenha sido implementado no primeiro mandato do Lula, a discussão sobre o instrumento já estava sendo discutida e articulada pelos atores no plano internacional. A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância que ocorreu em Durban, em 2001, a pedido da sociedade civil, o governo brasileiro levantou a discussão sobre a discriminação em razão da orientação sexual. O tema entrou na plenária, porém não conseguiu ser incorporada no documento oficial final (BRASIL, 2004). Em 2002, o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - II), lançado por meio do Decreto nº 4.229, trouxe recomendações de ações para tratar sobre orientação sexual, todavia, segundo Reis (2012), o defeito do programa foi não ter estabelecido órgãos responsáveis para direcionar a execução das propostas. Contudo, toda essa movimentação anterior ao BSH ajudou no processo construtivo do programa. Vale ressaltar que foi criado um Grupo de Trabalho (GT) dentro do CNCD, convocando atores sociais para elaborar o programa que resultou no BSH, lançado no dia 25 de maio de 2004 (BRASIL, 2004; GOMES, 2016).

O MEL ele se orgulha muito em ter feito escola nessa pauta do controle social, quando a gente na década 2000, 2001 e 2002, a gente contribuiu pra construir o primeiro Programa Brasil Sem Homofobia já no governo Lula, que aí esse programa quando é instituído faz com que estados e municípios criem suas estruturas de estado, secretarias ou coordenadoria e conselho, a gente vislumbrou a partir daí que os estados eles comecem, começassem a colocar dotação orçamentária, ainda não é real [...] (Entrevistado 01, 2022)

Conforme Aguião (2018), o BSH funcionou como um instrumento de incidência política. Ademais, embora limitado, o programa é reconhecido como uma grande conquista para o movimento LGBT+, sobretudo naquela época, por ter atravessado as demandas de saúde, educação, cultura, trabalho, segurança, etc, mais de 53 ações espalhadas em diversos eixos temáticos e desenvolvido uma articulação interministerial, envolvendo 18 Ministérios para endereçar cada uma delas. Não obstante, o programa deve ser entendido como uma carta de intenção quanto as expectativas no que tange a matéria da diversidade sexual e gênero no Brasil.

Posteriormente, por meio de Decreto 28 de novembro de 2007, é convocado a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Entretanto, o decreto era uma informação prévia com a finalidade de comunicar aos estados e municípios brasileiros organizassem pré-conferências locais, para designar delegados a

estarem presentes na I Conferência Nacional GLBT para livremente “discutir, discursar, escrever, retratar e apresentar uma proposta para o Governo” (informação verbal)<sup>38</sup>. As conferências, por sua vez, são espaços híbridos e formais que permitem a interação socioestatal. Para Aguião (2018), este instrumento se apresenta como uma plataforma de reivindicação legítima, além de ser um espaço de aprendizado e base para a formulação de propostas e diretrizes de políticas públicas. Neste espaço, a discussão sobre a temática o ponto central é pôr na mesa todas as demandas necessárias e possíveis de serem implementadas naquele momento e mediante os arranjos ali construídos.

As conferências produzem uma plataforma legitimada de reivindicações, mas a **grande eficácia do processo se dá na direção de agitar articulações e movimentações políticas, no sentido da construção de laços e rupturas, da consolidação de arranjos, da reorganização de conexões intramovimento e de negociações partidárias consideradas estratégicas**. Operam para a ostentação de conquistas de determinados agrupamentos e, por vezes, para o oposto, o desmantelamento de redes e associações de aliança e pactos com esferas governamentais. São também um grande **espaço de aprendizado, e a formulação de propostas e diretrizes** por certo é apenas uma dimensão dessa cena. Esse tipo de evento trabalha essencialmente para a construção da trama de atores e relações que sustentam o próprio campo dos “direitos LGBT” (AGUIÃO, 2018, p. 75, grifos nossos).

Conforme a autora (op. cit.), as conferências foram eventos-chave para apresentar a “população LGBT” como sujeito de direito e política para o Estado. Ali foram tecidos processos sociais que forjaram as ditas “políticas LGBTI+” do Brasil. O evento, por si só, foi algo inédito e uma conquista para o movimento LGBTI+, para além disso, a presença e discurso do então presidente na época - ainda que contendo certos deslizes - foi naquele momento uma forma de reconhecimento do Estado quanto às demandas sociais da população LGBTI+. Nesse ínterim, três marcos são destacados na I Conferência: a presença do Presidente no evento; a mudança da sigla de GLTB para LGBT, no intuito de dar maior visibilidade às mulheres lésbicas; por último, a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. A finalidade do plano era nortear as políticas públicas voltadas para a população em questão, fortalecer a intersetorialidade e a transversalidade dessas políticas. Dessa forma, contou com 51 diretrizes e 180 ações a serem desenvolvidas (GOMES, 2016; AGUIÃO, 2018).

---

<sup>38</sup> Fala do presidente Lula proferida na abertura da 1º Conferência GLBT, Brasília, 05 de junho de 2008, 10:56 min. Disponível na página oficial do Facebook (META) do Lula: <https://pt-br.facebook.com/Lula/videos/lula-na-1%C2%BA-confer%C3%Aancia-nacional-lgbt-em-2008/2333750676880101/>

Embora o plano tenha sido implementado no ano de 2009, a conjuntura política dos anos seguintes interromperam o andamento da execução de algumas políticas arquitetadas. O anseio do movimento social é implementar um Sistema Nacional LGBT+, a expectativa é que fosse equiparado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), gerenciado por um pacto federativo com orçamento próprio. Esse sonho foi compartilhado na fala do entrevistado 01, que testemunhou os períodos de ascensão e a queda das políticas LGBT+ no Brasil.

[...] agora a gente sonha que com Lula eleito, essa política ela volte a ser uma realidade nos Estados e no municípios, porque é aí que tem o pacto federativo, e a gente já conhece mais. Entende um pouco com as experiências das conferências, quando se cria um sistema nacional LGBTs, os Estados e Municípios ele tem que, é.. fazer adesão a esse pacto federativo, senão ele não recebe orçamento da União para que as políticas nos Estados e municípios eles se efetivem. Então, eles se tornam o tripé da cidadania, orçamentos, conselhos e os mecanismos, que é uma coordenadoria nacional ou estadual ou municipal. Com esse tripé, se não tiver a nossa política, ela passa a ser uma sinalização de boas intenções... e a gente não quer uma política de boas intenções... porque de boas intenções o movimento está cheio! O movimento quer e exige e almeja uma política de estado efetiva, e que realmente devolva e garanta a nossa população dignidade, respeito e sobretudo que o país fique livre do território da homofobia (Entrevistado 01, 2022)

Posteriormente, o instrumento político que segue o BSH e o Plano Nacional LGBT é o III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III), lançado por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Parcela das ações programáticas ali previstas reforçaram o PNDH II, como por exemplo, abordar sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção, nome social, criação de centros de referências, entre outros. A diferença é o momento e a conjuntura na qual o documento foi publicado. As conquistas do movimento LGBT durante o governo Lula incomodou os atores antagônicos (fundamentalistas religiosos e conservadores). Os desconfortos ficaram mais evidentes no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, quando estes atores pressionaram os candidatos à disputa no comprometimento de agenda contrária aos direitos sexuais e reprodutivos (a interrupção voluntária da gravidez também estava em discussão) (FACCHINI, 2020).

Nesse ínterim, a presidenta Dilma Rousseff do PT, vencedora da disputa eleitoral de 2010, assume o governo federal já comprometida em atender a agenda reacionária da bancada e do *lobby* religioso. O veto da presidenta interrompeu a ação desenvolvida pelo programa Escola Sem Homofobia, cujo objetivo era capacitar professores do nível médio das escolas públicas sobre a temática da diversidade sexual e gênero. Este ato provocou retrocesso às demandas LGBT+ e o estacionamento dos compromissos traçados no BSH e no Plano Nacional LGBT elaborados no governo anterior. O acordo com o *lobby religioso* e o veto foram

considerados traições para o movimento LGBTI+. E esse sentimento reverberou na 2º Conferência Nacional LGTB, que diferentemente da 1º Conferência, a qual contou com a presença do presidente Lula, na 2º Conferência apenas representantes do governo estiveram presentes, a Dilma não foi (AGUIÃO, 2018).

É anunciada a formação da mesa de abertura, e seus componentes são chamados a subir ao palco. Auditório lotado. Vemos e ouvimos o público de pé, com faixas e bandeiras em punho, algumas vaias, vociferando repetidamente: **“Ô Dilma, que papelão, não se governa com religião!”**; **“A Dilma pisou na bola, a homofobia continua na escola!”**. O Hino Nacional começa a ser cantado pela travesti Valéria Houston, cortando a gritaria da plenária. Alguns ainda resistem um pouco, mas acabam aderindo ao hino, de pé. Ao término, a audiência prossegue repetindo: **“Ô MEC, sai do armário, o kit homofobia é prioritário!”**. A mesa dá continuidade aos trabalhos como se nada incomum estivesse acontecendo (AGUIÃO, 2018, p. 58, grifos nossos)

O governo da Dilma foi marcado por tensões e recuos nas demandas da diversidade sexual e de gênero, sobretudo no segundo mandato quando as poucas ações LGBTI+ previstas nas LOAS anteriores são retiradas do instrumento de 2016 (PEREIRA, 2022). Um parêntese sobre a conjuntura política: desde a disputa eleitoral a polarização social estava emergindo, o *lobby evangélico* não estava contente com os avanços das políticas governamentais aprovadas e as entradas dos movimentos sociais da diversidade nos espaços institucionais. Vetar ações do programa não foi suficiente para os atores antagônicos, e sob a justificativa “em defesa da família” a presidenta sofre o processo de impeachment.

Diante disso, percebendo a inviabilidade do Poder Executivo e a inflexibilidade do Poder Legislativo, ativistas e militantes recorreram ao Judiciário para dar continuidade às demandas. Conforme Guimarães (2020), a Constituição de 1988 fortaleceu o papel do judiciário brasileiro, em especial do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentando-o como ator e espaço para a disputa de interesses. A *judicialização da política*, segundo a autora, revelou o STF enquanto ator importante no desenho institucional e na elaboração de políticas públicas. Por meio da audiência pública ou *amici curiae* - instrumentos participativos legais - a sociedade civil organizada dialoga com a Corte sobre temas de seu interesse. Nesta ocasião, o movimento LGBTI+ conseguiu o reconhecimento dos seguintes direitos: união civil entre pessoas do mesmo sexo (2011); equiparação do regime sucessório (2017); o nome social para pessoas trans e travestis (2018); criminalização da *homotransfobia*<sup>39</sup> (2019); doação de sangue

---

<sup>39</sup> Termo utilizado no Caderno de Jurisprudências do STF (BRASIL, 2022).

por homossexuais (2020); permissão de utilização de material e ensino sobre diversidade sexual e gênero nas escolas (2020).

Em contrapartida às aberturas nos demais poderes, o Legislativo mantém intransigente as proposituras de leis específicas para a população LBGTI+. O movimento LBGTI+ nacional tenta aproximação e inserção dentro do Congresso Nacional (CN) desde o período da redemocratização, diversas são as táticas de atuação utilizadas por estes atores, a exemplo da propositura de leis de iniciativa popular, participação nas comissões de legislação participativa ou atuação conjunta a parlamentares na construção de Projetos de Lei (PL) – por vezes, os movimentos buscam os representantes ou partidos políticos para assinar um “Acordo de Compromisso”, para posteriormente cobrar a atuação destes (NINA, 2014; PEREIRA, 2018). Conforme indica a pesquisa realizada por Nina (2014), entre 1989 até 2013, inúmeras foram as produções legislativas, sobretudo na Câmara dos Deputados, voltadas para a população LBGTI+, entretanto, apenas duas chegaram ao Senado Federal, mas nenhuma foi aprovada. Para Host (2018), é nítida estratégia do CN: “segura, devolve e arquiva”, nesse sentido, o autor percebeu que os parlamentares indicados para emitir o parecer dos PLs voltados para a demanda LBGTI+, seguram os projetos e devolvem sem parecer ou adiam a discussão até alcançar o arquivamento.

No tópico a seguir, será discutido sobre os resultados das interações dos movimentos sociais LGBT e o Estado brasileiro no desenho de políticas públicas. Contudo, testemunha-se a instabilidades no que tange a diversidade sexual e gênero, entre a gestão FHC e Bolsonaro, vislumbra-se os períodos de ascensão e desmonte das políticas LBGTI+.

### 3.2. MS LBGTI+ E ESTADO: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISPUTA

O governo FHC (PSDB) aproveitou as discussões do plano internacional, a exemplo da Conferência Mundial de Beijing, em 1995; posteriormente, a conferência Mundial de Durban, em 2001. Ambas foram espaços de articulação entre a sociedade civil e o Estado, no qual o governo brasileiro demonstrou abertura para tratar sobre as questões de sexualidade e gênero. A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em outubro de 2001, foi fruto das discussões travadas na Conferência de Durban. Dentre as inúmeras vertentes temáticas, a CNCD ficou responsável por tratar sobre a demanda da diversidade sexual e gênero. Além disso, durante a gestão FHC foram lançados o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - I) e o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - II). No primeiro

caso, o programa criado por meio do Decreto nº 1.904/1996, a temática foi abordada sucintamente, reconhecendo apenas a população *homossexual* como grupo socialmente vulnerável (REIS, 2012; GOMES, 2016). O II - PNDH, criado por meio do Decreto nº 3.958/2001, trouxe a temática de forma mais aprofundada, entretanto, segundo Rei (2012), o problema do instrumento foi não ter endereçado ministérios e/ou órgãos responsáveis para a implementação das políticas ali desenhadas. As relações entre os movimentos sociais LGBT+ e o Estado eram incipientes, tanto que o Entrevistado 09 conta do projeto aprovado no governo FHC que serviu para custear algumas paradas no interior da Paraíba e o andamento de algumas ações na região: “já no governo de Fernando Henrique, a gente também aprovou projeto [...] no Ministério da Cultura [...] junto com Ministério da Saúde para fazer as paradas, fizemos três paradas lá em Itabaiana [...]” (Entrevistado 09, 2022).

O ápice do processo de cidadanização LGBTI+ ocorreu ao longo do governo Lula do PT, cujo a forma de petista de governar assinala o fortalecimento dos canais institucionais participativos, ao inserir os atores sociais no desenho das políticas públicas de seus interesses, seja pelo deslocamento de ativistas para dentro do governo, seja na abertura para que estes pudessem reivindicar e provocar o governo na implementação de instrumentos necessários à sua demanda. Naquele momento, a participação institucionalizada foi impulsionada, com a criação de conselhos de políticas públicas, realização de conferências, audiências públicas, entre outras modalidades. Destarte, a aproximação dos atores sociais e partidos políticos, sobretudo com aqueles que estavam no poder, resultava no andamento funcional das demandas do movimento social. O recrutamento de ativistas e militantes em cargos públicos repercutiam nos processos de políticas governamentais, além de aglutinar as interações socioestatais (FACCHINI, FRANÇA, 2009).

As demandas LGBTI+ são transversais, atravessando questões de saúde, educação, segurança, assistência social, empregabilidade, cultura, cidadania, legislação, enfim, uma infinidade de pendências que afetam diretamente a vida das pessoas LGBTI+. Os canais institucionais possibilitaram aos atores sociais e estatais certa paridade no desenho das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e identidade de gênero. Diante da complexidade, a articulação interministerial foi extremamente necessária. Embora a entrada dos atores sociais tenha ocorrido timidamente nos conselhos de saúde no manejo das políticas de enfrentamento a Aids, apenas em 2010, conseguem ter conselho próprio, denominado de CNCD/LGBT - o antigo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) - instituído por meio de

Decreto<sup>40</sup>, para formular e propor políticas da diversidade sexual e gênero. Outra política fruto da articulação socioestatal foi o Programa Brasil Sem Homofobia, implementado em 2004, contendo 53 ações a serem desenvolvidas em 18 Ministérios (BRASIL, 2004). A criação do CNCD/LGBT e o programa BSH, podem ser observados na linha do tempo da **Figura 03**.

À vista disso, o movimento LGBTI+ mediante a oportunidade e as novas formas de interação posta, obteve as seguintes conquistas neste período: a criação do Programa Brasil Sem Homofobia (2004); a inclusão das ações desenhadas no BSH na Lei Orçamentária Anual (2006-2015); a realização e participação do presidente na 1º Conferência Nacional GLBT (2008); a 1º Conferência resultou na substituição do BSH pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania de Direitos Humanos de LGBT (2009); elaboração do PNDH - 3 (2009); a instalação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos direitos LGBT (CNCD/LGBT) em 2010 - vindo a ser constituída, posteriormente, como instância nacional de representação do Movimento LGBT; parcela dos recursos federais foram direcionados para a criação dos Centros de Referência LGBT nos Estados e municípios, na intenção de que estes pudessem executar as políticas LGTI+ em seus territórios (GOMES, 2016; FEITOSA, 2017; FACCHINI, 2020; PEREIRA, 2022).

Então, a partir da década de 2003, no primeiro governo Lula, com as conferências de promoção da cidadania LGBT, nós criamos o primeiro plano nacional de combate a homofobia, que foi o Brasil Sem Homofobia, era uma ação que integrava mais de 21 ministérios, e aí.. fruto dessa articulação dos movimentos sociais LGBT com os setoriais, nós fomos para as conferências municipais, estaduais e a nacional, para dizer para o governo federal que a nossa política ela tem tá na centralidade do debate, inclusive com orçamento público, com conselho constituído e com mecanismos. Criamos a primeira Coordenação Nacional de Promoção da Cidadania LGBT [...] que tinha como coordenadora geral a primeira travesti a coordenar a coordenação geral de promoção da cidadania, já no segundo governo Lula (Entrevistado 01, 2022).

A Fernanda tinha cadeira... Benvenutty tinha cadeira no Conselho Federal de Saúde. Ela costumava viajar para essas reuniões, né? que tinha junto com o Ministério da Saúde, a nível nacional, pautando coisa como a saúde integral das pessoas trans, é tanto que hoje nós temos um ambulatório dentro de saúde integral de pessoas trans aqui no Estado. É... foi através desses diálogos a nível nacional (Entrevistada 03, 2022)

De acordo com a linha do tempo apresentada na **Figura 03**, as ações voltadas para diversidade sexual e gênero estavam ano a ano sendo atualizadas, implementadas, inclusive com variação nas demandas. Por exemplo, A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), instituída por meio da Lei nº 10.683/2003, no ano de 2005, lançou edital para desenvolvimento de atividades de Prevenção e Combate à Homofobia (AGUIÃO, 2018). Em

---

<sup>40</sup> Decreto de nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010

2007, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), cria Plano Nacional de Enfrentamento à Epidemia de Aids e DST entre Gays, HSH<sup>41</sup> e Travestis para endereçar as políticas de saúde da população LGBT+ (BRASIL, 2007).

Na I Conferência, realizada em 2008, a própria presença do Presidente da República foi considerada uma conquista, pois naquela época, abraçar a bandeira LGBT+ era algo inimaginável. Nesse período, entre as duas gestões do governo Lula, a discussão da diversidade sexual e gênero sai da *marginalidade* política para ganhar reconhecimento, notoriedade do poder público federal.

**Não é fácil, não é fácil, para um Presidente da República, nem aqui no Brasil e em nenhum outro país do mundo, participar de eventos que envolva um segmento tão grande, tão heterogêneo e tão motivo de preconceito como vocês.** [...] Então, quando o Tony Reis fala que ‘nunca antes na história do planeta, um Presidente convocou uma conferência como essa’ eu fico orgulhoso, porque nós estamos vivendo, no Brasil, um momento de reparação [...] É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas, porque aí é preciso medir a correlação de força na sociedade, mas uma coisa sagrada vocês fizeram: **vocês conseguiram quebrar a casca do ovo.** Vocês conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que vocês querem nada mais, nada a menos do que ninguém [...] quando nós assinamos o Decreto, as pessoas começam: ‘Mas você vai, presidente? Você vai?’ [...] porque somente assim eu vou quebrar o preconceito que as pessoas têm de achar que você pode ou não pode fazer as coisas. É gratificante vir aqui porque a gente sai daqui aprendendo uma lição. A lição da maturidade política do movimento. A lição da compreensão de que só existe um jeito de cada vez mais a sociedade reconhecer o movimento [...] Somente assim é que a gente vai conquistar a cidadania plena e podermos todo mundo andar de cabeça erguida na rua sem ninguém querer saber o que nós somos (informação verbal).

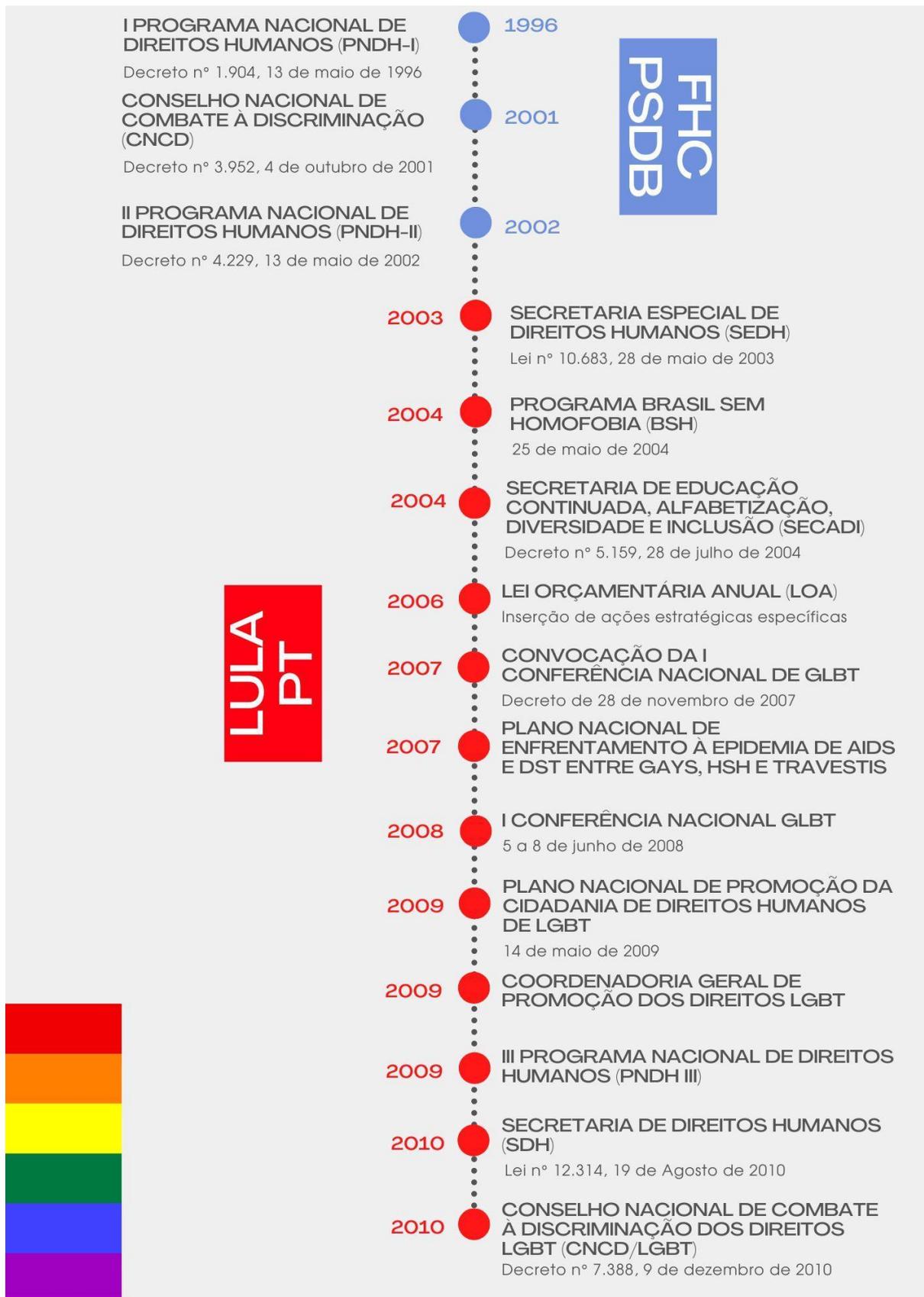
Em dezembro de 2009, é lançado por meio de Decreto de nº 7.097, o III Programa Nacional de Direitos Humanos (III - PNDH), diferente dos anteriores, o documento trouxe um eixo específico, denominado Universalizar Direitos em Contexto de Desigualdade, endereçando a garantia da igualdade na diversidade. As ações programáticas reforçaram as previstas no II - PNDH, sobretudo nas questões da união civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casais LGBT, a criação de centros de referência, o uso do nome social, entre outros. Posteriormente, em 2010, o CNCD foi redefinido, por meio do Decreto nº 7.388, para Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT). Na composição do conselho eram cedidas 15 (quinze) cadeiras para representantes do Poder Público Federal e 15 (quinze) cadeiras para representantes da sociedade civil, indicados por meio de processo seletivo público.

---

<sup>41</sup> Homens que fazem sexo com homens.

Segundo Abers et. al. (2014), os conselhos e as conferências tiveram papel central na inserção dos atores sociais nos espaços institucionais e formais, bem como, concedeu a eles a possibilidade de inserir dentro da agenda política as demandas de seus segmentos, e participar inteiramente dos ciclos de políticas públicas. Os conselhos, instrumentos democráticos previstos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, são lidos enquanto instituições híbridas, na medida em que proporcionam ao Estado e Sociedade Civil a partilha do poder de decisão sobre determinadas políticas (IPEA, 2013).

**FIGURA 03 - POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+: GOVERNOS FHC E LULA**



Fonte: elaboração própria com base nas referências supracitadas no corpo do texto (2022).

Mediante o observado na **Figura 03**, ambos instrumentos foram explorados na gestão Lula (2003-2011), apresentando alto índice de aproveitamento em razão da quantidade de políticas e ações desenvolvidas neste período voltadas para diversidade sexual e gênero. Dentro das rotinas apresentadas pelas autoras (op. cit.), a participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia, todas elas foram experienciadas naquele momento e repercutiram positivamente em prol das demandas e atores sociais. A temática LGBT+ geral celeuma no cenário político, por ser difícil manobrar as questões ali atravessadas, ainda que pertença ao segmento dos direitos humanos, não são necessariamente lidos como sujeitos desamparados juridicamente e politicamente, portanto, passíveis de matéria nesse sentido. Conforme dito pelo presidente na I Conferência, o movimento LGBT+ conseguiu quebrar a casca do ovo, ou seja, penetrar o aparelho estatal e provocar o impulsionamento de suas demandas.

Na **Figura 04**, são observados a passagem de três governos distintos entre si: Dilma (PT), Temer (PMDB) e Bolsonaro (PL). A expectativa do movimento LBGTI+ na gestão da Dilma (PT) era dar continuidade aos programas e ações arquitetadas na gestão do seu antecessor. Entretanto, o processo de disputa eleitoral da presidenta, no ano de 2010, já sinalizava alguns impedimentos para tal. Os atores antagônicos, denominados de *lobby religioso*, não satisfeitos com as discussões e os avanços da temática da diversidade sexual e gênero incidiram significativamente na disputa. A candidata venceu a eleição, mas comprometida em atender a agenda reacionária da bancada religiosa. Logo no primeiro mandato o veto presidencial barrando uma das políticas mais importantes para população LGBT+: o trato da diversidade sexual e gênero nas escolas públicas brasileiras. O material que seria distribuído era de cunho educativo e tinha o propósito de endereçar as questões de preconceito, discriminação e bullying nas salas de aula, atravessando as temáticas de sexualidade e gênero. Ademais, o material seria utilizado para formar os educadores, sem pretensões de distribuição para alunos. No intuito de deturpar a ação, os atores antagônicos apelidaram de maneira ofensiva de “*kit gay*”. O veto representou uma traição ao movimento LGBT+, além descortinar a radicalização da polarização política que surgia naquele momento, somados a ascensão de grupos da extrema direita religiosa (AGUIÃO, 2018; BIROLI, 2020; LIONÇO, 2020; FACCHINI, 2020).

Em razão disso, a gestão de Dilma marcou o estacionamento das políticas públicas voltadas à população LGBT+. As ações proferidas por meio de decreto presidencial foram reduzidas a dois instrumentos que convocaram a II e III Conferência Nacional, sendo, respectivamente, Decreto de nº 18 de maio de 2011 e Decreto de 18 de novembro de 2015.

Diferentemente da I Conferência, o clima apresentado na II Conferência foi de conflitos e tensões devido ao veto, além disso, a presidenta não compareceu ao evento. Contudo, o espaço foi aproveitado para celebrar a recém decisão do Supremo Tribunal Federal: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de nº 4.277 que reconhece a união estável *homoafetiva*. A III Conferência teve uma metodologia diferente das anteriores, ao invés de ser dedicada especificamente para o segmento da diversidade sexual e gênero, o evento abarcou todos segmentos de Direitos Humanos.

Interessante destacar, parcela das ações de políticas públicas, naquele momento, estavam saindo por meio de Portarias dos Ministérios, por exemplo, em 2011, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria de nº 1.612 de 18 de novembro de 2011<sup>42</sup>, no art. 1º, assegurou o nome do uso social nos atos e procedimentos no âmbito do MEC. Em 2013, por meio da Portaria de nº 766<sup>43</sup>, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) institui o Sistema Nacional de Promoção de Direito e Enfrentamento à Violência Contra LGBT. No referido ano, o Ministério da Saúde emite a Portaria de nº 2.803 de 19 de novembro de 2013, ampliando e redefinindo o processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Em contrapartida, a presidenta retirou da Lei Orçamentária de 2016, as poucas ações que vinham sendo implementadas no orçamento desde 2006 (PEREIRA, 2022). O Decreto de nº 8.727 de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis na Administração Pública (Direta e Indireta) foi o último ato da presidenta proferido em prol da comunidade LGBTI+. É interessante destacar que o ato foi proferido no momento em que Dilma atravessa o árduo processo de impeachment, no qual seus acusadores se utilizam da família, religião, *moral e bons costumes* para justificar o voto (PRANDI; CARNEIRO, 2018).

Após o impeachment, quem assume o governo é o vice Michel Temer do PMDB, inaugurando a gestão, Temer extingue o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH), transferindo a competência das matérias para o Ministério da Justiça, por meio da Lei 13.341/2016. A mudança de governo implica na organização de cargos dos ministérios, a exemplo disso foi o Decreto nº 9.122/2017, que criou o Ministério de Direitos Humanos (MDH), reorganizando o quadro de pessoal, sobretudo dos cargos comissionados e de confiança (PEREIRA, 2022). Conforme a **Figura 04**, no curto período que

---

<sup>42</sup> Portaria de nº 1.612 de 18 de novembro de 2011: [bit.ly/3mACvSu](http://bit.ly/3mACvSu)

<sup>43</sup> Portaria de nº 766: [bit.ly/3LON8HK](http://bit.ly/3LON8HK)

geriu, o governo Temer não teve tanto alarde em relação à população LGBT, o clima se manteve semelhante ao do governo Dilma: ameno e fechado para novas propostas. Entretanto, antes de encerrar o mandato, o Temer reinsere ações específicas voltadas para população LGBT+ na Lei Orçamentária Anual de 2018 e convoca por meio de Decreto de nº 9.453/2018, a IV Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBTT.

A eleição de 2018, por sua vez, retira a demanda da diversidade sexual e gênero da *marginalidade* para a *centralidade* política. Entretanto, isso não implicou no cenário favorável para as políticas e atores da diversidade sexual e gênero. Ao contrário disso, as narrativas que controlavam a disputa eleitoral atacavam em todos os sentidos as políticas públicas existentes, além de vociferar mentiras a respeito das gestões petistas. Por exemplo, combate ao “kit gay”<sup>44</sup> e “ideologia de gênero” eram constantemente apresentadas como pauta de governo pelo candidato Jair Bolsonaro. E sob o lema de “Pátria, Família e Deus”, Bolsonaro assume a presidência em 2019.

A agenda do governo Bolsonaro era extremamente reacionária, sobretudo às questões de sexualidade e gênero, além disso, ele fazia diversas declarações públicas de conotação lgbtfóbicas. Ademais, nas primeiras ações de sua gestão, renomeia o Ministério de Direitos Humanos para Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), nomeando como ministra Damares Alves: mulher, pastora e advogada. No dia da posse, a ministra fala: “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (MELLO; BRAZ, 2020). As ações que seguem na gestão bolsonarista é conhecida como *revogação*, por meio de Decreto de nº 9.759/2019, tentou extinguir os diversos conselhos de políticas públicas, entretanto, a medida foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.121. Diante a suspensão do STF, impossibilitado de seguir com a extinção dos conselhos, optou por reduzir a composição do conselho, no caso do CNCD/LGBT, o Decreto nº 9.883/2019, reduziu para 03 (três) cadeiras para representantes da sociedade civil, sem fazer menção à comunidade LGBT. No referido ano, extinguiu a SECADI e publicou a justificativa nas redes sociais: “Ministro da Educação desmonta secretaria de diversidade e cria pasta de alfabetização. Formar cidadãos, preparados para o mercado de trabalho [...]”. Continua criticando as gestões anteriores e destacando o foco da sua que seria contra a “*ideias dominação socialita*” (JAKIMIU, 2021, p. 129). Posteriormente, extinguiu o Departamento de Imunização

---

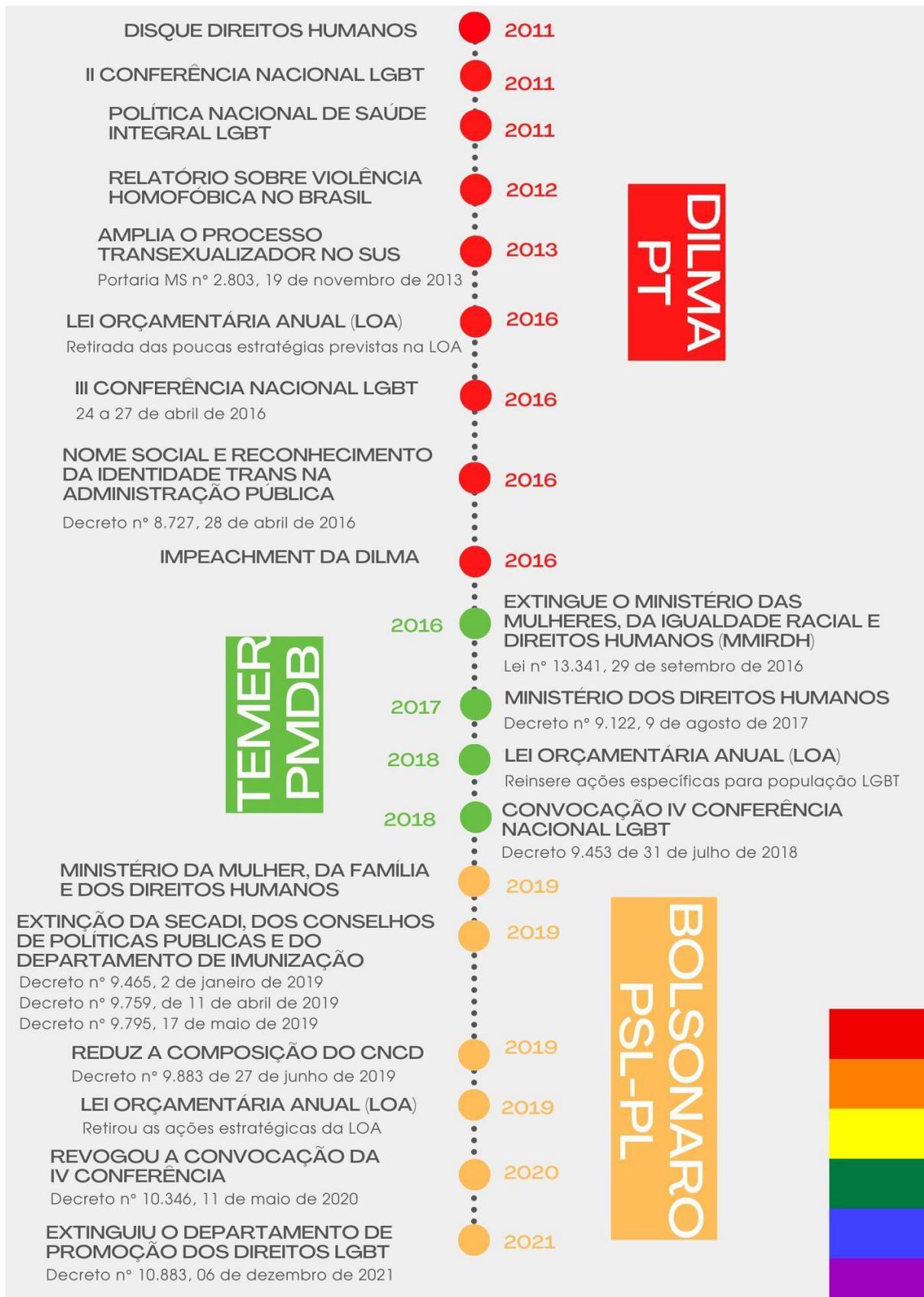
<sup>44</sup> Termo pejorativo adotado pelo lobby religioso para se referir ao material que seria distribuído no intuito de capacitar professores do Ensino Médio da rede pública sobre temas ligados à diversidade sexual e de gênero. O material havia sido produzido para tratar sobre a homofobia e discriminações que são realidades nas escolas brasileiras.

e Doenças Transmissíveis (IST, Aids e hepatites virais) do Ministério da Saúde, esse ato significou o fim do Programa Nacional de Aids (MELLO; BRAZ, 2020). Em 2020, por meio do Decreto nº 10.346/2020, revogou a convocação da IV Conferência e retirou as ações estratégicas que haviam sido inseridas no governo Temer.

Entre governo Lula e Dilma, encaixes institucionais se formaram quando instrumentos políticos e normativos foram criados, a exemplo dos Conselhos, Conferências, criação de cargos, programas, planos, agendas, órgãos, entre outros. Então, a criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), instituição do Conselho Nacional LGBTQ+, Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBTQ+ e a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+, são produtos da interação socioestatal empregado sob a perspectiva da mútua constituição. O BSH e a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+, se apresentaram como fortes instrumentos de incidência política, contendo ações que reverberam até o momento em alguns estados e municípios brasileiros, como é o caso da Paraíba.

Segundo Almeida, Vieira e Kashiwakura (2020, p. 142), o impeachment da Dilma implicou na “reorientação das políticas públicas e dos espaços participativos, como reestruturação das equipes técnicas, cortes no financiamento e mudança na composição dos colegiados (AVELINO et. al., 2017)”. A informação procede dentro do setor de políticas públicas LGBTQ+. Temer ao assumir a presidência extingue MMIRDH, para, posteriormente, criar novo órgão alterando todo quadro de pessoal e estrutura organizacional. As interações socioestatais no governo Temer operaram mediante a combinação de rotinas de confronto e cooperação conflitiva. Embora, majoritariamente, o movimento LGBTQ+ tenha se posicionado oposição ao governo e preterido atuar na seara extrainstitucional, com protestos e ações diretas; outra parcela continuou ocupando os espaços institucionais, formando aliados com outros atores, mas operando na oposição aos atores estatais.

**FIGURA 04 - POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+: GOVERNOS DILMA, TEMER E BOLSONARO**



Fonte: elaboração própria com base nas referências supracitadas no corpo do texto (2022).

Na linha do tempo apresentada nas **Figuras 03 e 04**, vislumbra-se o andamento das políticas públicas em diversas gestões. É possível constatar o período de maior abertura no governo Lula (2003-2011), no qual os atores sociais LGBTQ+ exploraram os canais institucionais, inclusive na ocupação de cargos públicos para reivindicar e impulsionar as demandas da diversidade sexual e gênero. Entretanto, no governo Dilma, o movimento LGBTQ+, percebendo o recuo do executivo federal, combinou dois padrões de interações socioestatais: conflitivo e cooperação conflitual. Segundo Carlos (2021), o primeiro padrão de interação implica no repertório extrainstitucionais que buscam apoio ou aderência do Estado; já o padrão de cooperação conflitual, indica o uso de repertórios institucionais requisitando apoio de outros atores, enquanto opera em confronto com o Estado. Inclusive, nos governos da Dilma, Temer e Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal (STF) surge como ator e espaço de incidência política explorado pelos movimentos sociais LGBTQ+, para fazer avançar as demandas da sexualidade e gênero, conforme pode ser observado na **Figura 05**.

À vista disso, no ano de 2011, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277, reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo e equipara os efeitos legais as de um casal cis-heteronormativo. Isso implica em direitos de família, previdenciários, entre outros. Ao consultar as atas de ambos instrumentos jurisprudenciais, observa-se a presença de alguns atores sociais enquanto *amicus curiae* : Grupo Gay da Bahia (GGB); Centro de luta pela livre orientação sexual (CELLOS); Associação de travestis e transexuais de Minas gerais (ASSTRAV); Grupo Arco-íris de Conscientização Homossexual; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT); Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros de Minas Gerais. O *amicus curiae*, ou amigo da corte na sua tradução literal, é um instrumento que possibilita a habilitação de terceiros no processo judicial, para auxiliar a Corte no processo decisório. Nas situações na qual o magistrado se depara com matérias que desconhece ou de grande repercussão social, é facultado a ele a admissão de órgãos e/ou entidades especializadas no tema.

Em 2015, a ADPF nº 291 trata sobre o art. 235 do Código Penal Militar que previa o crime de “pederastias ou outro ato de libidinagem”, cujo a pena era detenção de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, o dispositivo também fazia menção ao termo *homossexual*. O intuito do dispositivo era meramente criminalizar relações entre pessoas do mesmo sexo, inexistia outra razão para sua manutenção. Nesse caso não houve admissibilidade de terceiros ou *amicus curiae*. O acórdão proferido entendeu que a manutenção dos termos ofensivos feria os preceitos legais constitucionais. No ano de 2017, embora já houvesse a equiparação da união estável

entre pessoas do mesmo sexo ADPF 132 e ADI 4.277, proferida em 2011, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concedeu apenas  $\frac{1}{3}$  da herança para o cônjuge. Na hipótese de equiparação, salvo previsão de regime jurídico bens matrimoniais, concedeu ao companheiro(a) do(a) falecido(o) 50% dos bens. Nesse sentido, o STF publicou acórdão do Recurso Extraordinário 646.721/RS, entendendo ser inconstitucional desequiparar para fins de direitos sucessórios famílias formadas pelo casamento ou união estável, esse último caso, sendo casal heteronormativo ou *homoafetivo*.

Em 2018, avança o tema da identidade de gênero, reconhecendo direitos básicos como ter no registro civil das pessoas transexuais e travestis, inclusive sem exigir o procedimento cirúrgico de transgenitalização. Na ocasião, para formulação da decisão foram habilitados: Grupo de Advogados Pela Diversidade Sexual (GADVS); Associação Brasileira De Gays, Lésbicas E Transgêneros (ABGLT); Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros; Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS); Centro Latino-Americano Em Sexualidade E Direitos Humanos (CLAM). Essa decisão levou em consideração o texto da Constituição brasileira de 1988 e o Pacto de São José da Costa Rica (BRASIL, 2022). No ano seguinte, a ABGLT impetrou o remédio constitucional Mandado de Injunção 4.733, cujo objeto da discussão foi a omissão do Congresso Nacional para tratar sobre a criminalização de condutas discriminatórias em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Em igual sentido, adveio a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, requerida pelo Partido Popular Socialista. No caso da ADO, é interessante destacar as figuras habilitadas para *amicus curiae*, para além dos habituais atores sociais como a ABGLT, GGB, GADVS, Grupo Dignidade e ANTRA<sup>45</sup>, foram adicionados a Convenção Brasileira das Igrejas Evangélicas, Associação de Juristas Evangélicos (ANAJURE), Frente Parlamentar “Mista” da Família e Apoio à Vida, entre outros. O MI 4.733 e ADO 26 vieram pacificar o entendimento jurisprudencial para equiparar os crimes de LGBTfobia aos crimes raciais regulamentados pela Lei de nº 7.716/89. Na época, a defesa dos atores antagônicos (conservadores e cristãos) era que a criminalização da LGBTfobia “barrava” no exercício da liberdade religiosa.

Por último, em 2020, três matérias importantes para a população LGBTQ+ são pacificadas no STF. A primeira delas é ADPF 457 julgou inconstitucional a Lei Municipal 1.516/2015, do Município de Novo Gama (GO), que proibia a divulgação de material sobre “ideologia de gênero” nas escolas. Além da ausência de competência do município para legislar

---

<sup>45</sup> Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

sobre educação - tema de competência privativa da União -, o instrumento normativo foi fruto do movimento Escola Sem Partido (ESP). Em adendo, é difícil datar o surgimento da ESP, porém, é possível observar maior articulação desses atores no período entre a eleição da Dilma, em 2010 e próximo ao veto da ação Escola Sem Homofobia. Outro parêntese, entre 2014 a 2016, foram apresentados projetos de lei no Congresso Nacional para versar sobre uma suposta “*doutrinação marxista*” que ameaçava a educação. Sob a justificativa “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, “pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”, “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (GUILHERME; PICOLI, 2018, p. 3). Por iguais razões, mais de 19 estados e municípios propuseram legislações deste teor. Posteriormente, por motivos semelhantes a ADPF 457, saiu a ADPF 461, declarando inconstitucionalidade de legislação que fere preceitos fundamentais (BRASIL, 2022).

Os proponentes acreditam, ou querem fazer crer, que o Brasil está a caminho de uma “ditadura gay de orientação marxista”. Nesse sentido, em abril de 2013, um deputado federal, então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, afirmou, em entrevista a jornalistas de um portal de notícias disponível internet, que “o movimento LGBT se levanta com uma doutrinação nacional. Eles se levantam nesse nosso país como uma ditadura, uma ditadura gay” (Gospelmais, 2013). E, em abril de 2014, quando da discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), outro deputado federal argumentou que “não vemos por que razão um movimento quer introduzir no PNE a ideologia de gênero (GUILHERME; PICOLI, 2018, p.14)

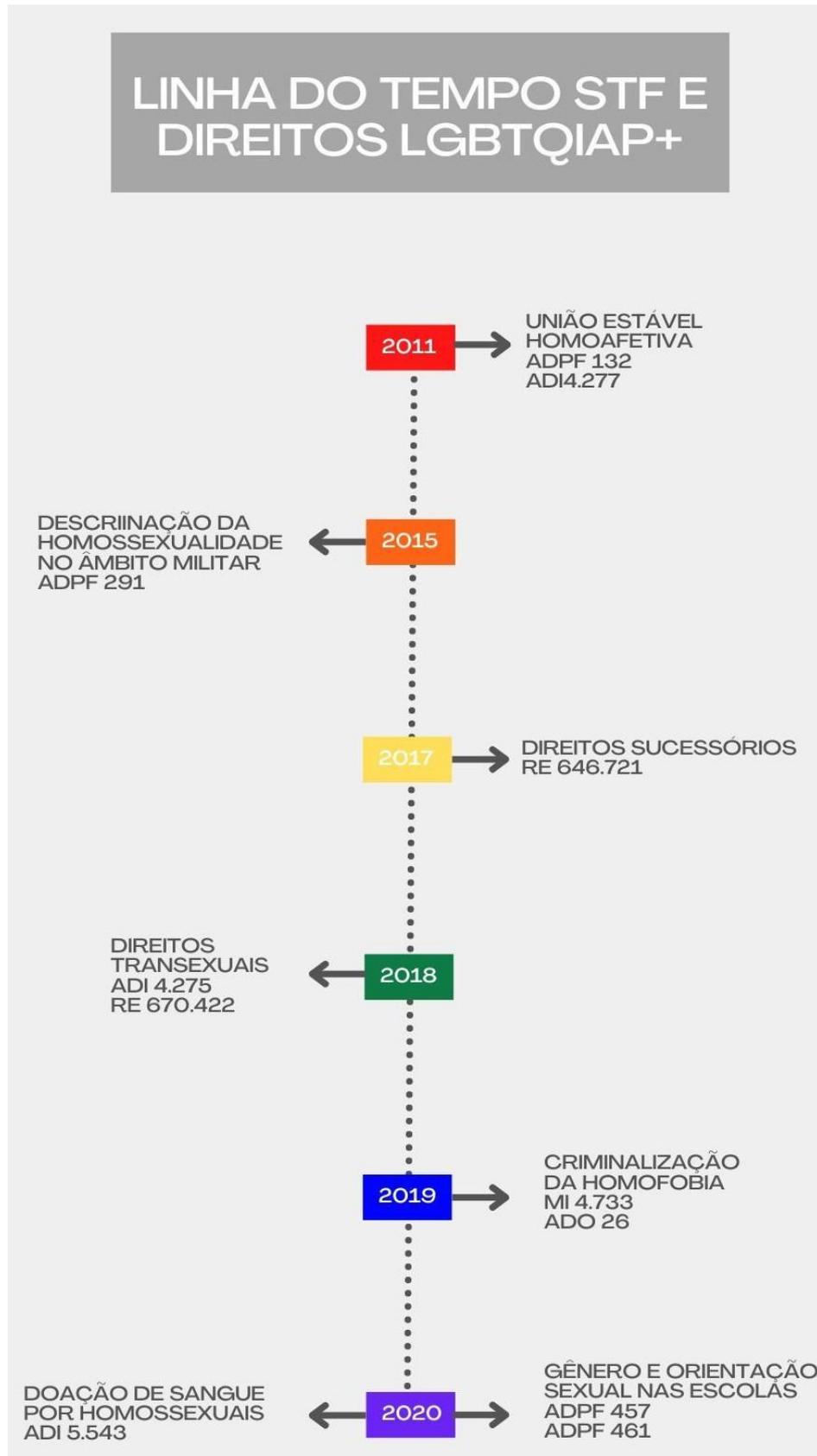
Por último, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.543, requisitada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), para endereçar a ilegalidade presente no art. 64 da Portaria do Ministério da Saúde de nº 158/2016, inciso IV e art. 25, inciso XXX, alínea “d” da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS) nº 34/2014. Esses instrumentos normativos vedavam a doação de sangue por pessoas LGBT+, parcela desse saldo discriminatório advém da epidemia da Aids, cujo a responsabilidade é equivocadamente atribuída à população LGBT+.

O STF tem demonstrado ser um sujeito e campo político de disputa e de interesses, além de desempenhar um papel essencial no desenho das políticas públicas, sobretudo, aquelas que dizem respeito à diversidade sexual e gênero. Os repertórios aqui utilizados diferem dos espaços políticos, a linguagem e o canal institucional são por natureza jurídico, ainda que as decisões tenham peso e essência política. A participação dos atores sociais nas audiências públicas realizadas no Tribunal não está configurada - necessariamente - como parte litigante da demanda, nesta ocasião integram como técnicos, especialistas, políticos ou vivência

(depoimento pessoal). De acordo com Guimarães (2020), a formação do lobby dentro do Judiciário auxilia o controle de constitucionalidade e na tomada de decisão democrática, uma vez que fomenta a participação pluralista, entretanto, a autora atenta para a limitação dos mecanismos de acesso, estrutura e organização, além do cuidado para não reproduzir os comportamentos contraproducentes do Legislativo, provocando o desequilíbrio de forças entre os grupos/atores de interesse. No Caderno de Jurisprudência do STF, nas ocasiões que os movimentos LGBTQIAP+ foram habilitados para *amicus curiae*, ficou relatado o papel do movimento enquanto intérprete da Constituição.

“A demanda jurisdicional em tela nos conclama, ainda, a lançar mão da alteridade como um incentivo à compreensão da Constituição a partir do ponto de vista do Outro. Reconhecer a atuação do Movimento LGBT como um **intérprete da Constituição**, portanto, **além de um compromisso ético, torna o processo de interpretação constitucional mais legítimo e democrático** [...] (BRASIL, 2022, p. 123, grifos nossos).

**FIGURA 05 - LINHA DO TEMPO STF E DIREITOS LGBTQIAP+**



**Fonte:** Elaboração própria com base no material BRASIL, 2022.

Por último, as formas de atuação do movimento social dentro do Congresso Nacional são diversas, desde a inserção das demandas nas agendas do CN, seja na propositura de projetos de lei de iniciativa popular, participação nas comissões legislativas ou pressionando os legisladores na aprovação de leis que atendam às suas necessidades. Ademais, essa interação não serve apenas para a produção ou influência de processos legislativos, mas para impulsionar as políticas públicas desenvolvidas no Executivo (PEREIRA, 2018). Neste último caso, por exemplo, a aprovação das emendas parlamentares com destinação de orçamento para executar as ações previstas nos programas federais. Nas **Figuras 03 e 04**, foi possível observar quando as ações específicas voltadas para diversidade sexual e gênero começaram a ser inseridas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e quando foi retirada. No período de 2006 a 2015, o Congresso aprovou as propostas e recursos concedidos. Segundo Pereira (op.cit) o resultado das eleições proporcionais de 2010 fomentou a quantidade de parlamentares ligados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), isso dificultou o avanço das demandas LGBTI+, ocasionando inclusive a retirada das ações na LOA em 2015.

Em contrapartida a isso, ainda que não exista lei específica voltada para os direitos LGBTI+ no plano federal, o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) acabou por estimular municípios e estados brasileiros a criarem instrumentos normativos para executar as ações ali previstas. No caso da Paraíba, conforme será visto no capítulo a seguir, para além de instrumentos normativos, o estado possui Centros de Referências LGBT, dois municipais e um estadual, Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais Fernanda Benvenutty, a recém Casa de Acolhida LGBTQIAP+ Cris Nagô.

Em suma, diversas são as formas e espaços de interação entre os atores sociais e estatais, estas não necessariamente adotam uma política de confronto, podendo ocasionalmente atuar em cooperação no desenho de políticas públicas. A incidência política das demandas da diversidade e gênero não resultam de uma atuação unilateral ou da vontade espontânea dos representantes e gestores políticos, do contrário, o risco de assumir a demanda é alto, conforme visto nos resultados das últimas eleições. Ademais, tem sido arriscado até para o Judiciário, que hoje é ameaçado pelo lobby religioso e conservador, por manter operante os direitos e políticas LGBTI+.

#### 4. MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTI+: TRAJETÓRIAS E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS NO CONTEXTO ESTADUAL

O contexto do movimento LGBTI+ paraibano não difere tanto do nacional. Em 1981 surge o primeiro grupo organizado “Nós Também (NT)”, formado por professores e universitários da UFPB, o intuito era a criação de grupos de discussões sobre sexualidade, entretanto, devido à natureza e atuação ativa na comunidade foi considerado como o primeiro grupo homossexual da Paraíba. No mesmo ano e com atuação paralela aos movimentos sociais e estudantis, surge o Grupo Beira da Esquina (BE). Estes primeiros grupos tinham por base a formação ideológica e política advinda das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)<sup>46</sup> da Igreja Católica brasileira. Apesar da curta duração, os movimentos demarcaram o contexto da diversidade sexual local. Outras mobilizações estavam interligadas aos espaços de cultura e lazer na capital paraibana, a exemplo do “Jornal Gaia”<sup>47</sup>, formado por grupos de jovens universitários cujas manifestações eram transmitidas por meio da arte (GOMES, 2016; OLIVEIRA, 2018; MELO, 2020).

Lá dentro da universidade, mas eles não atuavam fora da universidade, mas ele era mais voltado pra cultura [...] se inspiraram no SOMOS em São Paulo. [...] aqui em João Pessoa [...] eles colocaram assim: ‘Somos Nós Também’ [...] depois tirou o ‘somos’ e ficou só ‘Nós Também’. [...] E também tinham ‘pequenos servos’, um movimento GLS, muito, assim, escondido [...] localizado dentro da igreja católica e existia esse encontro dentro da BEMFAM, que nós demos o nome a ele de ‘GEP Grupo Especial da Paraíba’ (Entrevistado 09, 2022)

Nos anos 90, a pauta se alinha com a problemática da pandemia de HIV/aids no estado paraibano e se mantém, logo, a necessidade de mobilização. Para lidar com isso, a ONG Bem-Estar Familiar do Brasil (BEMFAM)<sup>48</sup>, se instala em João Pessoa-PB, para realizar atendimento psicológicos e assistenciais à população LGBTI+ pessoense. Em março de 1992, o MEL é fundado, inicialmente com natureza mista, era aberto para todas as pessoas com

---

<sup>46</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) estão interligadas ao nascimento do campo movimentalista brasileiro. Seus ideais são inspirados pela teologia da libertação e pela educação popular, vinculadas à Igreja Católica. Contribuiu na formação de lideranças políticas populares, com a expansão pelo país por meio da criação de diversos Centros Populares.

<sup>47</sup> O Jornal Gaia não era propriamente um movimento social, mas um espaço artístico que veiculava na época mensagens homoeróticas, tal como o “Lampião da Esquina” do grupo Somos de São Paulo. Outro adendo, a circulação do material publicado era dentro da academia.

<sup>48</sup> O BEMFAM era uma ONG nacional, certificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social como entidade beneficente de assistência social. A sede era no Rio de Janeiro, com 8 escritórios espalhados pelo Brasil, um deles na capital paraibana. Suas últimas atividades, conforme demonstra seus perfis online, datam em outubro de 2014. Fonte: <https://bemjovem.wordpress.com/o-que-e-a-bemfam/>. Acesso em: 03 jul 2022.

sexualidade e/ou identidade não cis-hetero-normativa. Na época a sigla utilizada era GLS para designar gays, lésbicas e simpatizantes. O MEL foi responsável por encaminhar a pauta LGBT+ na capital paraibana. Inicialmente, as demandas atentaram para a sensibilização e elucidação sobre *homossexualidade*, mantendo a questão sobre sexo seguro para a comunidade e a explanação para familiares e amigos a respeito do “*ser gay ou ser homossexual*”<sup>49</sup> (GOMES, 2016; OLIVEIRA, 2018; MELO, 2020).

A BEMFAM distribuía preservativos [...]. Aí, as meninas de lá, que era Dorotilde e Natália, psicóloga e assistente, disse: ‘você só vão pegar preservativo aqui se você antes tiverem um momento com a gente’ [...] foi quando começou as palestras [...] sobre HIV e AIDS [...] de direito, que a gente deveria conquistar [...] incorporando na gente essas questão de bandeiras de movimento [...] foi quando surgiu a ideia de ter um movimento LGBT [...] fomos amadurecendo e uma das pessoas que faziam parte desse grupo... lançou esse nome, ‘vamos ser o MEL’, [...] ele explicou assim, M de movimento, E de espiritual e L de lilás, porque era Movimento Social do Espírito [...] e lilás seria a cor do milênio (Entrevistado 09, 2022).

O MEL, assim como os grupos anteriores, tinha forte conexão com movimentos estudantis, sociais e partidos de esquerda, assumiram diversas bandeiras, tais como “*luta pela moradia, a inserção nos direitos humanos, a formação a partir da educação popular e a defesa pela saúde pública*” (GOMES, 2016, p. 57). Contudo, a principal demanda continua sendo o enfrentamento à LGBTfobia, inclusive foi uma das primeiras entidades a expor publicamente na imprensa local os atos de violência contra à comunidade LGBTI+. Desde 1995, o MEL vem realizando encontros estaduais e seminários em prol da consciência LGBT. Em 1994, um dos fundadores do MEL, o Breno Correia, não satisfeito com a pluralidade das demandas e desvinculação das ideias, formam novo grupo chamado de Ação para a Liberdade Lilás (ALL) - para além do registro sobre sua insatisfação por meio de carta e da formação de um novo grupo, não há documentos suficientes para comentar sobre atuação do ALL (GOMES, 2016; OLIVEIRA, 2018; MELO, 2020).

Diante o contexto epidêmico de HIV/aids, as relações entre Estado e movimento social homossexual começam, ainda que conturbadas. Na Paraíba, as parcerias entre os atores sociais e estatais surgem no final dos anos 90 e início dos anos 2000. A nível federal, o movimento conseguiu captar recursos federais para desenvolver atividades como o Seminário de Consciência Homossexual, com apresentações na capital e cidades interioranas, na realidade “era um itinerário de dois dias de formação cidadã e de prevenção de HIV/Aids, cuidado com

---

<sup>49</sup> O preconceito era demasiado forte, falta de informação agregado ao peso de carregar (erroneamente) a responsabilidade da pandemia de HIV/aids gerou um abandono dos familiares à comunidade, muitos dos sujeitos/as eram expulsos de suas casas, logo, a sensibilização era necessária para a manutenção da cidadania e dignidade destes.

a saúde LGBT, e também os momentos de reflexão.. de análise de como é ser da população LGBT num dos estados mais violentos do Brasil (Entrevistado 07, 2022). Em complemento, é comentado sobre o “I Encontro LGBT do Sertão da Paraíba, em 2000, com financiamento do governo federal, Ministério da Saúde” (Entrevistado 09, 2022), o evento ocorreu em Cajazeiras. Naquela época, o governo FHC, aprovou o projeto de desenvolvimento institucional elaborado pelo MEL, proporcionado verbas para o funcionamento estrutural e organizacional do movimento. Por outro lado, a nível estadual e municipal, a incidência do movimento era difícil, porém, com insistência ocupou cadeira no Conselho Estadual de Direitos Humanos, o qual segundo Entrevistado 01, era um espaço ocupado, majoritariamente, por entidades religiosas que lia a presença do movimento LGBT+ como uma ameaça, conforme pode ser observado no **Quadro 02**.

**QUADRO 2 - MOVIMENTO SOCIAL LGBTI+ PARAIBANO: ENTRE 1990 A 2000**

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistado 01</b>	[...] cobrava naquele momento do governo municipais e estaduais, políticas de prevenção e assistência a essa parcela da população que era muito marginalizada, primeiro pelo contexto social, sermos gays, sermos periféricos, sermos pobres [...]
	[...] começou a incidir em Conferências Municipais de Saúde, Conferências de Direitos Humanos. O MEL passa a compor [...] o Conselho Estadual de Direitos Humanos, era um conselho que tinha muita entidade ligada a igrejas, que nos olhava como se fossemos uma ameaça [...] fomos mostrar pra eles [...] que tava tendo uma matança em massa de LGBTs e que aquele [...] conselho social [...] não podia ficar omissos, no silêncio.
	[...] a gente fazia um advocacy muito na intuição, a gente não sabia como ir dentro de um conselho cobrar de um secretário de segurança pública do Estado [...] ainda não era um governo progressista, na década de 90, era o governo do PSDB, a gente não tinha abertura, mas conseguimos, assim, bater na porta, com muita insistência, começar a ser recebido secretário de segurança pública [...]
<b>Entrevistado 09</b>	O primeiro projeto que aprovamos foi no Ministério da Saúde, era um projeto de desenvolvimento institucional [...]. A gente começou a aprovar outros projetos [...], em 10 anos, foram 24 projetos. Nos primeiros 10 anos, do governo Lula, um e dois, de Dilma, mas já no governo de Fernando Henrique, a gente também aprovou projeto, pouquinho antes.

**Fonte:** Elaboração própria com dados coletados das entrevistas (2022)

Vale destacar que o projeto de desenvolvimento institucional que possibilitou a compra de recursos operacionais para organização, mencionado no **Quadro 02**, foi fruto da articulação do MEL com o Grupo Gay Bahia (GGB). Entretanto, essa colaboração não foi gratuita, conforme Entrevistado 09, o interesse do GGB era criar “sucursais”, logo, impôs ao MEL a troca do nome para “Grupo Gay da Paraíba”. Tendo em vista que o GGB, naquela época, era o movimento de referência, inclusive quanto às articulações com atores estatais a nível federal,

o MEL temeu a indisposição, porém, manteve o nome. Durante 10 anos, o MEL permaneceu como um grupo de atuação mista, ou seja, aberto para todas as identidades ali presentes. Todavia, a multiplicidade de atores e demandas que formam o movimento LGBTI+, independente das siglas utilizadas na época, resultam em um grupo de alta complexidade. Logo, os conflitos de opiniões e de demandas internas, na medida que o grupo se desenvolvia, aumentavam. No início dos anos 2000, novas estratégias de organização precisavam ser feitas, assim o processo de segmentação do MEL se desencadeou. No ano de 2002, surge então, respectivamente, a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA)<sup>50</sup>, Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ)<sup>51</sup> e o Gayrreiros do Vale de Itabaiana.

[...] vários textos acadêmicos, falando um pouco da trajetória do movimento LGBT. E nós conseguimos perceber que em todos esses textos, o Maria Quitéria está como uma dissidência do Movimento Espírito Lilás, né? Lá, há 30 anos atrás, começou ali o movimento LGBT da Paraíba, que era unicamente o Movimento Espírito Lilás, misto, composto por homens e mulheres [...] 10 anos depois, surge o Maria Quitéria [...] inicialmente como Grupo de Mulheres [...] porque naquela época, não podia falar a palavra lésbica e bissexual (Entrevistada 08, 2022).

Com exceção do Gayrreiros do Vale, cuja atuação é no município de Itabaiana, o Grupo Maria Quitérias e ASPTRTRANS (antigo ASTRAPA), a atuação é em João Pessoa. O processo de interiorização se intensifica devido ao projeto “Junto SOMOS mais forte”, uma demanda do movimento LGBT paraibano articulado com a rede nacional LGBT (GGB, Grupo Arco-Íris, ABGLT, Grupo Dignidade, entre outros), para fortalecer as bases regionais e impulsionar a interiorização. Dessa forma, na Paraíba, entre 2002 a 2011, diversos grupos foram criados e espalhados nas seguintes cidades: Cabedelo: Movimento Homossexual de Cabedelo (MOHOCA), em 2002; Cajazeiras: Movimento do Espírito Lilás de Cajazeiras (MELICA) e Associação do Orgulho LGBT, respectivamente, em 2002 e 2006; Campina Grande: Associação dos Homossexuais em Campina Grande (AHCG) e Ação pelo Respeito à Cidadania e à Diversidade Sexual (ARCIDES), respectivamente, em 2004 e 2011; Catolé do Rocha: Grupo Fórum LGBT, em 2010; Sapé: Convergência do Orgulho Rosa, Azul e Lilás (CORAL), em 2010. Em João Pessoa, observa-se a formação de outros grupos; Grupo Diversidades PB e Cordel Vida, ambos em 2005; Movimento de Bissexuais (MOVBI), em 2014; Coletivo Petris, em 2015; e por último, a Iguais Associação LGBT+, em 2018 (GOMES, 2016; OLIVEIRA, 2018; NASCIMENTO, 2018).

---

<sup>50</sup> Atualmente ASPTRTRANS - Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba

<sup>51</sup> Atualmente Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMLBMQ).

Diante o exposto, principalmente no **Quadro 02**, testemunhou-se as primeiras interações socioestatais que repercutiram na adoção de políticas de saúde no enfrentamento à epidemia da Aids, no final dos anos 1990. Entretanto, as relações estavam restritas a alguns ministérios, sem fazer menções a articulações frutíferas com outras entidades federativas (estados, municípios, etc...). Contudo, com a entrada dos governos petistas, sobretudo na gestão do primeiro mandato de Lula (2003 a 2006), observa-se a progressão das interações socioestatais, mediante o fortalecimento dos instrumentos de participação social, a ocupação do movimento social LGBTI nos espaços institucionais e cargos governamentais, bem como, os processos de institucionalização das demandas da diversidade sexual e gênero. O modo *petista de governar*, naquele momento, implicou no pacto de governabilidade, convocando entes federativos e demais instituições para desenvolver políticas públicas. O programa BSH, por exemplo, dependia da iniciativa local para desenvolver as políticas públicas voltadas para diversidade sexual e de gênero, promovendo uma articulação multinível entre sociedade civil e atores. Noutra ocasião, uma das primeiras ações do governo foi convocar estados e municípios brasileiros a realizar conferências próprias, em parceria com os atores sociais para discutir a temática e elaborar um plano de ação a ser implementado naquela localidade.

Na Paraíba, as entrevistas apontaram as inserções dentro do Conselho Estadual de Direitos Humanos, para tratar sobre questões de saúde e segurança pública para população LGBT da época, em razão das mortes pelo vírus da Aids e/ou violência nas ruas. De forma incipiente, a aproximação com alguns representantes políticos, meados dos anos 90, a incidência dentro da câmara municipal de João Pessoa, capital paraibana, para elaborar instrumentos normativos de proteção à população LGBT. Nas falas dos entrevistados 01 e 09 abaixo, é possível vislumbrar isso:

(Lei Estadual 7.309/2003) começou numa ideia [...] numa ação dentro da câmara municipal de João Pessoa, quando Nadja Paletó e Ricardo Coutinho eram vereadores e estava acontecendo muito assassinato de de travestis, transsexuais lá na lagoa, na Epitácio [...]. Daí, a gente conseguiu através de Ricardo e Nadja Paletó uma sessão especial na câmara dos vereadores. Aí, conseguimos levar umas travestis que viviam na noite, umas profissionais do sexo que também eram vítimas de violência e algumas pessoas do movimento LGBT [...] depois fizemos uma passeata com cartazes na lagoa [...] aquela coisa muito tímida, a gente com medo, mas com os cartazes na mão protestando (Entrevistado 09, 2022).

[...] incidindo nas câmaras municipais e assembleias, pra pedir que aqueles mandatos do PT, do PCdoB, dos mandatos mais progressistas começasse a dar resposta desses crimes, dessas violações [...] Nós começamos a ampliar esse diálogo com o legislativo, com a câmara municipal e assembleia, depois a gente amplia, quando a gente consegue se consolidar com alguns aliados dessa pauta, desse campo legislativo, a gente começa a avançar e abrir um diálogo com os governos mais progressistas (Entrevistado 01, 2022)

Dessa forma, o movimento LGBTI+ paraibano, os atores e suas demandas iniciaram o processo de institucionalização de maneira paulatina, assim como no plano federal, abriram margem dentro das políticas de saúde no combate à Aids. Posteriormente, adentraram conselhos estaduais e municipais de direitos humanos, para discutir sobre a questão da cidadanização LGBT, essas inserções não foram espontâneas e fáceis, estão em constante conflitos com atores antagônicos, principalmente do lobby religioso, que também fazem incidência dentro desses espaços de poder, conforme **Quadro 02**. As interações socioestatais e a permeabilidade das demandas da diversidade sexual e gênero são fortalecidas no governo de Ricardo Coutinho<sup>52</sup>, este que já era aliado ao segmento, possuindo histórico de implementação de instrumentos normativos desde dos mandatos de vereador e deputado estadual, na época, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Inicialmente, enquanto prefeito, as gestões de Ricardo Coutinho do PSB coincidem com o *modo petista de governar*, ou seja, com aberturas institucionais para segmentos da sociedade civil organizada promover suas demandas. À vista disso, José Cleudo Gomes (2016), conta sobre o primeiro evento público voltado para população LGBT, denominado “Direito à Diversidade Sexual”, realizado em junho de 2005, organizado pelo movimento LGBT em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). O pesquisador e militante, Cleudo Gomes, foi indicado por meio da lista tríplice aprovada pelo movimento LGBT da época, para compor o governo municipal e ficar como responsável para gerir o Grupo de Trabalho da Diversidade Humana que funcionaria dentro da SEDES. Posteriormente, o GT se tornou uma Assessoria de Políticas Públicas para Diversidade Humana, na qual ele assumiu a diretoria, este setor estava vinculado à Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular (DIPOP). Nesse período foram realizadas as I e II Conferência Municipal LGBT (GOMES, 2016; NASCIMENTO, 2018).

Entre 2005 a 2009, Gomes (op. cit.) identificou sete projetos e ações que foram realizadas financiadas pelo BSH. Primeiro, em 2005, o projeto elaborado pela ASTRAPA que criou o Centro de Referência GLBT Mauro Antônio. Em 2006, o projeto intitulado “Por uma Pedagogia da Igualdade”, elaborado pelo Centro da Mulher 8 de Março. Em 2007, o “Curso Equidade e Relações de Gênero no Currículo Escolar”, promovido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET)<sup>53</sup>. Em 2008, a SEDES lança o projeto GLBT à luz

---

<sup>52</sup> A título de informação, Ricardo iniciou a carreira política filiado ao PT, no período de 1982 a 2003. Porém, migra para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o qual se manteve filiado entre 2003 a 2021, para exercer o mandato de prefeito de João Pessoa (2005 - 2010) e governador da Paraíba (2011 - 2019). Em, 2021, volta a filiação com o PT, permanecendo até o momento.

<sup>53</sup> Atual Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

dos direitos humanos, que veio a ser financiado por recursos advindos do BSH, o valor captado foi de R \$30.000,00 (trinta mil reais), investidos na formação para os servidores municipais para o trato das questões LGBT. No referido ano, a SEDES abriu edital do Projeto Elos: Educação Cidadã, para destinação de recursos às ONGs no intuito de implementar oficinas pedagógicas com temas de gênero, sexualidade e prevenção às IST/Aids nas escolas públicas do município, além de realizar, um Seminário Municipal cujo tema era sobre o respeito ao nome social (GOMES, 2016). Entre 2008 e 2009, a UFPB, captou recursos para desenvolver o projeto Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual. e Curso Gênero e Diversidade na Escola, elaborado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) da UFPB. Por último, em 2009, o Governo do Estado em parceria com a PMJP, promove ação para adoção do uso do nome social para travestis e transexuais.

**QUADRO 3 - PROJETOS E AÇÕES FINANCIADOS PELO BSH**

ANO	PROJETOS E AÇÕES	INSTITUIÇÕES
2005	Centro de Referência GLBT Mauro Antônio	ASPTTRANS
2006	Por uma Pedagogia da Igualdade	CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO
2007	Curso Equidade e Relações de Gênero no Currículo Escolar	CEFET
2008	GLBT à luz dos direitos humanos	PMJP/SEDES
	Projeto Elos: Educação Cidadã	
	Seminário Municipal tema: respeito ao nome social	
2008	Projeto Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual.	UFPB
2009	Curso Gênero e Diversidade na Escola	GOVERNO DO ESTADO E PMJP
2009	Adoção do uso nome social para travestis e transexuais	

**Fonte:** elaboração própria com dados de Gomes (2016).

Conforme o **Quadro 03**, o Projeto da ASTRAPA (atual ASPTTRANS), em 2005, implementa o primeiro Centro de Referência GLBT Mauro Antônio Cortes<sup>54</sup> na Paraíba, na qual os serviços de assistência jurídica, psicológica e social eram prestados pela ONG com recursos advindos da União pela SEDH (NASCIMENTO, 2011; GOMES, 2016). No ano seguinte, o movimento Gayrreiros do Vale de Itabaiana, inscreve projeto para o Ministério da Justiça, para implantar um Centro de Referência no interior e sucede recebendo o montante de R \$79.000,00 (setenta e nove mil reais), operou durante 02 (dois) anos. O projeto da

<sup>54</sup> A associação foi uma das primeiras entidades em prol da diversidade sexual e gênero a ser agraciada por recursos da União, na época submeteram o projeto intitulado de "Resgatando a Cidadania LGBT". Com o dinheiro do projeto encabeçaram a criação do Centro de Referência GLBT, homenageando o Mauro Antonio Cortes, vítima de lgbtobia no Estado, ele que era militante do MEL, foi brutalmente assassinado no centro da cidade (GOMES, 2016).

ASPTTRANS trouxe uma inovação política para o estado paraibano, tanto o é, que posteriormente, foi adotada pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e criado o Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBTQIAP+, conhecido como Espaço Pedrinho. Nas falas abaixo, observa-se essas experiências:

[...] quando passou a existir o Espaço LGBT enquanto parte da SEMDH, muitas mulheres trans, principalmente as mais velhas chegavam lá e diziam que ali era ASTRAPA, porque elas [...] não sabiam que tinha mudado [...] de movimento pra Estado [...] que tinha sido institucionalizado. Então, a identidade que ficou do Espaço LGBT foi como se fosse a sede das ASTRAPA (Entrevistada 03, 2022)

[...] e após abrir o edital pra o interior de centro de referência, que era do Ministério da Justiça, onde a gente conseguiu aprovar um projeto de Itabaiana, no valor de 79 mil reais, pra trabalhar com psicólogo, assistente social, pedagogo um digitador e um advogado, durante 2 anos (Entrevistado 09, 2022).

A ação de 2009, conforme o **Quadro 03**, realizada em parceria entre Governo do Estado e PMJP, respectivamente, na gestão estadual de José Maranhão do PMDB<sup>55</sup> (2009 a 2010) e municipal de Ricardo Coutinho (2005 a 2010), resultam em duas Portarias: (i) a Portaria n° 041/2009 da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH), que adota o uso do nome social para pessoas trans e travestis nos serviços prestados pela secretaria, essa decisão adveio também durante o Seminário Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, realizado em setembro do referido ano, na ocasião esteve presente o coordenador do BSH, Eduardo Santarelo (GOMES, 2016); (ii) Portaria Municipal n° 384, 26 de fevereiro de 2010, recomendado a adoção do nome social nos serviços de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Em março de 2010, Ricardo Coutinho se afastou da prefeitura para disputar o cargo de governador da Paraíba, o qual foi eleito. Assumiu o cargo, o seu vice Luciano Agra do PSB, permanecendo até o término do mandato em 2012. Na sua gestão, dois instrumentos normativos importantes são implementados: Lei Municipal de n° 12.342/2012, determinando o respeito ao nome social em todos órgãos da Administração Pública (Direta e Indireta), reforçando a portaria de 2010. O segundo instrumento, é a Lei Municipal de n° 12.400 de 05 de julho de 2012, que criou a Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, vinculado ao gabinete do prefeito.

A título de informação, ações paralelas que ocorriam em municípios interioranos, por exemplo, na cidade de Pilar localizada na região da mata paraibana, no ano de 2012, foi eleita

---

<sup>55</sup> José Maranhão (PMDB) assume o governo após o TRE decidir pela cassação da chapa de Cássio Cunha Lima (PSDB).

a primeira vereadora travesti do Estado, Shirley Costa<sup>56</sup> do Partido Progressista. No referido ano, em Cajazeiras, Jucinério Félix do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), realizou a propositura de lei pelo dia Municipal de Combate à LGBTFobia a ser comemorado no dia 26 de Agosto<sup>57</sup>, o referido instrumento foi sancionado pela prefeita Francisca Denise do PSB, resultando na Lei de nº 2.176 de 2014<sup>58</sup>, que versa sobre a inclusão da data no calendário oficial de eventos da cidade. Em 2015, o município cajazeirense promulgou a Lei de 2.380<sup>59</sup>, que versa sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos e privados prestado no âmbito da administração direta e indireta. (NASCIMENTO, 2018).

A alternância de poder no governo da Paraíba é bastante sutil, nos períodos entre os anos 1990 a 2010, peemedebistas e psdbistas revezam o executivo, sendo o ciclo quebrado nas eleições de 2010, com a vitória do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na figura do Ricardo Coutinho e atualmente do João Azevedo. Ao assumir o governo do Estado, em 2011, Ricardo fortalece parcela das ações e projetos políticos voltados para população LGBT presentes na sua gestão municipal. À vista disso, formulou o Decreto de nº 32.159/2011, dispondo sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de pessoas trans e travestis nos registros estaduais relativos à prestação de serviços públicos no âmbito do Poder Executivo Estadual, esse instrumento também revogou o Decreto nº 41/09, por ser mais amplo e suprir o anterior. Posteriormente, no referido ano, publicou o Decreto de nº 32.430, convocando a II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, sob o tema: Paraíba pela promoção da cidadania LGBT e contra a homofobia. A metodologia da Conferência ficou prevista na Portaria da SEMDH nº 008/2011, que estabeleceu o regime interno do evento, neste documento foi convocado aos municípios paraibanos a realização de pré-conferências, porém, esse requisito era facultativo (PARAÍBA, 2011).

No **Quadro 04** abaixo, pode ser observado os instrumentos normativos elaborados. Em 2014, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa LGBT (CEDLGBT), por meio do Decreto nº 34.004/2014, posteriormente regulamentado pela Lei 11.000/2017, pelo próprio

---

<sup>56</sup> Primeira travesti é eleita como vereadora na Paraíba: Ela é conhecida por 'Mãe Shirley', no município de Pilar. Fonte: <https://www.leijaja.com/politica/2012/10/09/primeira-travesti-e-eleita-como-vereadora-na-paraiba/>

<sup>57</sup> A data é em homenagem à vítima de crime LGBTfóbico no município, o professor Ival Raimundo de Souza.

<sup>58</sup> Lei nº 2.176 de 13 de maio de 2014: inclui no calendário oficial de eventos da cidade de Cajazeiras o dia municipal de combate a LGBTFobia, a ser comemorado no dia 26 de agosto. O instrumento pode ser consultado online através do site: [https://cajazeiras.pb.gov.br/arquivos/143/Leis%20Municipais\\_2176\\_2014\\_0000001.pdf](https://cajazeiras.pb.gov.br/arquivos/143/Leis%20Municipais_2176_2014_0000001.pdf)

<sup>59</sup> Lei nº 2.380/2015: dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos e privados prestado no âmbito da administração direta e indireta. Disponível em: <https://cajazeiras.pb.gov.br/leis.php?id=439>. Acesso em: 04 jul. 2022.

governador. Em 2017, o Decreto de nº 37.943, ampliou o atendimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher para incluir às mulheres transexuais e travestis em situação de violência doméstica e familiar. No referido ano, o Decreto nº 37.944, estabeleceu diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário estadual. Posteriormente, publica o Decreto nº 37.945 que regulamenta a Lei 7.309/2003 e revoga o anterior (Decreto 27.604/2006). Por último, cria o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba, por meio do decreto de nº 37.946/2017.

#### QUADRO 4 - DECRETOS ESTADUAIS

DECRETOS		
ANO	DECRETO	DESCRIÇÃO
2006	nº 27.604	Regulamenta a Lei de nº 7.309 de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências.
2011	nº 32.159	Inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito Estado (revogou a portaria de nº 41/2009)
2011	nº 32.430	Convoca a II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).
2014	nº 34.004	Cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT (CEDLGBT)
2017	nº 37.943	Inclusão de mulheres transexuais e travestis, em situação de violência doméstica e familiar, no atendimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM
2017	nº 37.944	Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba.
2017	nº 37.945	Regulamenta a Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003, que proíbe a discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero no Estado da Paraíba e revoga o Decreto nº 27.604, de 19 de setembro de 2006.
2017	nº 37.946	Cria o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba e dá outras providências.

Fonte: elaboração própria com dados coletados do JusBrasil<sup>60</sup> e do DOEPB<sup>61</sup>

Ao que sucede na política local, no ano de 2018, as rachaduras políticas vão ascendendo, Ricardo indica um candidato para concorrer às eleições para governador, João Azevedo, ao passo que judiciário paraibano, órgãos de controle e segurança pública, influenciados pelo lavajatismo curitibano, instaura uma investigação criminal apelidada de Operação Calvário, apontando o ex-governador como alvo. Apesar da operação, João assume o governo - ele também estava no rol de investigados - e para distanciar-se do caso, rompe relações com o ex-governador (FEITOSA; CITTADINO; LIZIERO, 2020). Esse “racha” entre as lideranças gerou preocupação no campo político, pois diferente de Coutinho, Azevedo era uma figura desconhecida. Embora seja recente analisar o impacto desse fenômeno, sobretudo para as políticas públicas LGBT no estado, as entrevistas revelaram baixa interferência até o momento.

<sup>60</sup> Plataforma do JusBrasil: <https://www.jusbrasil.com.br/home>

<sup>61</sup> Plataforma da Assembleia Legislativa da Paraíba: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>

Mediante o exposto, constata-se que a implementação das políticas voltadas para a diversidade sexual e gênero na Paraíba, no primeiro momento, advém dos estímulos do nível federal para o estadual. Todavia, a manutenção destes, após alternância de poder e a saída dos governos petistas, ocorre pelo fato do plano estadual e os governos em exercício, sobretudo àqueles entre 2011 a 2018, estavam alinhados ao PT e ao seu modo de governar, ou seja, investindo em instrumentos participativos e aproximando atores da sociedade civil organizada, a exemplo dos movimentos sociais LGBTI+ que incidem na política local e nacional no desenho das políticas públicas.

Nos tópicos a seguir, serão discutidos os repertórios do movimento LGBT+ e o efeito destes nas políticas públicas e instrumentos normativos na Paraíba. Dessa forma, analisando os dados recolhidos nas entrevistas, atravessaremos os meios de comunicação institucionais e extra-institucionais adotados, as relações com atores estatais, observando as aberturas políticas e os momentos de incidência mencionadas pelos atores. No último tópico (4.2), serão apresentados os instrumentos normativos e políticos criados até 2022, que foram frutos da interação socioestatal e dos processos de institucionalização das demandas LGBT+.

#### 4.1. QUEM ESTÁ POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NA PARAÍBA

Este tópico está dedicado a tratar sobre os repertórios de interação entre os Movimentos Sociais LGBTI+ e o Estado da Paraíba. Dessa forma, será apresentada a trajetória de cada entidade social, com base nos dados coletados nas entrevistas aplicadas com seus representantes, no intuito de vislumbrar o canal mais operacionalizado pelos atores e a incidência destes nos espaços institucionais. Para tanto, alguns recortes sobre a formação, organização e formas de atuação serão necessários para conhecer cada uma delas.

Vale mencionar que os grupos e/ou movimentos da diversidade sexual e identidade de gênero, em regra, não são grupos formalmente constituídos, podendo manifestar-se de forma coletiva ou individual (ativismo individual). Isso ocorre em razão da condição de vulnerabilidade que muitos desses sujeitos e sujeitas perpassam para (sobre)viver, conhecendo a complexidade e pluralidade destes. Na Paraíba, os grupos de militância existentes apresentaram algumas particularidades, os mais antigos são formalizados e regulamentados, porém, o quantitativo de membros varia com o tempo. Outros possuem mais dificuldades de organização, repercutindo no processo de regulamentação e formalização, pegando carona nos mais antigos para ocupar os espaços institucionais.

Portanto, às pessoas selecionadas para realizar a entrevista adotou-se o critério de ser militante em algum grupo/movimento do segmento LGBT atuante na Paraíba. Pessoas filiadas a partidos políticos com atuação em setoriais e/ou secretarias LGBT. Além disso, pessoas que trabalham: Centro de Referência LGBT - Espaço Pedrinho e Espaço LGBT - Casa Amarela.

O roteiro da entrevista consistia em três eixos de questões: (i) sobre o histórico e repertórios adotados pelo movimento, a saber quais as formas de interação mais utilizadas por eles; (ii) sobre as relações com o poder público, a saber os momentos de abertura e em quais setores ocorreram; (iii) por último, questiona-se a participação dos movimentos sociais nos processos de implementação das políticas públicas na Paraíba, e possíveis balanços sobre os instrumentos existentes.

É importante destacar sobre os locais e tempo de duração das entrevistas. As modalidades possíveis eram virtuais e presenciais, à escolha de cada participante. Os encontros virtuais tiveram maior durabilidade, variando entre 40 a 60 minutos de gravação. Já os encontros presenciais ocorreram em diversos espaços (sede do movimento; comitês eleitorais; órgãos públicos) com duração média de 40 a 100 minutos de gravação. O primeiro contato ocorreu por meio das redes sociais e e-mails institucionais fornecidos nas plataformas digitais de cada entidade. Posteriormente, o contato ocorreu diretamente com os representantes indicados para realizar a entrevista, exceto o Centro de Referência Estadual LGBT - Pedrinho, cujo procedimento necessitou de autorização da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). No ato da entrevista foi explicado aos participantes sobre os procedimentos, a pesquisa e as perguntas a serem feitas, além de comunicar o fato de estar sendo gravada para fins de coleta dos dados e possibilidade de desistência a qualquer momento quando solicitado pelo participante. Por fim, apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento e solicitado assinatura pelos entrevistados e pela pesquisadora.

No **Quadro 01** apresentado no capítulo 01, estão apresentados a lista de entrevistados/as, de forma simplificada para melhor compreensão. Conforme pode ser observado, participantes fazem parte de mais de grupo/movimento, tanto o é, que no momento da entrevista fizeram colocações a respeito da atuação nestes, inclusive sobre grupos não listados na entrevista, como foi o caso da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e Aliança Nacional LGBTI+, sendo entidades nacionais com representatividades locais, respectivamente, na figura do MEL e Iguais LGBT+.

O **Quadro 05** abaixo servirá de mapa para localizar os repertórios de interação apresentados no Capítulo 2 no tópico 2.1. Dessa forma, as informações auxiliarão na

identificação dos repertórios adotados pelos movimentos sociais LGBTI nos processos de desenho das políticas públicas locais.

**QUADRO 5 – REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO**

REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO		
ROTINA	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
<b>PROTESTOS E AÇÃO DIRETA</b>	Rotina por excelência dos movimentos sociais. São mobilizações coletivas no intuito de pressionar ou negociar.	Marchas, paradas, protestos, etc.
<b>PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA</b>	Rotina que emprega o uso dos canais institucionais. Negociações e deliberações dentro de espaços formais.	Orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e conferências.
<b>POLÍTICA DE PROXIMIDADE</b>	É uma forma de negociação direta com contatos específicos, provocando as trocas clientelistas	Lobby político
<b>OCUPAÇÃO DE CARGOS NA BUROCRACIA</b>	Essa estratégia retroalimenta as demais rotinas de interação	Exercício do ativismo dentro da máquina estatal.

**Fonte:** elaboração própria com base no trabalho de Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

A seguir, será traçado breve relato sobre cada entidade que compõe o movimento social LGBT+ paraibano e setores partidários que somam no campo de atuação da diversidade sexual e gênero. Atravessando em seguida, os repertórios adotados pelos atores sociais e as relações com atores estatais.

#### 4.1.1. MEL

O MEL surge em meados de 1986, porém, a instrumentalização ocorreu no dia 06 de março de 1992, quando foi registrado em cartório, com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Ela consiste em uma das organizações mais antigas com atuação voltada para cidadania LGBT. Além disso, foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). O MEL, portanto, é uma entidade afiliada e que representa a ABGLT na Paraíba. Por ser uma das entidades mais antigas, parcela dos movimentos sociais são dissidentes deste, como é o caso do: Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria; Associação de Pessoas Trans, Travestis e Transfemininas da Paraíba; Movimento de Bissexuais de João Pessoa; Gayrreiros do Vale de Itabaiana; e por último, o Coletivo Petris.

Ademais, o critério de antiguidade faz com que o movimento tenha experienciado diversas formas de relacionamentos com os atores estatais. E conforme relatado pelo entrevistado 01, começam a incidência política na *intuição*, mas, posteriormente, faz *escola*, ou seja, forma outros grupos/movimentos na atuação política.

No **Quadro 06** localizado no tópico dos Apêndices foram elencados de forma mais detalhada alguns dos repertórios adotados pelo Mel mediante informações coletadas na entrevista. O Mel por ser um movimento pioneiro na Paraíba apresentou um leque bastante rico de estratégias, inclusive demonstrou ter bastante proximidade com as rotinas elencadas no **Quadro 05**. Por exemplo, a participação institucionalizada e a política de proximidade. O Mel prefere ocupar espaços de conselhos de políticas públicas e conferências (nível federal, estadual e municipal). Em paralelo, fortalece a política de proximidade com atores do poder legislativo local negociando a promoção das demandas da diversidade sexual e gênero na Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais, como é o caso das relações citadas pelos entrevistados 01 e 07, como Ricardo Coutinho, Anísio Maia, Estela Bezerra, entre outros (autores de algumas Leis Estaduais). Apesar de pouco mencionada nas entrevistas, as ocupações de militantes do MEL em cargos públicos foram percebidas, na gestão da prefeitura e governo estadual. Além disso, militantes do movimento também saíram candidatos, como foi o caso de Renan Palmeira, ex-presidente do MEL, que disputou o cargo para prefeito nas eleições de 2012 e, posteriormente, o cargo de deputado federal nas eleições de 2014, ambos pelo PSOL.

[...] começa na intuição a fazer esse diálogo institucional, movimento social com os órgãos de controle que são os conselhos da assistência, segurança e direitos humanos. [...] quando a gente consegue se consolidar com alguns aliados dessa pauta no campo legislativo, a gente começa a avançar e abrir um diálogo com os governos mais progressistas [...] (Entrevistado 01, 2022)

No **Quadro 06**, nota-se outras formas de atuação do movimento com ações voltadas para sociedade. A exemplo dos seminários desenvolvidos pelo movimento, na intenção de tratar, de forma pedagógica, sobre determinado tema voltado para diversidade sexual e gênero aplicado naquele evento para o público alvo em questão, por vezes, são instituições de ensino, órgãos públicos, entre outros. Outra rotina é a realização da Parada da Diversidade, demonstrou ser um assunto delicado no momento, conforme relata o Entrevistado 07 ao mencionar a nota de repúdio para direcionar a questão da “[...] fragmentação do próprio movimento [...] parte considerada do movimento LGBT golpeou o MEL [...] na tentativa de fazer a tomada da parada, que é um legado cultural [...]. Embora a realização da Parada seja articulada com atores estatais, a mensagem principal desse instrumento é dialogar com a sociedade em geral sobre as demandas da diversidade sexual e gênero, dessa forma, são divulgados relatórios de violências do estado, aparelhos de assistência e políticas públicas existentes.

Quanto às notas de repúdio mencionadas, duas delas foram emitidas em resposta para estabelecimentos comerciais da cidade que foram cenário de crimes LGBTfóbicos,

recentemente. No primeiro caso, um policial civil que também é dono de uma academia de crossfit, publicou nas suas redes sociais uma sequência de vídeos proferindo ataques homofóbicos, ao tomar ciência o movimento entrou com representação cível e criminal no Ministério Público da Paraíba (MPPB). No segundo caso, o gerente de um bar e restaurante conhecido, constrangeu duas irmãs que estavam se abraçando no ambiente, alegando que elas não poderiam “trocar carícias ali” em razão do parquinho infantil e que elas deveriam se retirar. Detalhe importante sobre esses casos, para além da criminalização da homotransfobia assegurada pelo STF desde 2019, com MI 4.733 e ADO 26, todos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos são obrigados por lei estatal, desde 2017, a fixar cartazes proibindo e punindo as discriminações em razão da sexualidade e gênero.

#### 4.1.2. PETRIS

O coletivo Petris, conforme entrevista, tem atuação desde 2015. O nome Petris faz homenagem a Pedro Alves de Souza, homem trans e militante que foi assassinado por LGBTFobia no Estado. Abro parênteses para informar que as coletas de dados, fontes primárias e secundárias, sobre o coletivo foram difíceis, existem poucas pesquisas com dedicação exclusiva ao histórico da organização, diferentemente de outras entidades. A entrevista concedida para esta pesquisa não foi diferente, a justificativa disso, não aparentou ser resistência à participação ou tentativa de ocultar informações a respeito, do contrário, o entrevistado contou sobre as dificuldades de organização, dos processos de transição ocorridos na diretoria, períodos em que a entidade ficou desativada por falta de pessoal para sustentar as atividades. Recentemente, no período da pandemia, o coletivo passou por uma reestruturação, uma nova diretoria assumiu, todavia, a quantidade de membros atuantes é escassa. O coletivo carece de regulamentação, possuem Ata, mas não houve registro, tampouco tem CNPJ, para conseguir participar de projetos e financiamentos.

No **Quadro 07** localizado no tópico dos Apêndices, sobre as relações e formas de interação com os atores estatais, o coletivo informou estar mais próximo, atualmente, dos Conselhos Municipais e órgãos locais. A relação com o Governo do Estado soou distante, mas sem muita oposição, neste caso, o atrito que resultou num certo afastamento foi ocasionado pelo rompimento da parceria com o MEL, com quem dividia as cadeiras dos conselhos estaduais. Após essa desavença, as relações para com o Estado voltaram-se para cobrança em relação a prestação de cirurgias no Ambulatório TT, as quais iniciaram no ano de 2022, e agora a demanda está para conseguir distribuição de medicamentos hormonais para a população trans

e travestis, sobretudo após o aumento abusivo no valor dos hormônios mais utilizados pelos homens trans (Deposteron).

Por outro lado, o Entrevistado 02 mencionou as articulações com o Judiciário local, sobretudo com Ministério Público e a Defensoria Pública: “[...] reunião com ministério público [...] porque teve uma polêmica lá em Itabaiana, em relação aos banheiros nas escolas [...]”. Na ocasião, chegou a mencionar uma reunião a qual teve participação, para tratar sobre o acesso de banheiros e direito ao nome social nas escolas dos interiores do Estado. O problema começou quando a notícia da criação de um terceiro banheiro separado para que pessoas trans utilizassem, provocando a marginalização desse grupo e o não reconhecimento de seu gênero. Assim, em agosto de 2022<sup>62</sup>, o MPPB lançou medidas de recomendação à 12ª Gerência Regional de Educação e demais secretarias educacionais integrantes à promotoria local, para abarcar o total de sete interiores (Itabaiana, Juripiranga, Mogeiro, Pilar, Salgado de São Félix, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu) para não restringir o uso dos banheiros, o respeito ao nome social sob pena de responsabilização e indenização por danos morais. Outro ponto abordado foi a votação no Ministério Público do Trabalho para o direcionamento da verba acumulada em 60 (sessenta) mil reais, no caso, o movimento foi consultado e convocado para decidir sobre a distribuição do recurso e como ele seria aplicado.

#### 4.1.3. ASPTTRANS

Inicialmente, a então denominada Associação de Pessoas Trans, Travestis e Transfemininas da Paraíba (ASPTTRANS-PB), nasce primeiramente sob o nome de Associação de Travestis e Transexuais (ASTRAPA) e foi fundada na data de 19 de outubro de 2002, pelas figuras Fernanda Benvenutty, Geovana Laverna, Lumara Vilar, Andreina Giulliany e outras (MELO, 2020). A alteração do nome da entidade é recente, a entrevistada conta que foi no ano de 2020, porém, as burocracias envolvendo esse trâmite estão pendentes, então, apenas as redes sociais e as membras sinalizam essa troca.

Aprofundando a questão sobre as interações e diálogos com as instituições do Estado, a entrevistada relembra que a política pública, hoje executada por órgãos municipais e estaduais, são reflexos de um processo de institucionalização dessas demandas. À vista disso, relembra como a ASPTTRANS, em 2005, criou o primeiro Centro de Referência GLBT Mauro

---

<sup>62</sup> O caso chegou a ser divulgado em alguns canais de comunicação local, a exemplo do PB Agora. <https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/mp-recomenda-que-escolas-de-itabaiana-garantam-acesso-de-transexuais-em-banheiros-de-sua-escolha/>

Antonio Cortes<sup>63</sup> na Paraíba, com recursos advindos do BSH (GOMES, 2016). Sendo a inovação política, posteriormente, adotada pelo governo estadual, através da SEMDH, em 2011. Essa informação é crucial para compreender como os movimentos e organizações influenciam o desenho das políticas públicas locais. Outro ponto importante a respeito do Espaço LGBT Pedrinho, a Entrevistada 03, conta como o instrumento foi facilitador para que pessoas trans e travestis pudessem fazer a retificação do nome social sem a necessidade da cirurgia de transgenitalização, inclusive antes da publicação da ADI 4.275 e RE 670.422, em 2018, no qual o STF reconhece o direito já assegurado na Paraíba.

No **Quadro 08** localizado no Apêndice, observa-se a fala sobre o Ambulatório TT, uma política de saúde nacional e estadual: “que hoje nós temos um ambulatório dentro de saúde integral de pessoas trans aqui no Estado e foi através desses diálogos [...]”. O ambulatório que hoje recebe o nome de Fernanda Benvenutty, foi criado em julho de 2013, pelo Governo do Estado através da SEMDH, em parceria com Ministério da Saúde e como bem ressaltado na entrevista, o movimento LGBT, sobretudo a ASPTTRANS, na figura da ativista Fernanda Benvenutty que articulou o desenvolvimento dessa política local com o Governo Federal, na cadeira do Conselho Nacional de Saúde.

Ao ser questionada sobre as atividades e formas de atuação da organização, a entrevistada fala sobre a participação em atos de rua com outras entidades, entretanto, ressalta que é uma estratégia adotada quando é oportuna, ou seja, diz depender do contexto político e o motivo pelo qual desencadeou aquele tipo de manifestação. E que ultimamente, as atividades desempenhadas estão voltadas para processos de formação em relação a prevenção de ISTs, cidadania para população TT, mapeamento editais e programas para submeter projetos e angariar recursos, participação nos conselhos municipais, estaduais e federais para incidir sobre as políticas públicas voltadas para pessoas trans e travestis. Por último, sobre as Paradas da Diversidade Sexual e de Gênero, a entrevistada comentou brevemente sobre o evento, mas algo que chamou a atenção na fala foi a criação de uma associação específica da Parada, em razão das desarticulações entre os movimentos LGBT+ locais.

#### 4.1.4. MOVBI

---

<sup>63</sup> A associação foi uma das primeiras entidades em prol da diversidade sexual e gênero a ser agraciada por recursos da União, na época submeteram o projeto intitulado de "Resgatando a Cidadania LGBT". Com o dinheiro do projeto encabeçaram a criação do Centro de Referência GLBT, homenageando o Mauro Antonio Cortes, vítima de lgbtphobia no Estado, ele que era militante do MEL, foi brutalmente assassinado no centro da cidade (GOMES, 2016).

O MOVBI nasceu enquanto núcleo do MEL, meados de 2008, ao perceber atores e as demandas, foram organizando e realizando eventos, por exemplo, nessa época realizaram um projeto chamado Biólogo, inicialmente, a tentativa era dialogar e tratar sobre a invisibilidade interna e externa ao grupo, inclusive para se colocar enquanto sujeitos políticos. No ano de 2014, o MOVBI deixa de ser um núcleo do MEL, se apresenta enquanto movimento misto para abraçar homens e mulheres bissexuais, em janeiro do referido ano formalizam a organização, com registro no cartório e CNPJ.

Assim como o Coletivo Petris, as interações socioestatais para o MOVBI são incipientes. Parcela das suas experiências são dentro do *guarda-chuva* MEL. Porém, diferentemente do Petris, o MOVBI conseguiu avançar nos processos de formalização e organização do movimento. Dessa forma, conseguem ocupar cadeiras nos conselhos estaduais e municipais, sem necessariamente ser suplente ou dividir assento com outros movimentos. No **Quadro 09**, o Entrevistado 05, comenta um pouco das relações com o governo estadual, inclusive, como este foi favorável para construção dos equipamentos estatais frutos da articulação entre o movimento LGBT e o Governo da Paraíba. Entretanto, tece críticas à atual gestão municipal de João Pessoa, de Cícero Lucena do Partido Progressista, que abandonou as políticas públicas voltadas para a população LGBT na capital paraibana, até menciona o Centro de Cidadania LGBT - Casa Amarela como “elefante branco”.

[...] de 2014 para cá [...], o diálogo foi muito fácil [...] a gente teve um papel importante [...] eles nos pegam para fazer a construção da política [...] está sendo construído o Plano Estadual LGBT, que tem durabilidade de 10 anos [...] O momento mais marcante, negativamente [...] é no governo municipal na cidade de João Pessoa [...] não dá a devida importância para a pauta das minorias [...] coordenadoria LGBT do município [...] um amigo meu fala que é um elefante branco, não tem nada lá, é só o prédio e o prédio caindo aos pedaços... (Entrevistado 05, 2022)

Conforme constata-se no **Quadro 09**, para além do Biólogo, outros repertórios adotados pelo movimento foi a realização de Beijaços<sup>64</sup> e Biquiniques<sup>65</sup>, além da emissão ou assinatura de cartas de repúdio. Na coleta da entrevista, o Entrevistado 04, comentou sobre três cartas de repúdio, mas não informou o conteúdo delas, contudo, no perfil das redes sociais foi possível identificar que eles publicaram e assinaram apoio a carta do Fórum Paraibano LGBTQIAP+,

---

<sup>64</sup> Beijaço é uma forma de manifestação na qual pessoas LGBTs adotam como forma de protesto, geralmente ocorre em locais que são cenários de crimes e discriminações LGBTfóbicas. Lembro de um episódio que aconteceu na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma lanchonete próxima ao Centro de Ciências Jurídicas, expulsou um casal LGBT do estabelecimento, foi realizado um beijaço na frente como forma de protesto. Nessa época já existia a Lei dos Cartazes.

<sup>65</sup> Piquenique é o piquenique voltado para visibilidade bissexual com propósito de captar a juventude para o movimento bissexual.

denunciando o suposto “golpe” da Parada da Diversidade. O comentário sobre o processo de disputa da parada foi curto, tampouco era o objetivo do trabalho, mas como foi uma questão atravessada e que demonstra uma fragmentação pertinente aos movimentos, urge a necessidade de tratar sobre ela. Nesse sentido, o Entrevistado 05, faz um comentário breve, justificando que a escolha de adiar a Parada esse ano, para novembro, se deu para afastá-la de possíveis barganhas durante o período eleitoral, inclusive menciona a criação de uma comissão específica para organizar a parada, algo que foi comentado pela Entrevistada 03. É comentado também a atuação mais assistencialista no período pandêmico do COVID-19, observa-se que isso foi estratégia de quase todo movimento.

#### 4.1.5. ASSOCIAÇÃO IGUAIS LGBT+

A Iguais Associação LGBT é mais nova entidade voltada para a diversidade sexual e gênero de João Pessoa, fundada em 2018, conforme dito pelo Entrevistado 06, a entidade tem o objetivo de recuperar e realizar um movimento aos anos 90, ou seja, atividades de proteção e promoção das políticas públicas de forma mais autônoma, sem muitas conexões com governos ou partidos. Segundo o entrevistado, a Iguais vem na contramão das demais, realizando prestação de serviço gratuitos, de assistência jurídica, atendimento psicológico e assistência social, este último foi em razão da pandemia e a urgência era fazer doações de alimentos para população LGBTI+ que se encontravam vulneráveis.

Embora a Associação Iguais seja nova, os membros que compõe e estão na diretoria da organização não são, possuem um histórico rico de atuação no Estado em prol da diversidade sexual e de gênero. É cedo para falar quão envolvido estão no processo de fragmentação do movimento, todavia, como a disputa pela Parada tem sido um parâmetro de análise para essa questão, a Associação Iguais vem atuando de maneira solo para construir uma Parada no bairro de Mangabeira, que este ano teve a II edição, conforme pode ser observado no **Quadro 10.** A associação compôs a construção da XXI Parada LGBTQIAP + realizada em setembro junto com o GMLBMQ, Coletivo Petris e Grupo Diversidade PB. Contudo, na entrevista, só foi comentado a respeito da Parada de Mangabeira, a justificativa é alcançar o público da região sul e periférica, as paradas tradicionais ocorrem na zona leste no Cabo Branco, bairro nobre de João Pessoa: *“nós criamos a parada LGBT+ de Mangabeira, a gente viu que o público LGBT na zona sul da cidade ele cresceu muito, e a gente tinha que acessar aquele público e uma forma de acessar [...] é fazer evento de massa [...] deu muito certo, e já estamos na 2º parada”*.

No período da pandemia, a Associação Iguais percebeu a necessidade de prestar socorro de forma mais assistencialista, com a distribuição de cestas básicas para população LGBTI+ que estava sendo afetada com crise pandêmica, inicialmente desenvolveram esse projeto sozinhos, com doações próprias e de amigos. Atualmente, estão fortalecendo o projeto por meio de parcerias com a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Ministério Público do Trabalho, para distribuir 600 (seiscentas) cestas básicas durante 10 (dez) meses para atender a população LGBT. Ao contrário das alegações iniciais da entrevista, na qual o entrevistado tentou afastar as relações com governos e partidos, ele começou a expor alguns pontos de diálogos com alguns atores estatais e dificuldades com outros. Conforme o **Quadro 10**, assim como GMLBMQ, a Iguais está mais confortável com a Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial Municipal.

No **Quadro 10**, observa-se as formas de atuação adotadas, a Iguais trabalha com campanhas, desenvolvendo atividades que lhes são típicas, por exemplo, o lançamento de um aplicativo com a função de botão de pânico com pedido de socorro em tempo real, assim, pessoas em situação de violência ou vulnerabilidade poderiam acionar contatos de emergências. Lançaram o Gritei, que tem a função de atendimento psicológico emergencial, nos casos de prevenção ao suicídio de pessoas LGBT. Por último, desenvolveram o Proteja LGBT+, com uma linha específica no WhatsApp para prestar assistência jurídica às pessoas LGBT. Uma outra campanha interessante da Associação Iguais foi a criação do Selo da Iguais na Diversidade, criado em 2018, na qual empresas privadas e órgãos públicos podem solicitar o selo, para tanto a Associação realiza um procedimento de formação com profissionais do estabelecimento, posteriormente, a empresa cumpre com um cronograma de ações que precisarão ser adotadas, conferidas essas etapas é fixado em local visível o selo informando que aquele local é seguro para pessoas LGBT+. Conforme informa o entrevistado, essa campanha tem tido sucesso, de modo que eles estão sendo convocados para realizar o procedimento em outros estados. Na ocasião, o entrevistado comentou do caso do restaurante da cidade, citado nos tópicos anteriores, falando sobre o processo de formação que realizaram, expondo de forma didática a violência ali ocorrida e a responsabilidade do estabelecimento diante disso, explicou a questão do uso dos banheiros, do nome social e entre outras demandas para tornar aquele ambiente acessível e seguro para a população LGBT.

#### 4.1.6. GMLBMQ

O grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMLBMQ), completa 20 anos de trajetória e resistência em 2022. A fundação do grupo ocorreu no dia 10 de novembro de 2002, sobreveio o processo de segmentação do movimento LGBTI+ paraibano. Então, àqueles que antes integravam um grupo misto e denso, conforme dito pela entrevistada 08, o GMLBMQ “sai ali daquele guarda-chuva do MEL e começa a mostrar seu perfil, e suas características e identidades”. A entrevistada 08, relembra que quando criado, o nome da entidade era apenas Grupo de Mulheres Maria Quitéria, sem os termos *lésbicas e bissexuais*, pois na época não eram aceitos - embora o grupo fosse composto, majoritariamente, por mulheres lésbicas e bissexuais, o exercício político de suas sexualidades não podia ser exposto, o armário ainda estava fechado.

No **Quadro 11**, nota-se uma curta referência aos repertórios de interação socioestatal, esse fator decorre de um processo de afastamento do grupo de determinados espaços institucionais, mencionados pela Entrevistada 08. Entre 2021 e 2022, o GMLBMQ entendeu ser um momento de reflexão e reorganização, inclusive para rever os espaços institucionais que ocupavam. É interessante destacar que o grupo avaliou e, por enquanto, mantém relações com o poder público local. Então, nesse período, o grupo saiu de 8 (oito) cadeiras de instâncias estaduais, entre conselhos e fóruns, mantendo-se nos espaços municipais.

2021 para 2022 [...] nos retiramos [...] cerca de 8 cadeiras nas instâncias estaduais, entre conselhos, redes e fóruns [...] houve nesse período dessa gestão atual do Estado, mais especificamente, não de executivo [...] mas da secretaria que diretamente estavam lidando conosco, que é a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (Entrevistada 08).

Esse afastamento dos espaços institucionais estatais ocorreu em razão da relação com a Secretaria de Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), o grupo sinalizou que a atual gestão que toma conta da secretaria não tem demonstrado ser um espaço de *interferência e inferência* na qual elas possam avançar com suas demandas. Sinalizou também não ter problemas com o executivo, apenas com a SEMDH, órgão responsável para lidar diretamente com as demandas LGBTI+ do Estado. Ponto que menciona “optamos ficar apenas com os espaços municipais, porque entendemos que nesse momento são os espaços que, de fato, temos conseguido fazer uma interferência e uma inferência sem precisar se submeter a politicagem” (Entrevistada 08, 2022).

Por outro lado, no **Quadro 11**, observa-se a quantidade de projetos e ações desenvolvidos pelo GMLBMQ. A começar pelos festivais de músicas chamado “Mulheres Cantam Mulheres”, entre 2002 a 2005, nome com duplo sentido para atrair o público

específico, oportunidade em que puderam apresentar ao público a existência de um grupo organizado na cidade. Além de fomentar as articulações com outros grupos de mulheres lésbicas e bissexuais ao integrar a rede CANDACES e a Liga Brasileira de Lésbicas. Ademais, no **Quadro 11**, são mencionados diversos projetos que foram agraciados e puderam desenvolver inúmeras atividades sociais. Por exemplo, em 2019, o GMLBMQ investe em submissão de projetos e obtém êxito, hoje o grupo conta com fundo ELAS<sup>66</sup> para executar o projeto “Eu também sou cidadã”, que atua com duas vertentes: o futsal amador com mulheres que sofrem violência; e atividades com mulheres encarceradas no presídio Júlia Maranhão. No referido ano, foram contempladas com o fundo BAOBÁ<sup>67</sup> em parceria com o Instituto Mariele Franco, com o projeto “Equidade Sim, Racismo Não”, para tratar de questões de gênero, sexualidade e étnica racial com mulheres da periferia no assentamento urbano de Nova Jerusalém em Gramame. Este último recurso começou a ser disponibilizado no ano seguinte, logo, em razão da pandemia do COVID 19, as atividades voltaram-se para a segurança alimentar dessas mulheres. Ademais, o grupo investiu em formação interna para suas lideranças, com cursos de governança, planejamento estratégico, captação de recursos próprios, redesenham o estatuto e a forma de organização interna<sup>68</sup>. Posteriormente, no segundo semestre de 2021, foram contempladas com recursos do Instituto Criola<sup>69</sup>, com projeto de segurança digital para ativistas, os quais foram destinados para aprimorar os aparelhos e ferramentas digitais do grupo, além de formação sobre o espaço virtual. Por último, neste ano, os recursos advindos do Instituto Criola estão voltados para o projeto “Justiça reprodutiva para mulheres lésbicas e bissexuais” em andamento.

Noutro caso, as últimas paradas LGBT, realizadas entre 2021<sup>70</sup> e 2022, evidenciaram as rachaduras do movimento LGBTI+, e sobre isso o GMLBMQ comenta que as paradas anteriores foram frutos de uma construção coletiva por todos os segmentos, mas poucos recebiam os *louros* e referências midiáticas. Após ponderações, sabendo que não iriam compor a construção da parada estadual deste ano, o grupo emite uma carta aberta que foi lida na parada

---

<sup>66</sup> Fundo de investimento social voltado exclusivamente para promoção do protagonismo das mulheres. Para saber mais sobre o ELAS acessar o site: <http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp>.

<sup>67</sup> Fundo de investimento exclusivo para promoção da equidade racial para a população negra no Brasil. Para saber mais sobre o fundo BAOBÁ acessar o site: <https://baoba.org.br/>.

<sup>68</sup> Antes o formato seguia o modelo de uma matriz hierárquica (com presidente e vice-presidente, coordenação e vice coordenação), atualmente segue uma coordenação colegiada e horizontal.

<sup>69</sup> Criola é uma organização da sociedade civil em defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade nos quais valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais. Para saber mais sobre, acessar o site: <https://criola.org.br/>.

<sup>70</sup> Em 2021, devido a pandemia do COVID 19, a 20ª Parada com o tema “Um SUS positHIVO: cuida, acolhe e protege!”.

LGBT+ da capital paraibana, cuja mensagem era reafirmar a natureza autônoma dos movimentos LGBT. A parada aconteceu no dia 04 de setembro de 2022, com o tema “Voto colorido tem seu poder! Juntas somos mais fortes! ”.

[...] nenhuma Parada é patenteada por ninguém, e qualquer movimento pode fazer a sua Parada ou qualquer atividade LGBT é legítima [...] Nós não precisamos nem de gestão pública para nos legitimar, como não precisamos de outros movimentos para nos legitimar [...] com essa ruptura mesmo, não pela questão da pauta, mas pela forma de gerir os grupos que nós discordamos [...] decidimos a partir de então não vamos mais compor esse grupo da organização de movimento LGBT. E aí, a Parada de João Pessoa, foi realmente, primeiro para retomar uma herança histórica, porque, nós entendemos, e historicamente, todas as paradas elas acontecem antes da eleição, até porque a gente entende que o pós-eleição, é... um período de muito aproveitamento de recursos eleitorais [...] E nós quisemos preservar essa [...] tradição histórica de não deixar que a parada acontecesse depois das eleições. [...] outros grupos [...] que estão de acordo com o nosso pensamento [...] como a ONG Iguais, o Grupo Diversidade, o Grupo Petris [...] a dj oficial da Parada Estadual [...] o nosso rompimento também com a gestão, entenda, não é a gestão de Estado, é a gestão de uma secretaria do Estado que nós decidimos romper [...] por discordar da forma de gerir políticas públicas estaduais, por discordar da forma de dialogar com os movimentos sociais querendo captanear os movimentos sociais [...] tirando dessa forma, a autonomia enquanto movimentos sociais [...] de entender que a atuação do movimento social é uma atuação de parceria com as gestões, mas ela nunca pode ser subserviente a gestão nenhuma. E nos entendemos que, infelizmente, de uns anos para cá, os movimentos LGBT da Paraíba perderam esse perfil de autonomia e se deixaram capitanear (Entrevistada 08, 2022)

Mediante o relato da entrevistada 08 sobre as últimas Parada da Diversidade Sexual e Gênero, é necessário destacar alguns pontos da sua fala: (i) a disputa pela Parada começou internamente entre os movimentos sociais LGBTI+ paraibano e resultou na fragmentação do movimento; (ii) as organizações responsáveis pela realização da parada “dita não oficial”<sup>71</sup>, exceto o GMLBMQ, são relativamente novos; (iii) a fragmentação do movimento expôs a separação da seara de atuação do movimentos nos espaços institucionais, por exemplo, algumas organizações fortaleceram as relações com governo do estado e outras com o município; (iv) a discussão foi atravessada pelo período eleitoral, sucedendo na realização de três Paradas só na capital, duas ocorridas no mês de setembro (período pré-campanha) e outra em novembro de 2022 (pós-campanha), para além das sucedidas nos municípios vizinhos e interiores do estado; (v) última colocação, para o GMLBMQ, nos últimos anos o movimento LGBTI+ local vem sofrendo um processo de captação por parte da SEMDH, colocando em xeque a autonomia dos movimentos que mantém relações com a Secretaria, entretanto, a fala soou também como um desabafo pessoal diante ao cenário.

---

<sup>71</sup> Coloco entre aspas, pois era assim que estava sendo referenciadas pelos outros movimentos que não concordavam com a realização de outra Parada.

#### 4.1.7. GAYRREIROS DO VALE DE ITABAIANA

O Gayrreiros do Vale foi fundado em dezembro de 2002, na cidade de Itabaiana, no interior da Paraíba, atualmente, funciona no centro de cultura da cidade, chamado Sociedade Cultura Poeta Zé da Luz. Sobre os repertórios utilizados pela entidade, o Entrevistado 09 falou sobre a realização de palestras, em colégios, igrejas, sítios, fazendas e cidades vizinhas. A entrevista foi rica em detalhes sobre a atuação do passado, contribuiu com aspectos históricos do movimento LGBT local que antecedeu aos governos Lula e Dilma, esses recortes já expostos na construção do trabalho, logo, serão reduzidas para não ocorrer repetição de informações. No panorama mais recente as atividades desenvolvidas pela entidade mantêm-se um nos processos de formação e ocupação de conselhos nas instâncias locais.

Ao questionar sobre os processos de interação com o poder público, o histórico traçado pelo entrevistado foi de apoio institucional de esferas nacionais e estaduais, porém dificultadas pelo município. Na finalidade de explanar as situações, a entrevista foi ilustrada de situações vivenciadas pelos membros, como por exemplo, ao desempenhar as atividades no presídio local ou realização de eventos no interior da Paraíba, a resistência dos servidores foi grande. No **Quadro 12**, a forma como o Entrevistado 09 relata as experiências, soa como se as instâncias nacionais fossem mais próximas ao movimento quando comparado a qualquer setor público local na época, e como esse óbice, seja por desconhecimento, despreparo ou preconceito tendo em vista se tratar uma pauta LGBT aplicada no interior da Paraíba há 20 anos - dificultava as atividades dos movimentos sociais.

#### 4.2. MS LGBTI+ E ESTADO DA PARAÍBA: DIREITOS E POLÍTICAS EM DISPUTA

O Governo do Estado da Paraíba, na época da gestão de Ricardo Coutinho do PSB, criou a Secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), em 2011, possibilitando maior autonomia no trato das políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e gênero. A SEMDH é responsável pela condução da Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT (GEDSLGBT), ademais, presta assessoria direta ao chefe do Poder Executivo quanto às matérias de sua incumbência. Estes dois órgãos públicos desenvolvem políticas públicas no que diz respeito às táticas de combate à LGBTfobia e promoção de direitos da cidadania LGBT, além de impulsionar o processo de interiorização das demandas (SOARES; SCHULTZ, 2018).

Quando surge a primeira Secretaria no governo de Ricardo, da Mulher e Diversidade Humana, antes dele ser governador, na prefeitura, já no governo de Ricardo tinha uma Assessoria dentro da prefeitura que cuidava da pauta da diversidade sexual, da pauta LGBT. A gente também aproveitou dessa célulazinha que tava lá plantada [...] nós acostamos também, soubemos usar das nossas estratégias de advocacy se aliando sempre com parceiros no governo, com outro movimento que tinha uma pauta muito próxima da nossa... aqui a gente se fortalece [...] E aí, conseguimos da prefeitura pro governo do Estado (Entrevistado 01, 2022)

No mesmo ano, foi criado o Centro de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e Enfrentamento à LGTBfobia da Paraíba - Espaço LGBT, o qual é coordenado pela SEMDH. O Espaço LGBT é um aparato público, sua função é realizar busca ativa, fornecer atendimento psicossocial e jurídico para dar assistência a pessoas em situação de discriminação e/ou violações em razão da sexualidade ou identidade de gênero. Dessa forma, a assistência jurídica realiza o acompanhamento de processos relevantes para o usuários/as/es (casos de adoção, união estável, retificação do nome social, acesso a benefícios previdenciários, etc). No acompanhamento psicológico, são realizados atendimentos à população LGBT e a seus familiares. Na assistência social, em regra, observa-se aquela pessoa pode ser beneficiária de algum programa social ou programa de empregabilidade, a depender da situação, podendo ainda encaminhar para os serviços de saúde. Os atendimentos, em regra, são realizados na sede - localizada no centro de João Pessoa - ou de maneira itinerante nos municípios interioranos do estado. Em 2018, é criado o Centro de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e Enfrentamento à LGTBfobia da Paraíba - Espaço LGBT Luciano Bezerra<sup>72</sup>.

[...] Nós entendemos que estamos dentro, ali do bloco da assistência social, né? [...] Nós temos essa realidade muito próxima daquilo que é um CREAS, né? [...] Então, é... a nossa organização e o nosso funcionamento é dentro dessa perspectiva. Então, nós temos diálogo e mantemos monitoramento de todos os encaminhamentos que a gente realiza tanto pra o sistema de justiça, pra o sistema de defesa e responsabilização, quanto pra política de saúde, quanto pra política de assistência social, né? Então, a gente tem esse movimento de referência e de contrarreferência e de monitorar e acompanhar esses casos na rede de atendimento e proteção (Entrevistado 12, 2022).

Ambos fazem homenagens a militantes do movimento LGBT da Paraíba. O Espaço LGBT da capital, passou a denominar de Pedrinho, em 2021, para fazer referência a uma vítima

---

<sup>72</sup> Luciano Bezerra foi um dos fundadores do Movimento Espírito Lilás e forte militante na cidade de João Pessoa, infelizmente, faleceu em 2017. O Espaço LGBT de Campina Grande o homenageou ao denominar o Espaço com seu nome.

de LGBTfobia, homem trans, negro, militante e usuário do serviço em questão. Por outro lado, no ato da criação do espaço de Campina Grande, este já veio nomeado de Espaço Luciano Vieira, pois o movimento LGBT e demais segmentos estavam de luto, com a perda desta grande figura.

**QUADRO 13 - CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT E MOVIMENTO**

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistada 03</b>	em 2000 até 2017 [...] não era permitido fazer a retificação de gênero, sem que houvesse a cirurgia de redesignação sexual [...] aqui começou muito facilitado, através do Espaço LGBT do Estado a fazer a retificação do nome [...] porque nos outros estados acontecia pela defensoria pública e assim era um processo muito mais demorado, uma espera de anos [...] pelo Espaço LGBT do Estado e em geral durava poucos meses.
<b>Entrevistado 05</b>	[...] através do espaço LGBT Pedrinho, você vai até lá, você faz seu cadastro, eles fazem um rateio... uma mini-pesquisa sobre você, quais são suas necessidades, e aí vai desde de psicologia, ao jurídico e até o acolhimento, a casa onde você tem direito a alimentação, um espaço muito bom [...] porque é um equipamento de alta complexidade
<b>Entrevistada 08</b>	[...] num Estado como o nosso, temos apenas dois centros de referências LGBT, ainda muito incipiente, embora seja significativo, claro, [...] porque os dois centros são geograficamente muito próximos: João Pessoa e Campina Grande. E aí, a gente pensa quem está no sertão e no alto sertão, e a gente sabe que dependendo da cidade, até campina grande é 6 horas de viagem, 10 horas de viagem, e quem dirá para João Pessoa.
<b>Entrevistado 12</b>	[...] nós entendemos aqui que esse acesso se dá a priori por encaminhamento de movimento social ou por essa rede de ações que as pessoas LGBT estabelecem entre si, né? [...] as unidades de referência são demandas de movimento social, né? Nós não temos isso enquanto sistema, enquanto organização política LGBT a nível nacional. [...] Então os centro de referências LGBT parte de provocação e movimentação e diálogos dentro do próprio movimento social, com as entidades e os níveis de poder, até que a gente consegue essa primeira unidade aqui em João Pessoa lá em 2011, que se mantém até então, por provocação mesmo dos movimentos sociais.[...] Tanto o movimento encaminha pra gente sabendo desse suporte e desse assessoramento que pode ser prestada pra essa população, quanto pra muitas vezes nós também encaminhamos pessoas ao movimento, nessa perspectiva mesmo de, das identificações, de criar lugares de pertencimento [...]

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

No **Quadro 13**, os entrevistados dão opiniões diferentes sobre o Centro de Referência LGBT, embora no geral, todos reconheçam como uma grande conquista do movimento LGBT na Paraíba, entendem algumas limitações, principalmente a apontada pela entrevistada 08, quanto a proximidade geográfica de ambos instrumentos. O Espaço LGBT Pedrinho e Luciano Viera, hoje são a porta de entrada para o acesso a diversos serviços e benefícios à população LGBT. Interessante o apontamento do entrevistado 12, que é servidor no Espaço Pedrinho, quando ele fala sobre o próprio espaço encaminhar pessoas para o movimento na perspectiva de criar lugares de pertencimento.

Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais Fernanda Benvenuto, na unidade integrante do Complexo Hospitalar Clementino Fraga, foi implantado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), criado em julho de 2013 e habilitado ao SUS em 2018, este é reconhecido como o primeiro do Nordeste. O ambulatório é fruto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNILGBT), esta política surgiu em 2008, em razão da vigência do Programa Brasil Sem Homofobia, para atender a demanda da população transexual e travesti. O ambulatório ampliou o processo transexualizador do SUS, antes da publicação da Portaria Ministerial da Saúde de nº 2.803 que versa sobre o tema (SOARES, SCHULTZ, 2018; MACÊDO, 2020). Em março de 2022, a Paraíba ganhou mais um ambulatório TT, na cidade de Campina Grande no Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes. Ambos ambulatórios, contam com uma equipe multiprofissional (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, psiquiatras, endócrinos, urologistas, ginecologistas, enfermeiros e entre outros) para realizar os atendimentos e acompanhamentos dos usuários/as.

#### QUADRO 14 - AMBULATÓRIO TRANS E MOVIMENTO LGBT

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistado 02</b>	Atuamos com o Ambulatório de pessoas trans aqui da Paraíba e em Campina Grande. Inclusive nós temos acompanhando agora as duas cirurgias que tão sendo realizadas, né? Um marco aqui do Estado, que a gente conseguiu, esse ano começar as primeiras cirurgias de histerectomia e mastectomia... também teve a inauguração do ambulatório de Campina Grande, que a gente acompanhou [...] A última reunião que teve no Ambulatório foi sobre as cirurgias, porque a gente participa, né...
<b>Entrevistada 03</b>	[...] Ambulatório Trans no complexo Clementino Fraga, foi uma grande conquista, e que foi a luta. Como eu tava falando que a Fernanda ia pras reuniões né, [...] do Conselho Nacional de Saúde, dialogava a necessidade de haver esse ambulatório, de haver essa dispensa de hormônios que até hoje não tem. [...] É uma coisa que a gente tem dialogado, que a gente dialoga aqui com a Secretaria de Saúde, que na verdade é uma verba que vem do Ministério da Saúde, que tem que vir pra essa dispensa dos hormônios [...]

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

Em 2014, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT (CEDLGBT) por meio do Decreto Estadual de nº 35.004, vinculado à SEMDH. Em 2017, foi regulamentado pela Lei Estadual 11.000/2017, assegurando a legitimidade da CEDLGBT. Ademais, tem atuação conjunta com o grupo de trabalho LGBT da Secretaria Estadual de Segurança Pública e com o Comitê Estadual de Saúde, no intuito de atender outra demanda do PNILGBT, quanto ao atendimento de mulheres transexuais e travestis nas delegacias especializadas à mulheres, bem como, no atendimento da população LGBT no sistema penitenciário estadual. O Conselho é composto por 07 (sete) secretarias do governo estatal e 07 (sete) entidades da sociedade civil

LGBT (SOARES, SCHULTZ, 2018; MACÊDO, 2020). De acordo com o entrevistado 01, o Conselho Estadual é um dos instrumentos mais importantes, somados à Lei dos Cartazes. Para ele, as experiências dos movimentos possibilitam trabalhar com o instrumento da forma mais adequada, portanto, a expectativa é incidir no orçamento e aprimorar as conquistas e avançar em outras demandas.

[...] outra que acho importante é a Lei do Conselho Estadual, [...] implementa e fiscaliza as políticas de estado. Também é uma lei que tá prevista, tem que ter um fundo específico, mas tá esperando agora com a virada de governo. E com a experiência que o movimento acumulou, que nós acumulamos, que nós conseguimos fazer a regulamentação pra definir qual o valor orçamentário. Pra que esse orçamento consiga fazer um advocacy, fazer uma incidência mesmo na política do estado, saber onde está funcionando, fazer esse controle mais efetivo, pra melhorar né, onde não está dando certo e ampliar onde não conseguimos chegar, nesse quase três anos que a lei está em vigor (Entrevistado 01,2022)

Comitê Estadual de Saúde Integral da População LGBT, instituído pela Portaria de nº 567 da SES/PB, no intuito de fornecer um espaço aberto para a discussão e formulação de políticas de saúde para a comunidade LGBTI+, reunindo gestores públicos e organizações da sociedade civil. O Comitê é composto por 06 (seis) membros da sociedade civil e 06 (seis) da gestão pública estadual. Outro instrumento político importante foram as Conferências Estaduais LGBT, ao que pôde ser revisitado, foram realizadas três conferências, no ano de 2008, 2011 e 2016. Na última conferência, foi discutido diretrizes para elaborar um Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, por ora tudo estava documentado nos anais do evento. Em abril deste ano, a SEMDH lançou um edital de chamamento público nº 001/2022, no Diário Oficial, convocando para a construção coletiva do plano, conforme o edital, a publicação do documento estava prevista para o final de junho do referido ano, entretanto, até o momento da pesquisa e referenciado por alguns atores nas entrevistas, o documento não foi finalizado. Nas entrevistas foi comentado sobre a ação “está sendo construído o plano estadual LGBT, que tem durabilidade de 10 anos, e nós fazemos parte, estamos construindo esse plano junto com o governo do estado atual” (Entrevistado 05, 2022).

No período da construção deste trabalho, a demanda a respeito da criação da Casa de Acolhimento LGBT estava em andamento. Em julho de 2022, foi inaugurado a Casa de Acolhida LGBTQIAP+ - Cris Nagô, apresentada como a única casa do Brasil a operacionalizada enquanto política estatal, para o entrevistado 12, o Espaço Pedrinho se configura como um equipamento de média complexidade, porém, a Casa de Acolhida seria um

equipamento de alta complexidade, por atender a uma determinada situação de extrema vulnerabilidade.

A Casa de Acolhida é uma outra unidade né, já é outro nível de complexidade no atendimento dessa população. Se nós fossemos lá pra organização do SUAS, né? [...] Já na Casa de Acolhida, a gente já entende que é de alta complexidade. Então, é basicamente é quando o conjunto de todos os outros níveis de complexidade, né? [...] a demanda de acolhimento inclusive é uma demanda que parte do próprio movimento social [...] em razão de contextos diversos dentre eles, as situação de LGBTFOBIA, né? e a dificuldade de articulação com outras unidades de acolhimento nessa perspectiva [...] então surge chega até nós [...] esse diagnóstico que aponta uma necessidade de uma casa de acolhimento especializada pra essa população né... (Entrevistado 12, 2022).

Na fala do entrevistado 12, ele conta como a demanda partiu da dificuldade de articular com outras unidades de casas de acolhida para receber e ter sensibilidade no acolhimento das pessoas LGBTQ+. O diagnóstico é um documento produzido pelo movimento, além de dados do Espaço Pedrinho, apontando a fragilidade nesse sentido, e justificando a implementação da casa Cris Nagô na Paraíba.

No tópico a seguir, serão apresentados algumas Leis Estaduais mapeadas a partir consulta no portal da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) foram encontrados 20 instrumentos normativos que versam sobre determinadas demandas da diversidade sexual e gênero no estado. Nas entrevistas percebeu-se que os participantes mencionaram apenas algumas delas, a exemplo da primeira Lei de nº 7.309/2003, a Lei dos Cartazes e a que cria o Conselho Estadual.

#### 4.2.1. INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESTADUAIS

No **Quadro 15** estão expostas as leis estaduais encontradas no portal da ALPB, apresentando a descrição de cada norma, o ano da sua implementação, autoria, bem como a informação do partido à qual pertencia o/a parlamentar. Durante o processo investigativo, todos instrumentos foram acessados e questionados aos entrevistados, sobretudo do movimento social, se tinham ciência daquele determinado instrumento normativo.

No decorrer do trabalho, algumas leis estaduais foram abordadas, como é o caso da Lei 7.309/2003, o primeiro instrumento criado na Paraíba que versa sobre a discriminação em virtude da orientação sexual. O entrevistado 09, inclusive comenta, como o autor Ricardo Coutinho, quando ainda vereador, se atentou a demanda do movimento que na época denunciava o alto índice de violência contra população LGBTQ, levou a denúncia inicialmente

para Câmara Municipal de João Pessoa, posteriormente, endereçar ela enquanto deputado estadual na ALPB, no ano de 2003. A Lei nº 8.082/2006, de autoria do Governador Cássio Cunha Lima, veio para alterar os art. 4º e 7º da Lei 7.309/2006, no primeiro caso, o dispositivo versava sobre a responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas que praticassem discriminação contra indivíduos ou grupos em razão da orientação sexual, ficariam sujeitos as seguintes punições: advertência, multa (entre um mil a cinquenta mil reais), suspensão temporária ou cassação do alvará de autorização do funcionamento. Já o art. 7º retirou a obrigação prevista na lei anterior, que estabelecia o prazo de 90 dias ao Executivo regulamentar, por meio de decreto, o instrumento.

É curioso a previsão contida na Lei nº 8.351/2007 que amplia os direitos previdenciários para casais em união estável, mencionando o termo *inclusive do mesmo sexo* no texto-lei, pois, a equiparação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, adveio apenas 2011 pelo STF, com a publicação da ADPF 132 e ADI 4.277, e a extensão para os direitos sucessórios discutida em 2017, com a RE 646.721. Ademais, o movimento social pouco falou sobre o instrumento na coleta das entrevistas. Noutro caso, a Lei de nº 10.178/2013, o entrevistado 06 (2022), até brinca comentando “cara... proibir discriminar dentro do elevador [...], aconteceu alguma coisa...” na ALPB para gerar a criação de uma lei proibindo atos discriminatórios dentro do elevador da repartição.

### QUADRO 15 - LEIS ESTADUAIS DA PARAÍBA

Nº	ANO	LEI	DESCRIÇÃO	AUTORIA	PARTIDO
1	2003	7.309	Proíbe discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências	Ricardo Coutinho	PT
2	2005	7.901	Institui o Dia Estadual da Diversidade Sexual da Paraíba.	Rodrigo Sousa Soares	PT
3	2006	8.082	Altera a Lei nº 7.309, art. 4º e 7º	Gov. Cássio Cunha Lima	PSDB
4	2007	8.351	Amplia os direitos previdenciários a casais em união estável, inclusive do mesmo sexo, da Previdência Social do Estado	Zenóbio Toscano de Oliveira	PSDB
5	2009	9.025	Institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia na Paraíba.	Quinto de Santa Rita	PMDB
6	2010	9.315	Institui o Grupo de Trabalho LBGT	Rodrigo Soares	PT
7	2010	9.318	Programa “Paraíba sem Homofobia”	Rodrigo Soares	PT
8	2013	10.178	Veda práticas discriminatórias contra pessoas em acessos a elevadores em repartições públicas estaduais (artigo 1º faz menção a <i>orientação sexual</i> )	Frei Anastácio	PT
9	2016	10.744	Dispõe sobre a proibição de recursos públicos para a contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situações de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia [...]	Charles Camaraense	CIDADANIA
10	2017	10.895	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual	Anísio Maia	PT
11	2017	10.908	Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual.	Estela Bezerra	PSB
12	2017	10.909	Altera a Lei nº 7.309/2003 para incluir a discriminação em virtude da identidade de gênero	Estela Bezerra	PSB
13	2017	10.963	Dispõe sobre o direito das unidades familiares <i>homoafetivas</i> nos programas desenvolvidos pelo Estado da Paraíba	Adriano Galdino	PSB
14	2017	11.000	Cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba – CEDLGBT e dá outras providências.	Gov. Ricardo Coutinho	PSB

15	2018	11.208	Denomina de Luciano Bezerra Vieira o Centro Estadual de Referências dos Direitos LGBT e Enfrentamento a LGBTfobia	Estela Bezerra	PSB
16	2019	11.584	Inclui a Parada LGBTQ+ de João Pessoa no Calendário Turístico e Cultural do Estado da Paraíba	Estela Bezerra	PSB
17	2020	11.829	Proíbe atos de racismo e LGBTfobia nos estádios, pistas de atletismo, ginásio e demais equipamentos esportivos e prevê punição administrativa e multa	Estela Bezerra	PSB
18	2021	11.942	Denomina de Fernanda Benvenutti o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais no Complexo Hospitalar Clementino Fraga	Estela Bezerra	PT
19	2021	11.983	Denomina de Pedro Alves de Souza - Pedrinho o Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Enfrentamento à LGBTfobia	Gov. João Azevedo	CIDADANIA
20	2022	12.352	Dispõe sobre o respeito ao uso do nome social nas lápides e atestados de óbito de travestis, mulheres transexuais, homens transexuais e demais pessoas trans, e dá outras providências	Estela Bezerra	PT

**Fonte:** Elaboração própria com dados retirados da plataforma da ALPB.

A Lei de nº 10.895 de 2017, denominada de Lei dos Cartazes que versa sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes em estabelecimentos e órgãos públicos, informando a existência da Lei nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero (termo acrescentado por meio da Lei nº 10.909/2017). Esse instrumento é interpretado pelos atores sociais como uma grande conquista e de fato se apresenta como tal, porém, com uma grande limitação em razão da ausência de regulamentação e destinação do fundo advindo das sanções previstas.

#### QUADRO 16 - LEI DOS CARTAZES SOB A ÓTICA DO MOVIMENTO LGBT

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistada 01</b>	a gente tem muito orgulho que é muito emblemática para o resto Brasil, que a Lei dos Cartazes [...] a gente ainda tem um grande caminho a percorrer pra efetivar que essa lei que é uma referência...[...] todos os estados do Brasil se espelha, a gente tem recebido solicitação de cópia dessa lei, a gente tem enviado para alguns municípios, pra alguns estados e lá eles adaptam e apresentam em outros estados. Então, já tem São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, são estados que já copiaram essa lei dos cartazes
<b>Entrevistado 02</b>	[...] a Lei dos Cartazes, a gente tava acompanhando sim, inclusive, teve alguma... algum movimento na Assembleia pra fazer continuar a lei
<b>Entrevistada 03</b>	então, a gente participou disso, porque qual a importância da ASPTTRANS nesse momento, pra que não tivesse só orientação sexual na placa e tivesse identidade de gênero,

	que fosse especificado [...] então a gente participou dessa construção do cartaz, como também do projeto de lei que fosse feito os cartazes,
<b>Entrevistado 05</b>	[...] para mim é a mais emblemática [...] e olhe que está muito longe do ideal [...] essa lei, ela não tem um fundo... a ideia era que esse fundo fosse direcionado para as ONGs [...] como também, a própria política de estado da Paraíba [...] a secretaria de mulheres de estado da diversidade humana [...] não tem fundo próprio para fazer a política. Então, são coisas muitos ainda deficientes, é a impressão que se tem é que a gente fez uma coisa importante, mas ela não se movimenta, porque ela não tem a base do tripé: o fundo, o plano, a lei em si, a maioria é decreto [...]
<b>Entrevistado 06</b>	Acho que foi a maior de todas as leis daqui [...] a maior, assim, mecanismos de proteção, porque sabe o que é você chegar numa igreja e ter lá o cartaz: proibido discriminação por orientação sexual e gênero [...] na escola particular e ter lá o cartaz [...] na escola estadual, municipal... num fiteirinho de esquina [...] e ter lá o cartaz, 50x50, que é pra todo mundo ver [...] na entrada do shopping [...] em todas as lojinhas do shopping, entendeu? [...] eu acho isso fantástico [...] inclusive, nós fizemos uma campanha dos cartazes, a gente distribuiu quase dois mil cartazes em João Pessoa e na grande João Pessoa, colando em tudo que era lugar. Teve uma época que a gente andava com os cartazes dentro do carro
<b>Entrevistado 07</b>	Nós encaminhamos para a ABGLT um relatório sobre a lei dos cartazes, porque ela tem tido uma dinâmica extraordinária, algo tão simples, né? mas que foi copiada e foi até melhorada no Piauí, no Ceará, no Rio de Janeiro
<b>Entrevistada 08</b>	Na questão da lei dos cartazes, por exemplo, nós temos lembrança e também temos o relato de que o movimento social se uniu, para ir para a assembleia legislativa, para ir para a câmara de vereadores e para reivindicar essa lei.

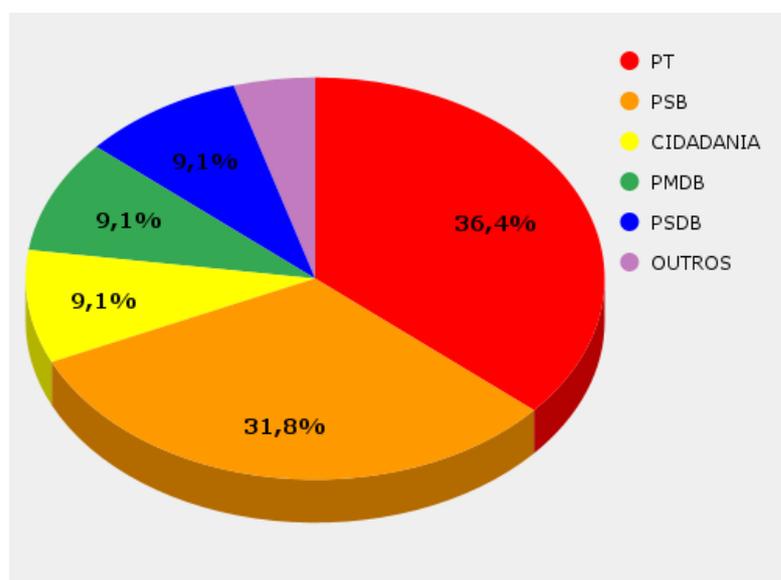
**Fonte:** Elaboração própria (2022).

É interessante abrir um parêntese neste comentário realizado pelo Entrevistado 02 sobre a manutenção da lei, pois foram executadas diversas ações para tentar barrar a obrigatoriedade da fixação dos cartazes nos estabelecimentos. Por exemplo, em junho de 2018, a juíza Flávia da Costa Lins Cavalcanti, da 1º Vara da Fazenda Pública, aceitou o pedido de alguns estabelecimentos para desobrigar a fixação do cartaz, sob a justificativa de que a exigência de tal medida era desproporcional e impositiva, prejudicando, em especial, pequenos comerciantes. A liminar que concedeu e suspendeu o cumprimento da lei para alguns estabelecimentos, foi contestada por meio de recurso judicial, e o pedido do Estado acatado pelo desembargador Marcos Cavalcante do TJPB. No mês de abril de 2019, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou o Projeto de Lei, de autoria do deputado estadual Walber Virgolino - na época filiado ao Partido Patriotas (PP) - filiado ao Partido Liberal (PL), para tornar facultativo a fixação dos cartazes. A justificativa do deputado era que a obrigatoriedade feria princípios da igualdade, e por existir outros segmentos que também sofrem discriminação seria injusto beneficiar apenas um deles, essa

declaração pode ser encontrada em alguns portais de comunicações locais<sup>73</sup>. Na votação do referido projeto, o movimento compareceu à Assembleia e contestou a moção pleiteada, o presidente do coletivo também concedeu entrevistas<sup>74</sup> informando sobre o ato de tornar a lei facultativa a tornaria inócua com tempo.

A Lei de nº 10.908/2017 vem fortalecer os decretos estaduais que versam sobre o tratamento nominal e inclusão do nome social no âmbito da Administração Pública (direta ou indireta). Posteriormente, a lei que cria o Conselho Estadual já foi endereçada no tópico anterior, entretanto, assim, como a Lei dos Cartazes, o instrumento carece de regulamentação. As demais leis que seguem, entre as que se encontram na posição 15 a 20 no **Quadro 15**, estão atribuindo nomes de militantes e ativistas aos instrumentos políticos. Com a exceção da Lei nº 11.829/2020, localizada na posição 17, que versa sobre proibição de discriminação em estádios de futebol e demais espaços esportivos. Por último, a Lei de nº 12.352/2022 que versa sobre o respeito ao nome social nas lápides e atestados de óbitos das pessoas trans e travestis.

**GRÁFICO 01 - LEIS ESTADUAIS PROPOSTAS POR PARTIDO**



Fonte: elaboração própria.

No **Quadro 15**, foram mencionados os partidos e os autores responsáveis pela implementação do instrumento normativo. Interessante notar a repetição de alguns nomes e

<sup>73</sup> Foram encontrados alguns sites e blogs com recortes da fala do deputado para justificar o PL, poderão ser acessados na íntegra a citação, nos site: <https://paraibaonline.com.br/politica/2019/04/04/deputado-justifica-pl-que-retira-a-obrigatoriedade-de-cartaz-contradiscriminacao/> | <https://www.politicaetc.com.br/2019/04/deputado-quer-acabar-com-obrigacao-de-cartaz-sobre-discriminacao-sexual-na-pb/>

<sup>74</sup> Reportagem que coloca os dois pontos de vistas, destacando a fala do presidente do coletivo Petris: <https://portalcorreio.com.br/projeto-discriminacao-sexual-polemica-alpb/>

partidos, por exemplo, a deputada estadual Estela Bezerra (PSB-PT) possui 07 (sete) leis, sendo 05 (cinco) da época em que era filiada ao PSB e duas atuais, no momento que está filiada ao PT. Contudo, no **Gráfico 01**, observa-se que os Partido dos Trabalhadores e Partido Social Brasileiro possuem o maior número de instrumentos normativos aprovados sobre a matéria da diversidade sexual e gênero. Esse fato justifica-se pela proximidade dos movimentos sociais com representantes políticos dos determinados partidos, além da interação com PSB que hoje ocupa o executivo e legislativo paraibano.

Nos sub tópicos a seguir serão apresentados as falas das entrevistas coletadas pelas setoriais LGBTI+ partidárias que possuem conexão com a temática da diversidade sexual e gênero, além disso, se relacionam diretamente e ativamente com os movimentos sociais locais. Parcela dos entrevistados/as são filiados à algum partido ou somam forças com esses atores para impulsionar as demandas dentro dos espaços de poder e disputa. Inicialmente, a intenção era convocar diversos partidos, entretanto, em razão da etapa de coleta dos dados terem ocorrido no período de eleição, alguns partidos não conseguiram participar a tempo.

Aos que sucederam, o Partido dos Trabalhadores que atualmente possui uma Secretaria LGBT da Paraíba e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Este último demonstrou que a setorial incide mais no plano nacional, embora as candidaturas locais lançadas nas eleições de 2022, o partido tenha apresentado uma quantidade significativa de candidatos/as/es da comunidade LGBT. O PT, por sua vez, possui um histórico de atuação e forte incidência na Paraíba, inclusive, conforme citado nos capítulos anteriores, algumas figuras desse partido iniciaram a luta pela diversidade sexual e gênero junto com o movimento, resultando na promoção do primeiro instrumento normativo formulado: a Lei 7.309/2003.

As setoriais tem um papel importante no desenho das políticas públicas e podem ser fortes aliados para os movimentos sociais, sobretudo àqueles que ocupam a gestão e/ou mandato no momento. Inclusive, a razão disso, por vezes, se justifica no fato de que essas setoriais são compostas pelos próprios militantes/ativistas que agregam suas bandeiras de rua ao partido. A natureza da setorial proporciona autonomia para desenvolver suas agendas e estratégias, bem como, dialogar com movimentos na construção de uma agenda política mais inclusiva e democrática.

Em todo caso, a pretensão inicial era estabelecer um liame entre movimentos sociais e setoriais partidárias, demonstrando o potencial contributivo entre esses atores no desenho das políticas públicas. Nos parágrafos a seguir, é possível observar apenas conexão entre os atores e a temática, pois infelizmente, o presente trabalho não foi capaz de apresentar resultados

concretos quanto ao impacto dessas interação, tampouco era objetivo central. Dessa forma, registra-se os dados coletados para futuras pesquisas.

#### 4.2.1.1. SETORIAL LGBT PSOL/PB

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a entrevistada 10, disse existir a setorial LGBT, porém, a atuação deles está, atualmente, centrada nos processos de incidência nacional, dentro do Congresso Nacional, por meio dos parlamentares eleitos. Comentou ter militantes do movimento LGBT paraibano, do Mel, Movbi, Petris e entre outros, filiados ao partido atualmente, alguns até saíram candidatos/as/es na última eleição, na disputa proporcional, oportunidade na qual a setorial conseguiu cotas de campanha para LGBT+. Por ora, comenta que as atuações do segmento tem sido agregar as lutas de rua e a luta dos movimentos sociais. Ao comentar sobre os instrumentos políticos existentes no Estado, a entrevistada tece críticas, pontuando a presença do movimento dentro dos governos, pela recorte, esse fato faz com que o controle social ali desempenhado pelos atores parecem limitados, e as políticas existentes sejam *vitrines* de mandatos sem política efetiva. A entrevistada comentou a fragmentação do movimento em razão da Parada, oportunidade, que questionou a possibilidade das setoriais estarem dentro dos fóruns estaduais na organização.

[...] muitas figuras do movimento tão dentro dos governos, né? e isso dificulta fazer o controle social. [...] e aí enquanto é... partido que não tá dentro de governo nenhum, eu penso que seja importante a gente se organizar pra conseguir trazer outro público que não esteja diretamente ligado aos governos, pra poder fazer esse controle social, né? [...] porque, senão a gente vai continuar sempre a mercê de ser vitrine dos mandatos sem ter política efetiva, né? [...] a parada LGBT daqui teve um racho danado recentemente e... (Entrevistada 10, 2022).

A pretensão do PSOL Paraíba, após eleições, é organizar melhor a setorial LGBT e atuação deste no Estado. A entrevistada até comentou sobre a organização de encontros estaduais para discutir com cada segmento, porém, atualmente estão paradas as atividades locais. Interessante perceber que existiam tantos candidatos/as/es, porém, pouca organização própria do PSOL na região.

#### 4.2.1.2. SECRETARIA LGBT PT/PB

A setorial LGBT do Partido dos Trabalhadores (PT), surge na década de 90, inicialmente, enquanto núcleo de gays e lésbicas, posteriormente adquire o status de Coordenadoria Setorial LGBT, em 2001. Atualmente, sendo organizada como Secretária

Nacional desde 2017, basicamente, se transcreve como uma instância composta de filiados/as/es que atuam no campo do movimento social LGBT+. A função da secretaria é, primeiro, fortalecer a demanda e os atores LGBT+ dentro do partido. Segundo, articular o movimento LGBT com o partido, aproximar os atores para incidir na luta pela diversidade sexual e gênero.

São militantes LGBT no partido dos trabalhadores, mas que tem essa interface com o movimento social organizado. [...] a nossa incidência é potencializar a pauta do movimento social para dentro do partido. Nós incidimos inclusive na formulação da organização partidárias internas [...] a secretaria LGBT no partido dos trabalhadores tem contribuído muito internamente para combater homofobia, potencializar a participação das LGBTs em ocupação de espaço de direção municipal, estadual e federal e também que elas sejam reconhecidas e apoiada política e financeiramente as candidaturas ao legislativo e ao executivo (Entrevistado 01, 2022).

Portanto, o entrevistado 01, aponta as repercussões do partido se atentar às demandas da diversidade sexual e gênero, quando atravessa as ações desenvolvidas no governo Lula, a exemplo, da realização de conferências, a criação do Plano Nacional de Combate à LGBTfobia e demais mecanismos instituídos. E como a Secretaria, na época com status de Coordenadoria, atuou na articulação entre todos os atores envolvidos, membros do partido, do governo e da sociedade civil.

Enquanto partido, a gente acaba refletindo essas políticas nos mandatos petistas e no governo petista, no modo petista de legislar e governar. [...] a gente construiu a I Conferência Nacional, criou o Conselho Nacional de Promoção da Cidadania LGBT. Criou em vários estados e municípios Secretarias ou Coordenadorias LGBT, Conselhos municipais. E esses conselhos têm o papel de junto com o movimento social, é... fazer o advocacy que é... sugerir aos governos quais são as políticas que as conferências aprovam, né? É papel do governo municipal, estadual e nacional implementar essas políticas. E os conselhos constituídos pelos movimentos sociais eles fazem o controle social que está previsto na constituição federal de 88. [...].

Quanto ao papel do movimento social LGBT+, o entrevistado 01, que inclusive é o atual presidente do MEL, ressalta a importância da ocupação destes atores nos espaços institucionais, como as Conferências e Conselhos, bem como, a articulação com partidos políticos incidindo, sobretudo, no processo organizativo do partido e, se possível, disputando espaços de poder dentro das instâncias partidárias. A estratégia do entrevistado é ocupar e incidir nos espaços para o desenho das políticas públicas: “[...] para que a militância LGBTQIAP+ ela formule, incida e disputa, inclusive, espaço de poder e decisão dentro das instâncias partidárias” (Entrevistado 01, 2022).

Finaliza a entrevista, falando sobre os processos de disputa interna para ocupar as direções municipais e estaduais, bem como o fortalecimento e financiamento das candidaturas

LGBT. Neste último caso, o entrevistado aponta o salto do quantitativo de pessoas LGBT candidatas, entre 2018 a 2022, e o deslocamento da pauta para a centralidade na disputa hegemônica da narrativa e da política pública do Estado. Esse processo, traz à tona a necessidade de formar um partido atento às pautas de gênero e sexualidade.

A gente potencializado muito a participação nos processos de disputa interna, para ocupar as direções municipais e estaduais, temos cobrado que as candidaturas LGBTs sejam assumidas como uma política prioritária pra os partidos, principalmente para os trabalhadores, como é com as mulheres, a juventude, a negritude e outras pautas específicas, nós temos incidido nesse sentido, que o partido invista em formação interna para que combata essa homofobia institucional partidária, mas que também potencialize e apoie e incentive as candidaturas LGBTQIAP+. Nós saltamos de 2018 a 2022 de 180 candidaturas LGBTs no Brasil para 351 candidaturas. Então é um salto qualitativo e quantitativo, significativo (Entrevistado 01, 2022).

Embora o entrevistado não tenha comentado especificamente das atividades desempenhadas na Paraíba, tive a oportunidade de acompanhar algumas candidaturas do partido, e observar esse salto quantitativo e significativo. Outro ponto discutido foi o direcionamento de fundo partidário específico para candidaturas LGBT+, porém, é algo que está sendo debatido internamente. Contudo, o partido já demonstra ter um histórico, por exemplo, em 2004 e 2008, a Fernanda Benvenutty sair como candidata a vereadora no município de João Pessoa e, em 2010, disputou o cargo de deputada estadual pelo PT. Recentemente, Estela Bezerra saiu candidata na eleição de 2022, para deputada federal pelo partido. Por último, é importante destacar que a indicação de candidaturas LGBT e o mapeamento delas são recentes, os formulários de inscrições preenchidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não necessariamente fazem menção à sexualidade, por outro lado, vem respeitando o nome social.

#### 4.2.2. REPERTÓRIOS E EFEITOS: ESTADUAL

Nos **Quadros 6 a 12**, localizados nos apêndices, apresenta os principais repertórios do movimento social LGBT+ da Paraíba, foram observados a combinação dos mais diversos tipos de rotinas adotadas. Inicialmente, são mencionados os eventos, encontros, seminários e festivais desenvolvidos por cada um. Entretanto, em regra, o propósito é alcançar a população em geral ou promover formação sobre determinadas políticas referentes à diversidade sexual e gênero. Por exemplo, alguns movimentos se voltam para tratar sobre políticas de saúde e sexo seguro para população. Outros realizam formação em empresas e/ou órgãos públicos, respectivamente, para trabalhadores do setor privado e servidores públicos, sobre os direitos

LGBT+. Todavia, embora rotinas conhecidas, são adaptadas e denominadas por cada movimento.

Nos últimos anos, a incidência dos movimentos sociais LGBT+ paraibano nos espaços institucionais, na ocupação de cadeiras dos conselhos federais, estaduais e municipais tem sido uma estratégia adotada por todas as entidades entrevistadas. Todavia, a variação surge quando observado as instâncias preferidas por cada um deles e o período de incidência naquele conselho. À vista disso, no governo Lula (PT), o MEL, Gayrreiros, ASPTTRANS e GMLBMQ estavam presentes, nas entrevistas, as três primeiras apresentavam informações nesse aspecto. Os governos do executivo federal seguintes são poucos mencionados nos processos de interação entre eles. Em contrapartida, entre 2011 a 2022, as gestões estaduais começam a se destacar nas falas dos entrevistados/as. Por exemplo, a criação do Conselho Estadual Direitos da Pessoa LGBT (CEDLGBT), inicialmente instituída por meio de Decreto nº 34.004/2014, posteriormente, regulamentado pela Lei 11.000/2017, pelo próprio governador.

Os repertórios elaborados por Abers et. Al. (2014), são observados nas relações entre movimento social e atores estatais, sob quase todas as formas de rotinas apresentadas pelas autoras. Por exemplo, a rotina de ação direta e protestos, são identificados nos casos que os movimentos sociais LGBTI+ somam com outros movimentos para incidir sobre determinada política, ou ainda, na forma no repertório que representa a assinatura desses sujeitos e sujeitas, tal como é a Parada da Diversidade Sexual e Gênero. Inclusive, esta tem sido matéria de disputa entre os atores na Paraíba, tendo em vista que nos últimos governos, são negociadas e realizadas em parceria com os atores estatais, sobretudo àqueles que ocupam o executivo municipal e estadual.

Além disso, foram observadas o fortalecimento das participações institucionalizadas, o movimento LGBTI+ paraibano tem ocupado as cadeiras dos conselhos federais, estaduais e municipais, na intenção de incidir e articular com diversos atores o desenho das políticas públicas voltadas para diversidade sexual e gênero, a nível nacional e estadual. E como pontuado pelo Entrevistado 01, essa interação começa na intuição, porém, atualmente os atores estão munidos de experiências com esse repertório. Contando, com a ocupação de espaços instituições, foi percebido também, a ocupação de cargos governamentais por militantes, que nesta posição de servidor público impulsiona dentro do aparelho estatal as demandas sociais, como é o caso da demanda LGBT+. Embora alguns dos entrevistados não tenham comentado diretamente o cargo exercido, nas entrelinhas foi possível captar, a exemplo dos Entrevistados 06 e 08 que ocupam cargos no município de João Pessoa.

Na relação de política de proximidade, os movimentos sociais estabelecem e fortalecem as relações com representantes políticos aliados. Inclusive, parcela dos instrumentos implementados advieram quando o Ricardo Coutinho do PSB, assumiu o governo do Estado, entretanto, a relação com ele ocorre desde o seu primeiro mandato enquanto vereador na Câmara Municipal de João Pessoa. Outros atores, sobretudo do campo legislativo paraibano são mencionados, a exemplo de Anísio Maria e Estela Bezerra (autora de leis estaduais). Noutra perspectiva, os militantes/ativistas têm investido em candidaturas para disputa eleitoral. Na eleição passada, partidos como PT e PSOL possuíam candidatos representativos. Naquele momento foi até discutido a possibilidade de criar um fundo específico, para financiar as campanhas LGBT+.

Em suma, no presente trabalho foi possível observar uma variedade de repertórios adotados pelo movimento social LGBTI+ paraibano, combinando essa diversidade de rotinas para interagir com os atores estatais e incidir significativamente no desenho das políticas públicas, a nível federal, estadual e municipal. Somados à isso, os estímulos e as oportunidades políticas auxiliam no processo. Entretanto, na ausência de abertura os movimentos sociais provocam e promovem essas aberturas por meio de estratégias. A noção principal, sobretudo a apresentada pelos atores sociais, é que a demanda da diversidade sexual e gênero não avança, a menos que seja provocada e reivindicada por eles.

## CONCLUSÃO

O Movimento Social LGBTI+ da Paraíba nasce paralelo ao movimento nacional, dentro do contexto histórico similar, ou seja, com memória de organização no período de redemocratização do Brasil, na época, interligado a “*movimento alternativo e libertário*”, com conotação de contracultura hegemônica em relação aos direitos sexuais impostos, na intenção de reconhecer a diversidade das relações e formas de viver/ser. Entretanto, a epidemia da Aids impacta os atores sociais, sobretudo aqueles organizados dentro dos movimentos *homossexuais*, ocasionando, inicialmente, um “declínio do movimento”, em razão do medo e das mortes dos militantes, meados dos anos 80 (FACCHINI, 2005; 2020). Posteriormente, meados dos anos 1990, o fator epidêmico, resulta nas primeiras inserções do movimento e de suas demandas nos espaços institucionais, ao ocupar os conselhos de saúde e promover junto aos entes federativos políticas governamentais de enfrentamento à Aids (OLIVEIRA, 2018; FACCHINI, 2020).

Somados a isso, o movimento social LGBT+ adota um repertório complementar de incidência política para ocasionar uma “visibilidade massiva” através das Paradas de Orgulho, nos anos 90, cuja mensagem principal era desmistificar o discurso que responsabilizava a população LGBT pela epidemia da HIV/Aids. Esse repertório se tornou uma assinatura particular dos movimentos da diversidade sexual e gênero, na medida que os atores utilizam dos métodos de *performances* e *corpos-bandeiras* para transmitir a mensagem política. A ideia é que o *ser* e o *corpo* desses sujeitos e sujeitas são políticos, sua existência e sobrevivência é um ato político. Então, aquilo que pode parecer um evento meramente “festivo” aos olhares externos e desatentos, são na verdade traduzidos em mensagens de que essas pessoas existem e são sujeitos de direito. Além disso, o alcance da mensagem é tão significativo que são repertórios de sucesso, se mantendo até o momento como forma de atuação, ganhando notoriedade em todos os estados brasileiros.

A entrada dos governos petistas, sobretudo a gestão de Lula, fortalece os instrumentos participativos e inova as formas de interação, principalmente com os atores da sociedade civil. Essa experiência levou a literatura brasileira do campo de movimentalista a aprofundar os estudos das interações socioestatais sob a ótica da mútua constituição (ABERS, BÜLOW, 2011; DOWBOR, 2012; LAVALLE et. al. 2018; ABERS et. al., 2021). Dessa forma, sustentar a perspectiva de enxergar os movimentos como mero reagentes a uma política de confronto, limitava analiticamente o potencial de interação e cooperação socioestatal. Diante disso, o movimento social LGBT+ aproveitou a oportunidade política para aumentar a incidência

dentro dos espaços institucionais e ali impulsionar suas demandas, adotando as novas rotinas, compreendidas por Abers et. al. (2014), como repertórios de interação.

Conforme as autoras (op.cit.), as experiências vivenciadas na gestão do Lula, possibilitou inovar as práticas e realizar combinações criativas para que os atores sociais conseguissem influenciar o desenho das políticas no aparelho estatal. Então, dentre as quatro rotinas apresentadas pelas autoras (protestos e ação direta; participação institucionalizada; políticas de proximidade e ocupação de cargos na burocracia) foram amplamente explorados, sobretudo pelo movimento LGBT+, nacional e paraibano.

Nos capítulos 3 e 4, dentro dos subtópico intitulados de “Quem está por trás das políticas públicas LGBT+”, tanto na perspectiva nacional, quanto a paraibana, foram observados os atores, as articulações, os repertórios utilizados e os instrumentos resultantes. À vista disso, nas **Figuras 1 e 2**, foram expostos as conquistas e retrocessos atravessados no executivo federal entre gestões de FHC até o governo Bolsonaro. Nessa retrospectiva, testemunha-se a abertura no governo Lula, sobretudo no primeiro mandato, quando observado o fortalecimento dos canais de interação, a ocupação dos movimentos sociais LGBT+ nos espaços institucionais e cargos da burocracia estatal, os processos de institucionalização das demandas, na medida que inseriram as bandeiras e as pautas das ruas dentro do mecanismo estatal. No período de 2003 a 2010, o processo de interação entre o executivo federal e movimento social LGBT+ resulta, respectivamente, na criação do programa Brasil Sem Homofobia, inserção de algumas ações na lei orçamentária, a convocação e realização de conferências, a criação da Coordenadoria LGBT, e por último, a criação de um Conselho LGBT+ a nível nacional para endereçar as políticas da diversidade sexual e gênero. Todos esses instrumentos partiram da articulação socioestatal no âmbito do poder público federal, porém, com propósito de refletir e incidir nos estados e municípios brasileiros.

Ao que sucedeu nos governos Dilma, o sentimento para com o movimento LGBT+ foi de traição, em razão do veto proferido pela presidenta, estacionando as ações desenvolvidas no BSH. Entretanto, ainda que diante o cenário de distanciamento e estagnação das demandas, os movimentos sociais continuaram ocupando os espaços institucionais conquistados, buscando novos atores aliados para continuar incidindo no desenho das políticas públicas. Tanto o é, quando observado a **Figura 03**, o Supremo Tribunal Federal vai aparecendo nesse momento, como um espaço e ator, no qual o movimento investiu e conseguir avançar com demandas que são inflexíveis no legislativo e executivo federal, a exemplo da união estável entre pessoas do mesmo sexo, adoção, entre outros.

Na Paraíba, os entrevistados 01 e 09, dois militantes experientes e antigos no

movimento LGBTQ+ paraibano, foram observados relatos de interação com instâncias federais, captação de recursos e desenvolvimento de projetos em parceria com o executivo federal. O BSH financiou o projeto elaborado pela ASPTRTRANS (antiga ASTRAPA), em 2005, que implementou o primeiro centro de referência da Paraíba, no qual a prestação de serviços de assistência jurídica, psicológica e social eram realizados na sede da Associação. Posteriormente, o governo da Paraíba, atentando a inovação e a necessidade da manutenção desta política, adota como mecanismo de estado para atender à população LGBTQ+. Em 2011, criou o Centro de Referência LGBTQ - Espaço Pedrinho.

A incidência do movimento LGBTQ+ paraibano no Estado, como bem colocado pelo entrevistado 01, começou na *intuição*, ou seja, foram se inserindo, ocupando os espaços institucionais e testando os limites das relações com os atores estatais. Nos momentos de abertura, construíram mutuamente os instrumentos, do contrário, na ausência da oportunidade, criavam-se novas possibilidades e/ou relações com outros atores, combinando outros repertórios para incidir no desenho das políticas.

Na Paraíba, testemunhou-se um cenário análogo às experiências nacionais, os atores sociais se inserindo nos conselhos estaduais para endereçar, inicialmente, demandas da saúde e segurança pública, dentro do contexto da epidemia da Aids. Entretanto, as interações socioestatais a nível estadual, naquele momento, foram bem limitadas, sendo melhores aproveitadas as articulações do movimento LGBTQ+ paraibano com o executivo federal. Paralelo a isso, o movimento LGBTQ+ investiu em parcerias com alguns parlamentares do legislativo municipal e estadual, então, algumas figuras políticas aliadas começam a surgir. A exemplo disso, é o caso da relação do movimento com Ricardo Coutinho (PT), o primeiro instrumento normativo criado, a Lei 7.309/2003, foi autoria do deputado no referido ano. Este que já estava atento às demandas do movimento LGBTQ, que na época, denunciava o alto índice de violência no estado, impulsionou a pauta no legislativo estadual.

Essas relações são fortalecidas quando Ricardo Coutinho assume o executivo municipal de João Pessoa, na qual ele operou de forma similar às experiências petistas do governo Lula, ou seja, ampliando os instrumentos participativos, inserindo militantes em cargos da burocracia local, possibilitando aberturas para dialogar e construir com o movimento social LGBTQ+ o desenho das políticas públicas locais. À vista disso, o militante e pesquisador Cleudo Gomes, indicado por meio da lista tríplice aprovada pelo movimento LGBTQ na época, assumiu, respectivamente, o GT da Diversidade Humana que funcionava dentro da SEDES, posteriormente, esse GT se tornou uma Assessoria de Políticas Públicas para Diversidade Humana dentro da Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular (DIPOP)

(GOMES, 2016; NASCIMENTO, 2018). Embora não seja o objetivo do trabalho tratar sobre o município de João Pessoa, atravessar esse período se torna necessário para compreender a relação entre os movimentos LGBT e Ricardo Coutinho, na época filiado ao PSB.

Entre 1990 a 2010, peemedebistas e psdbistas revezam o executivo, sendo o ciclo quebrado nas eleições de 2010, com a vitória do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na figura do Ricardo Coutinho e atualmente do João Azevedo. No **Quadro 04**, nota-se que majoritariamente, a matéria da diversidade sexual e gênero foram publicadas entre 2011 a 2017. Por exemplo, o Decreto de nº 32.159/2011, dispoendo sobre o uso do nome social no âmbito do poder executivo estadual. Posteriormente, no referido ano, publicou o decreto nº 32.430, convocando a II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, sob o tema: Paraíba pela promoção da cidadania LGBT e contra a homofobia. Por último, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa LGBT (CEDLGBT), criado por meio do Decreto nº 34.004/2014, posteriormente regulamentado pela Lei 11.000/2017, pelo próprio governador. Entre outros instrumentos proferidos pelo instrumento normativo.

Embora a assinatura do referido instrumento seja do ex-governador, a promoção destes são frutos da relação e aproximação do movimento social LGBT+ que constantemente negociavam e articulavam as políticas ali implementadas por meio dos conselhos e conferências. Outrossim, os movimentos sociais da Paraíba entenderam o impacto de suas ações e relações com os poderes públicos, ao passo que hoje constroem junto ao executivo estadual políticas públicas de alta e média complexidade, como é o caso da Casa de Acolhida Cris Nagô e os Ambulatórios TT de João Pessoa e Campina Grande.

Os entrevistados apontam a ocupação dos conselhos como principal instrumento de diálogo e incidência do movimento no desenho das políticas e no mecanismo de controle social. No geral, os demais repertórios citados pelos atores eram respostas a determinadas situações de violação dos direitos das pessoas LGBT, ou o exercício da tradicional Parada da Diversidade, no intuito de dialogar com a sociedade.

Paralelo a isso, os movimentos sociais também vem dialogando com outros poderes, diferentemente do Legislativo Nacional, a Assembleia Legislativa Paraibana, conforme demonstra o **Quadro 15**, possui um quantitativo considerável de leis estaduais promulgadas no Estado, que versam sobre as mais diversas pautas da diversidade sexual e gênero (ex. combate à discriminação, direitos previdenciários, criação de grupos de trabalho e conselhos; respeito ao nome social na administração pública direta e indireta; etc). Dentre elas, duas são destacadas como marcos pelos atores sociais, a Lei dos Cartazes de nº 10.895/2017, por ser um instrumento de referência para outros estados e municípios; e a Lei de nº 11.000/2017 que cria

o Conselho Estadual LGBT. Para o entrevistado 01, as experiências vivenciadas pelo movimento LGBTQ+, nas rotinas de interação, a expectativa é aprimorar o instrumento e promover a criação de fundo para gerir as políticas LGBTQ+ e instrumentos estatais.

Conforme lembrado nas entrevistas, cada lei, decreto, programa, política pública ou qualquer instrumento voltado para a diversidade sexual e gênero hoje instituído, o movimento esteve lá, pois estes são frutos das próprias demandas do movimento. Tal assertiva fundamenta-se no fato da essência das demandas, pois, embora seja matéria de direitos humanos, a natureza delas não encontra espaço no espectro da solidariedade, a ponto de que garantias e direitos tenham sido espontâneas advindas dos poderes públicos.

Dessa forma, os efeitos dos movimentos sociais identificados na pesquisa, ultrapassam o ciclo inicial de políticas públicas, ou seja, formulação de agenda, especificação de alternativas e tomadas de decisão política, atingindo os processos de implementação, ao passo que influenciaram na criação de órgãos públicos, instrumentos normativos (leis, decretos, portarias e entre outros), programas e planos hoje existentes (CARLOS, 2021). Na Paraíba esses efeitos são identificados quando observados os repertórios do movimento social LGBTQ+, as interações com atores estatais e o processo de institucionalização das demandas, ocupando e utilizando os espaços institucionais como estratégias para promover seus direitos e políticas. À vista disso, o estado paraibano, atualmente, é referência nessa matéria, por ser um dos primeiros a investir em instrumentos políticos específicos, como: a criação de dois Centros de Referências LGBTQ - Espaço Pedrinho e Luciano Vieira; a instalação de dois Ambulatórios TT; a criação da Casa de Acolhida Cris Nagô; a implementação de um Conselho Estadual LGBTQ; a realização de Conferências Estaduais, a cada 02 (dois) anos. Além disso, os instrumentos normativos resultantes do diálogo com legislativo estadual: a Lei dos Cartazes.

Com exceção de alguns poucos atores entrevistados, para a maioria deles, a manutenção dos instrumentos e a inserção na disputa pelos espaços de poder é algo extremamente necessário para fazer, primeiramente, a preservação, e depois avanços das conquistas. Retomo até o relato do entrevistado 01, sobre a forma intuitiva do movimento no momento que iniciava a incidência política nesses espaços, e como atualmente, estão inseridos e ativos nas instâncias estaduais construindo conjuntamente as políticas LGBTQ do Estado. O amadurecimento, transparece quando alguns entrevistados relatam o desenvolvimento institucional de suas organizações, inscrição de projetos, investimentos em formação do quadro pessoal, exercício da diplomacia por trás das relações e a compreensão do papel dos movimentos sociais nesses espaços.

Em contrapartida a isso, a investigação revelou também uma fragmentação do

Movimento LGBTI+ da Paraíba, ao coletar sobre os repertórios dos atores, a Parada da Diversidade aparece como fenômeno responsável pela cisão. Ademais, esse rompimento impactou as relações de alguns atores sociais com os atores municipais e estaduais. Embora a narrativa, com base nas entrevistas, aponte divergências internas entre os atores sobre determinadas formas de interação com poder público local, outra questão que urge implicitamente, é a cisão do próprio Governo do Estado<sup>75</sup>. Por exemplo, nos relatos observamos alguns atores sociais que demonstraram resistência na relação com a SEMDH, hoje considerado o órgão principal para a articulação da demanda LGBT no Estado, por esse motivo têm preferido incidir com órgãos municipais de João Pessoa. Por outro lado, os atores restantes tecem críticas à atual gestão da PMJP, inclusive quanto à falta de investimentos nos instrumentos políticos locais, e avaliam positivamente a relação com a SEMDH. Então, é como se a fragmentação do movimento implicasse também na separação do campo de atuação dentro dos espaços institucionais.

O movimento social LGBTI+ da Paraíba vem adotando repertórios institucionais e extrainstitucionais, o primeiro mais utilizado nos últimos anos, para dialogar com o executivo. O segundo, vem preferencialmente sendo operacionalizado para denunciar estabelecimentos locais que foram cenários de violações LGBT. Sobre os repertórios extrainstitucionais, as entidades entrevistadas demonstraram estratégias diferenciadas, como: as organizações mais antigas utilizam do boicote, protesto, *beijaços*, notas de repúdio, seminários e entre outros; a Associação Iguais, apresentaram algumas estratégias distintas das demais, com adoção de campanhas e aplicativos específicos para prestar serviços, dentre elas o instrumento Selo da Diversidade é algo que desperta atenção, pois os membros da organização realizam formações em estabelecimentos comerciais, sobretudo nas situações que o local foi cenário de crime lgbtfobia, para preparar e adequar aquele estabelecimento na recepção e atendimento aos clientes LGBT+.

Em suma, reconhecendo o papel dos movimentos sociais LGBTI+ no desenho das políticas voltadas para a diversidade sexual e gênero, observou-se que esses atores utilizam-se da combinação de vários repertórios para mobilizar, impulsionar e reivindicar essas demandas. Aproveitando as oportunidades políticas quando oportunas ou produzindo novas estratégias

---

<sup>75</sup> Conforme dito anteriormente, a última transferência de poder no executivo estadual foi bastante conturbada, o ex-governador e o atual eram aliados, porém, essa aliança foi corrompida quando atravessada pela Operação Calvário - investigação criminal que ficou conhecida na cidade como lava-jato paraibana, que tinha como objetivo incriminar lideranças políticas locais. Não é objetivo da pesquisa esgotar ou tratar o impacto da cisão dessas lideranças estatais, a menção delas é necessária para a compreensão da conjuntura política vivenciada.

quando ausentes as aberturas. E que, por meio dessas estratégias eles conseguem avançar e assegurar os direitos da população LGBTI+. Entretanto, a fragilidade dos seus direitos reforçam a necessidade dos sujeitos e sujeitas estarem sempre atentos, mobilizados e organizados para enfrentar os retrocessos e lutar pela cidadania e políticas LGBTI+ até que elas estejam devidamente consolidadas.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; ALMEIDA, D. **Participação no século XXI: o embate entre projetos políticos nas instituições participativas federais.** In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Orgs.). *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT.* São Paulo: UNESP, 2019. p. 373-399

ABERS, R.; BÜLOW, M. U. **Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?** *Sociologias* [online]. 2011, v. 13, n. 28 [Acessado 23 Novembro 2022], pp. 52-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>>. Epub 13 Dez 2011. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula.** *Dados* [online]. 2014, v. 57, n. 2 [Acessado 23 Novembro 2022], pp. 325-357. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>>. Epub 21 Jul 2014. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Repensando Atores e Oportunidades Políticas.** *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 2018, n. 105 [Acessado 4 Junho 2021], pp. 15-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>>. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>

ABERS, R.; ALBUQUERQUE, M. C.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ROMÃO, W.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. T. **Introdução.** In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas.* São Paulo: Unesp, 2021

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ALMEIDA, D. R. de. **Resiliência Institucional: para onde vai a participação nos Conselhos Nacionais de Saúde e dos Direitos da Mulher?** *Caderno CRH* [online]. 2020, v. 33 [Acessado 25 Outubro 2022], e020004. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33281>>. Epub 22 maio 2020. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33281>.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 2009, n. 76 [Acessado 23 Novembro 2021], pp. 49-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>>. Epub 01 Out 2009. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

ALONSO, A. **Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um conceito.** *Sociologia & Antropologia* [online]. 2012, v. 2, n. 3 [Acessado 23 Novembro 2022], pp. 21-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>>. ISSN 2238-3875. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>.

BAIOCCHI, Gianpaolo; BRAATHEN, Einar; TEIXEIRA, Ana Claudia. Transformation institutionalized? Making sense of participatory democracy in the Lula Era. In: Kristian Stokke e Olle Tornquist (eds). Democratization in the Global South: the importance of transformative politics. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009

BEZERRA, C.P. **Do poder popular ao modo petista de governar**: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI:10.11606/D.8.2014.tde-06102014-105726. Acesso em: 2022-09-12

BICHIR, R. Governança Multinível. In: CAVALCANTE, P. L. C.; PIRES, R. R. C. (org.). **Boletim de Análise Político-Institucional**. 19. ed. Brasília: Ipea, 2018, p. 49-55.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**: disputas e retrocessos na América Latina, 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2020.

BORBA, J. **Participação Política**: uma revisão dos modelos de classificação. Revista Sociedade e Estado, vol.27, n.2, maio/agosto 2012, p.263-288.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis**. Brasília, 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Direito das pessoas LGBTQIAP+** [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. – Brasília: STF: CNJ, 2022. eBook (138 p.) – (Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos).

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BUTLER, J. **Entrevista**. Revista Margem Esquerda: LGBT, São Paulo: Boitempo, n. 33, 2º Sem, p. 11-21, 2019

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

CARLOS, E; DOWBOR, M; ALBUQUERQUE, M. C.. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas**: Balanço do debate e proposições analíticas. Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]. 2017, v. 17, n. 02 [Acessado 12 Setembro 2022], pp. 360-378. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>>. ISSN 1984-7289. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>.

CARLOS, E; DOWBOR, M; ALBUQUERQUE, M. C. **Efeitos de Movimentos Sociais no ciclo de Políticas Públicas**. Caderno CRH [online]. 2021, v. 34 [Acessado 23 Novembro 2022], e021016. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>>. Epub 01 Nov 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>.

CARLOS, E. **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 1º ed., 2020.

CARLOS, E. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**: Consequências na Política Nacional de Direitos Humanos. Dados [online]. 2021, v. 64, n. 4 [Acessado 23 Novembro 2022] , e20190305. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.248>>. Epub 28 Jun 2021. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.248>.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

CAVALCANTE, P. L. C; PIRES, R. R. C. (org.). Governança Pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. **Boletim de Análise Político-Institucional**. 19. ed. Brasília: Ipea, 2018.

CAVALCANTE, P. L. C. Governança e Inovação em Políticas Públicas: intersecções de uma fértil agenda de pesquisa. **Boletim de Análise Político-Institucional**. 29. ed. Brasília: Ipea, 2021, p. 61-68.

DAGNINO, E; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A.. 2006. “**Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**”. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.

DIANI, M. **The concept of social movement**. The Sociological Review, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DIANI, M.; BISON, I.. Organizações, coalizões e movimentos, **Revista Brasileira de Ciência Política**, núm. 3, p. 220-249, 2010

DOWBOR, Monika. A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: .

DOWBOR, M.; CARLOS, E.; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. AS ORIGENS MOVIMENTISTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: **Proposta Analítica Aplicada Às Áreas de Criança e Adolescente**, Direitos Humanos E Saúde. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2018, n. 105 [Acessado 31 Outubro 2021] , pp. 47-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-047080/105>>. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/0102-047080/105>.

FACCHINI, R. **Movimento Homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. In: GREEN, James & MALUF, Sônia. (eds.). *Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. Vol. 10, nº 18-19

- FACCHINI, R. Sopa de letrinhas? **Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, R; FRANÇA, I. L. (org.). **Direitos em Disputa: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020
- FACCHINI, R; FRANÇA, I. L. 2009. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro**. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, nº 3, p. 54-81.
- FEITOSA, C. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2017.
- FEITOSA, M. L. A. M.; CITTADINO, Gisele; L., L. (Org.). **Lawfare: O calvário da democracia brasileira**. Andradina: Meraki, 2020.
- FRANÇA, I. L. **Entre cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. Dissertação (Pós-graduação em Antropologia Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- GALVÃO, A. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA EM QUESTÃO. **Revista Debates**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 8–24, 2008. DOI: 10.22456/1982-5269.6436. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/6436>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- GALVÃO, Andréia. **Marxismo e movimentos sociais**. *Crítica marxista*, v. 32, p. 107-126, 2011.
- GECD (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA). **Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática: Sociedade Civil, Esfera Pública e Gestão Participativa**. Revista Idéias, Campinas: IFCH, 2000.
- GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 16. n. 47.maio-ago. 2011
- GOMES, J. C. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: Uma Análise das ações do Programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.
- GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. de N. T. **A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT**. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.35819/tear.v8.n1.a3402. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- GROULX, L.-H.. **Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social**. In: POUPART, Jean; et al... *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. **Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt**. *Revista Brasileira de Educação*

[online]. 2018, v. 23 [Acessado 15 Fevereiro 2023], e230042. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230042>>. Epub 26 Jul 2018. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230042>

GUIMARÃES, L. G. **Participação Social no STF**: repensando o papel das audiências públicas. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2020, v. 11, n. 01 [Acessado 27 Outubro 2022], pp. 236-271. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/36633>>. Epub 20 Mar 2020. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/36633>.

HENRIQUES, A. B.; LEITE; A. C. C.; JÚNIOR, A. W. M. **Reavivando o método qualitativo**: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, 2015, p. 09-23.

HORST, C. H. M. "**Segura, Devolve e Arquiva!**: Estratégias do Congresso Nacional Brasileiro para Impedir O Reconhecimento De Famílias Homoparentais." *Ser Social : Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília* 21.44 (2019): 73-93. Web.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Conselhos Nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros. Relatório de Pesquisa. Brasília: 2013

JAKIMIU, V. C. de L. **Extinção da Secadi**: A Negação do Direito à Educação (Para e com a Diversidade). *Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED, [S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 115-137, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i3.8149. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8149>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LAVALLE, A. G. **Sem pena, nem glória**: o debate da sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, CEBRAP n. 66, p.91-109, jan.2003, p. 91 - 109.

LAVALLE, A. G. **Após a participação**: nota introdutória. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 2011, n. 84 [Acessado 9 Outubro 2022], pp. 13-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300002>>. Epub 19 Jan 2012. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300002>.

LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., and SZWAKO, J., comps. **Abertura - Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. In: *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 20-86. *Sociedade e política collection*. ISBN: 978-85-7511-479-7. <https://doi.org/10.7476/9788575114797.0003>.

LIONÇO, T. "**IDEOLOGIA DE GÊNERO**" COMO ELEMENTO DA RETÓRICA CONSPIRATÓRIA DO "GLOBALISMO". In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). *DIREITOS EM DISPUTA: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas,SP: Ed. Unicamp, 2020.

LOTTA, G.; VAZ, J. C.. **Arranjos institucionais de políticas públicas**: aprendizados a partir do caso do Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 66, n. 2, p.171- 194, 2015.

MACÊDO, L. A. de. **Experiências de Travestis e Transexuais nos serviços de Saúde**: Na Perspectiva Da Integralidade. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família, da

Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

MARQUES, E. C. **Redes sociais e poder no Estado brasileiro:** aprendizados a partir de políticas urbanas. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2006, v. 21, n. 60 [Acessado 23 Novembro 2022], pp. 15-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100002>>. Epub 17 Abr 2007. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100002>.

MELLO, L; AVELAR, R. B. de; MAROJA, D. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil.** Sociedade e Estado [online]. 2012, v. 27, n. 2 [Acessado 2 Outubro 2021], pp. 289-312. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>>. Epub 30 Out 2012. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>.

MELLO, L; BRAZ, C. **Entre o desmonte e a resistência:** reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTTT no Brasil contemporâneo. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). DIREITOS EM DISPUTA: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas,SP: Ed. Unicamp, 2020, p. 165-188.

MELO, A. L. B. de. **Opressão, ativismo e cidadania LGBT+:** análise do processo de institucionalização e implementação da Lei Estadual nº 10.895/2017 - PB. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

NASCIMENTO, S. FRANCH, Mónica. **Apresentação:** entre academia, rua e militâncias contrassexuais. In: Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. NASCIMENTO, Silvana FRANCH, Mónica (org). 1ª ed. Salvador. Editora Devires. 2018. p. 17-27

NASCIMENTO, S. **A vanguarda da diversidade sexual, no interior paraibano:** do sertão à serra da Borborema. In: Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. NASCIMENTO, Silvana FRANCH, Mónica (org). 1ª ed. Salvador. Editora Devires. 2018. p. 53-71

NINA, A. M. S. **A produção legislativa voltada ao público LGBT na Câmara dos Deputados do Brasil (1989-2012).** 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014.

OLIVEIRA, T. L. **Levantar bandeira e dar pinta:** Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 11, n. 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12524>. Acesso em: 3 jul. 2022.

OLIVEIRA, T. L. **Da política como partição e resistência: esboço de historiografia do movimento LGBT em João Pessoa,** Paraíba. In: Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. NASCIMENTO, Silvana FRANCH, Mónica (org). 1ª ed. Salvador. Editora Devires. 2018. p. 29-51.

OLIVEIRA, G. R. F. de; FRANCH, M. **Na casa amarela: uma etnografia da política pública transcidadania JP.** O público e o privado. Fortaleza, Revista UECE v. 20 n. 41 jan/abr 2022. p. 141 - 173.

PAULA, A. P. P. de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social.** Rev. adm. empres., São Paulo, v.45, n.1, p.36-49, Mar.2005.

PEREIRA, M. M. **Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda.** Nexo Jornal, 19 de abr 2022, Política Públicas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>. Acessado em: 23 de nov de 2022.

PEREIRA, M. M; SILVA, C. F. da. **Movimentos Sociais em Ação: Repertórios, Escolhas Táticas e Performances.** Sociologia & Antropologia [online]. 2020, v. 10, n. 2 [Acessado 23 Novembro 2022] , pp. 615-645. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10i2>>. Epub 30 Out 2020. ISSN 2238-3875. <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10i2>.

PEREIRA, M. M. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014).** 2018. 303f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PRANDI, R; CARNEIRO, J L. **EM NOME DO PAI:** Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2018, v. 33, n. 96 [Acessado 14 Fevereiro 2023], e339603. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/339603/2018>>. Epub 19 Out 2017. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.17666/339603/2018>.

REIS, A. L. M. dos. **Avanços e Desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT.** In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). Minorias Sexuais: direitos e preconceitos. Brasília: Editora Consulex, 2012.

RIOS, R. R.. **“Desenvolver os direitos sexuais: desafios e tendências na América Latina”.** In CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (orgs.). Questões de sexualidade: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

ROMÃO, W.; MONTAMBEAULT, F.; LOUAULT, F. **Instituições Participativas Sob A Égide Do Lulismo.** Caderno CRH, [S. l.], v. 33, p. e020003, 2020. DOI: 10.9771/ccrh.v33i0.33249. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/33249>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SCHETTINI, E.; CUNHA, M.; ARAÚJO, C. e LEITÃO. **Process Tracing nas Ciências Sociais: Fundamentos e Aplicabilidade.** Brasília: Enap, 2018.

SERAFIM, L. **Sobre resistências, medo e esperança: os desafios para os movimentos sociais em tempos de crise da democracia.** Argumentum, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 33–41, 2019. DOI: 10.18315/argumentum.v11i1.24324. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/24324>. Acesso em: 12 sep. 2022.

SILVA, M. K. **Contribuições da teoria dos campos ao estudo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas.** In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Unesp, 2021.

SOARES, G.; SCHULZ, Roberta. **Retirando do armário as políticas públicas para LGBT na Paraíba.** In: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mónica (Org.). *Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba*. Salvador: Editora Devires, 2018, p.73-92.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, [S. l.], v. 8, n. 16, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SZWAKO, J.; DOWBOR, M.; PEREIRA, M. M. **“Fronteiras dos Movimentos Sociais”:** **“Frontiers of the Social Movements”**. *Revista Brasileira de Sociologia (RBS)*, Vol 08, No. 20, Set-Dez. 2020, p. 7-25

TATAGIBA, L; TEIXEIRA, A. C. C. (org.). **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Unesp, 2021.

TEIXEIRA, A. C; C. **Para além do voto:** uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). 2013. 160 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280537>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

TILLY, C. **Os movimentos sociais como política.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, no.3, Brasília, janeiro-julho, 2010 [2009] , pp.133-160.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2º Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001. (Cap. 01). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/pageid/32>

YIN, R K. **“O que é Pesquisa Qualitativa”**. Em: *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Porto Alegre: Penso, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290833/assignment/33a93480e23b47b48d0e41e625e9848>

## APÊNDICES

**QUADRO 6 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO MEL**

	DESCRIÇÃO
Entrevistado 01	[...] começa na intuição a fazer esse diálogo institucional, movimento social com os órgãos de controle que são os conselhos da assistência, segurança e direitos humanos. [...] quando a gente consegue se consolidar com alguns aliados dessa pauta no campo legislativo, a gente começa a avançar e abrir um diálogo com os governos mais progressistas [...]
Entrevistado 07	[...]: Conselho Estadual LGBT; Conselho Municipal de João Pessoa LGBT [...] suplente no Conselho Municipal de Educação [...] Conselho Estadual de Direitos Humanos, Conselho de Segurança Alimentar [...] Conselho Municipal de Saúde, no Comitê Integral Estadual da Saúde LGBT [...]
	[...] 2002, o MEL organiza e protagoniza a I Parada da Diversidade Sexual na Paraíba, isso é importante [...] não é o evento principal, pode ser o evento principal de visibilidade da população, mas não é o evento principal do MEL, né?
	3 notas de repúdio: a primeira nota de repúdio foi com relação a [...] uma fragmentação do próprio movimento [...] parte considerada do movimento LGBT golpeou o MEL [...] na tentativa de fazer a tomada da parada, que é um legado cultural [...] segunda nota de repúdio contra... Cross Fit... em maio... E tivemos nota de repúdio também contra o Bar do Cuscuz [...]

Fonte: Elaboração própria (2022).

**QUADRO 7 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO PETRIS**

	DESCRIÇÃO
Entrevistado 02	[...] membros do Conselho Municipal de João Pessoa, do Conselho de Saúde, de Segurança. A gente sempre tá em reunião com a Secretaria, com Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, com a Coordenadoria LGBT de João Pessoa, Espaço LGBT também. Atuamos com o Ambulatório de pessoas trans aqui da Paraíba [...]
	[...] nos Conselhos Estaduais, nós participávamos de forma como suplente de outra entidade, que era o MEL [...] mas aí ocorreu uma desavença do movimento e a gente rompeu a parceria [...]
	[...] falou com Procon pra tentar baixar os preços [...] teve que levar essa pauta pro Ministério e pra Secretaria de Saúde do Governo do Estado, pra tentar fazer a liberação do hormônio gratuito, né?
	[...] reunião com ministério público sobre as questões do banheiro [...] porque teve uma polêmica lá em Itabaiana, em relação aos banheiros nas escolas [...]
	Fizemos um Encontro Estadual aqui na Paraíba [...] somos membros da Comissão da Parada daqui [...] fizemos um Sarau também online, participamos das Paradas online [...]
	[...] durante a pandemia [...] programa de distribuição de cesta básica para os meninos que estavam em situação de vulnerabilidade, fomos parceiros das mulheres trans [...] fizemos um programa de atendimento psicológico durante o tempo que o Ambulatório esteve fechado. Tivemos algumas pessoas parceiras voluntárias que ficaram dando atendimento psicológico. Criamos um grupo também pra facilitar o acesso ao Ambulatório [...] a gente fazia esse grupo, pra tá fazendo [...] um mutirão pra pegar receita, exames, tudo...

Fonte: Elaboração própria (2022).

## QUADRO 8 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELA ASPTTRANS

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistada 03</b>	[...] Benvenutty tinha cadeira.... no Conselho Federal de Saúde [...] pautando coisas como a saúde integral das pessoas trans, é tanto que hoje nós temos um ambulatório dentro de saúde integral de pessoas trans aqui no Estado e foi através desses diálogos [...]
	[...] forte campo de atuação é junto às Secretarias de Estado [...] Nosso diálogo acontece pelas políticas que são implementadas aqui no Estado [...] principalmente com a SEMDH [...] com a Secretaria de Segurança Pública [...] na REANCAVE, no Conselho Estadual LGBT [...] as Secretarias do Estado de Educação...
	Então a nível nacional atuamos tanto nos eventos da ANTRA e nos eventos importantes, como o ENTLAIDS [...] que atuam na luta contra AIDS [...] a verba vinha do Ministério da Saúde [...] o encontro acabava sendo mais que isso [...] de empoderamento político pras ativistas, de formação política.
	[...] aqui no Estado, quanto a nível nacional a ONG sempre atuou no sentido de participar de atos, que hoje já não é uma estratégia que participemos tanto porque [...] é muita a questão de contexto político [...]
	[...] estamos na organização da parada LGBT que vai ser em novembro [...] tá sendo criada uma Associação Específica da Parada, pra organizar, pra institucionalizar, pra ter uma identidade pra organizar [...]

Fonte: Elaboração própria (2022).

## QUADRO 9 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO MOVBI

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistado 05</b>	[...] o MOVBI, é co-criador do Centro de Cidadania LGBT [...] Espaço LGBT [...] são equipamentos do governo do Estado [...] são políticas e equipamentos criados com a força e com a luta através da nossa articulação, juntamente com outros movimentos LGBTQIAP+
	[...] somos co-criadores da Frente Bissexual Brasileira, somos afiliados a ela, que tem espaço no até então Conselho Popular Nacional LGBT
	[...] de 2014 para cá [...], o diálogo foi muito fácil [...] a gente teve um papel importante [...] eles nos pegam para fazer a construção da política [...] está sendo construído o Plano Estadual LGBT, que tem durabilidade de 10 anos [...] O momento mais marcante, negativamente [...] é no governo municipal na cidade de João Pessoa [...] não dá a devida importância para a pauta das minorias [...] coordenadoria LGBT do município [...] um amigo meu fala que é um elefante branco, não tem nada lá, é só o prédio e o prédio caindo aos pedaços...
	[...] estamos fazendo a representação presidencial da comissão que faz a Parada [...] a gente escolheu afastar ela do período eleitoral, que é para gente não estar servindo de barganha, servindo de moeda de troca para ninguém [...]
	[...] a pandemia [...] a gente teve que fazer uma militância um pouco mais assistencializada, né.. socorrer os nossos, os nossos passaram fome, necessidade [...]
	[...] junto ao MEL, a gente tá fazendo um projeto, o projeto SOMOS, projeto feito pela ABGLT, que é a mãe, né, a primeira, a entidade mãe do Brasil
<b>Entrevistado 04</b>	Biólogo que trazia a questão da saúde das pessoas, principalmente do homem bissexual, porque quando se fala da saúde do homem bissexual não sem tem nenhuma política pública [...] há dois anos atrás, o Biquinique, que era o piquenique voltado para visibilidade bissexualL

Fonte: Elaboração própria (2022).

## QUADRO 10 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELA IGUAIS LGBT+

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistado 06</b>	[...] temos uma relação muito próxima com a prefeitura [...] agora nós estamos com projeto em andamento em parceria com o MPT e a coordenadoria LGBT e Igualdade Racial [...] com o governo do Estado nós temos muito diálogo com [...] a Gerência de HIV/AIDS [...] já tivemos um pouco de abertura com o governo do Estado na Secretária da Mulher [...] estamos também trabalhando pra que seja ampliado
	[...] aplicativo em 2018, 2017.. que foi o Tia LU [...] você apertava o botão do pânico e essas duas pessoas que você cadastrou ia receber sua localização com pedido de socorro padrão em tempo real [...] o Gritei, que é uma campanha [...] de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTs [...] em parceria com um grupo de psicólogos [...]. O Proteja LGBT+ [...] advogados vão entrar em contato com a vítima para prestar assistência
	Nós criamos a parada LGBT+ de Mangabeira, a gente viu que o público LGBT na zona sul da cidade ele cresceu muito, e a gente tinha que acessar aquele público e uma forma de acessar [...] é fazer evento de massa [...] deu muito certo, e já estamos na 2º parada
	[...] campanha durante a pandemia, nós socorremos também artistas LGBTs, com cesta básica durante 6 meses, foram artistas e as pessoas que trabalham na noite [...]
	[...] criamos o Selo Iguais na Diversidade [...] a gente entrega uma vez por ano [...] a empresa passa por uma formação e se a gente identifica [...] que eles estão cumprindo com um cronogramazinho [...] a gente coloca um selo na porta desse local indicando para a população LGBT que aquele lugar é um lugar seguro e que passou por um processo de formação [...] aquele lugar respeita a diversidade sexual e os direitos das pessoas LGBTs

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

## QUADRO 11 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO GMLBMQ

	DESCRIÇÃO
Entrevistada 08	[...] festival de música, chamado de Mulheres Cantam Mulheres
	[...] fazemos parte da rede CANDACES, que é uma rede de mulheres lésbicas negras, né.. fizemos parte também da LBL, que é a liga brasileira de lésbicas.
	[...] ocupando Conselho de Saúde do Município; Conselho de Direitos LGBT; Conselho Estadual de Direitos LGBT [...] REAMCAV <sup>76</sup> ; Conselho de Mulheres [...] Conselho Municipal Direitos LGBT [...] Conselho de Saúde [...]
	No Fundo ELAS: [...] o “Eu Também Sou Cidadã” [...] tem essas duas vertentes: o trabalho com as mulheres do futsal amador que sofrem violência [...]; e “Eu Também Sou Cidadã” com as mulheres encarceradas do presídio Júlia Maranhão [...]
	Fundo BAOBÁ e o Instituto Mariele Franco [...] o projeto “EQUIDADE SIM, RACISMO NÃO” [...] para trabalhar com a segurança alimentar de mulheres lésbicas e bissexuais, sobretudo aqui da região de Gramame, no assentamento urbano Nova Jerusalém.
	[...] concluímos o projeto com outras questões, que foi de fortalecimento institucional do nosso grupo [...] investimos nas nossas lideranças, fizemos curso de governança, curso de planejamento estratégico, curso de captação de recurso para nós mesmas. Reescrevemos o nosso estatuto e também redesenhamos a nossa forma de governança [...]
	2021 para 2022 [...] nós nos retiramos [...] cerca de 8 cadeiras nas instâncias estaduais, entre conselhos, redes e fóruns [...] houve nesse período dessa gestão atual do Estado, mais especificamente, não de executivo [...] mas da secretaria que diretamente estavam lidando conosco, que é a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana.
	instituto CRIOLA [...] com o projeto de segurança digital para ativistas [...] fomos contempladas [...] Projeto Justiça Reprodutiva para mulheres lésbicas e bissexuais

**Fonte:** Elaboração própria (2022).

<sup>76</sup> Rede de Apoio à Mulheres Vítimas de Violência que conta com vários órgãos, ministério público, polícia civil, delegacia da mulher e entre outros.

## QUADRO 12 - REPERTÓRIOS ADOTADOS PELO GAYRREIROS

	DESCRIÇÃO
<b>Entrevistada 08</b>	[...] o primeiro Centro de Referência LGBT do interior do Nordeste [...] a gente conseguiu um ano atender 1.100 LGBT [...] foi o projeto que mais nos deu visibilidade
	[...] projeto de desenvolvimento institucional [...] Fazíamos também projetos com Ministério da Saúde de capacitação de oficinas de teatro, fotografia [...]
	[...] participar da construção de políticas através das conferências, que era um momento, muito importante [...] principalmente para nós LGBTs, né?
	[...] nós tivemos um bom relacionamento a nível federal [...] assim teve um tempo que o juiz e a promotora proibiu essa ação, aí nós tivemos que recorrer ao Ministro da Justiça
	[...] palestra na nos colégios, igrejas, nas comunidades, é... em sítios, em fazendas, nas outras cidades que compreendem o Vale do Paraíba são 14 cidades circunvizinhas
	A parada lá em Itabaiana, fizemos 3 [...] tínhamos apoio do governo federal [...], mas o apoio da prefeitura a gente não tinha [...]a última o juiz, na época, tentou impedir a parada foi preciso a gente entrar em contato com Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça e Gilberto Gil da Cultura para mandar ofício para o fórum de Itabaiana [...]

**Fonte:** Elaboração própria (2022).